



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 05 DE NOVEMBRO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Bom dia a todos e a todas. Agradeço pela presença. Declaro abertos os trabalhos da 30ª audiência pública com a presença dos Srs. Vereadores Antonio Donato, Presidente desta Casa; Jair Tato, Sub-relator das Subprefeituras do processo orçamentário e Milton Leite, responsável pelo processo legislativo do Orçamento de 2016.

Informo que a nossa audiência está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara: www.camara.sp.gov.br, no *link* Auditórios On-Line.

Agradeço a presença do nosso Secretário Municipal de Serviços, Sr. Simão Pedro. Também quero agradecer a presença do Presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, Sr. José Antonio Bacchim. Também agradecer a presença de todos aqueles que acompanham esse primeiro tema que abordaremos.

Está presente também o Chefe de Gabinete do Serviço Funerário do Município, Sr. Fulvio Giannella Junior, que também acompanha o Sr. Secretário. Depois da atuação da Secretaria de Serviços, teremos a oportunidade de dialogar com a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, por intermédio do Secretário Adjunto José Rubens Domingues, que confirmou sua presença para as 11h30.

Vou passar a palavra ao Sr. Relator, que iniciará o processo de diálogo. Ao final da abertura feita pelo Sr. Relator, a ideia é conceder ao Sr. Secretário um período para que possa fazer uma exposição do que a Secretaria de Serviços pretende realizar, no exercício de 2016, com o orçamento apresentado a ela na Casa. Portanto, com o esforço que o Chefe do Executivo fez de distribuir os recursos das diversas Secretarias e aquilo que ficou incumbida à de Serviços. O mesmo acontecerá com a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana e com o Serviço Funerário.

Passo imediatamente a palavra ao Vereador Milton Leite, nosso Relator.

O SR. MILTON LEITE – Bom dia, Sr. Presidente. Gostaria de registrar a presença do nosso sempre Vereador Beto Custódio, nosso amigo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sempre Vereador Beto Custódio.

Acabei não o convidando para compor a Mesa, mas o farei, já que V.Exa. me lembrou disso. Há uma regra nesta Casa que me parece bastante adequada que é a de chamarmos para fazer parte da Mesa as autoridades executivas que comparecem. Como o Vereador Milton Leite está me informando que os senhores vieram com a equipe toda, isso não me permitiria colocar a equipe inteira na Mesa. Essa é a motivação de não trazermos a equipe toda para compor a Mesa conosco, portanto a dinâmica não será aquela das audiências públicas formais em que tanto Executivo como Legislativo prestam contas à sociedade, anunciando como o Executivo elaborou o seu Orçamento e qual o diálogo que realiza nesse momento com o Parlamento.

Como o Secretário Simão Pedro tem origem no Legislativo, S.Exa. optou pelo caminho correto, que foi trazer a equipe inteira para fazer esse diálogo tentando enfrentar todos as polêmicas que possam surgir num debate como este.

Agradeço ao Sr. Secretário e a toda a sua equipe que participa conosco deste debate.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, vejo que não se encontra presente a nossa Superintendente do Serviço Funerário e fui informado que ela foi ao Tribunal de Contas, que tinha uma reunião importante lá. Mas quero dizer o seguinte, Secretário: o importante não é lá, é aqui. Aguardamos ela aqui, peça para que venha para cá, porque lá não é importante não. É esta Casa que é importante, lá é secundário, não tem o menor problema, pois vamos tratar de outros assuntos, de outras agendas para que permita que ela chegue aqui e debata o serviço funerário.

Considerando que todas as empresas, aqui, têm vindo e têm debatido, então a Sra. Lucia pode vir aqui e faremos o serviço funerário em última etapa.

Secretário, nós vamos começar – e sempre digo –, me permita, Sr. Presidente, que os presentes façam inscrição para formular suas perguntas e dirijam-se à Secretaria, por favor.

É bom que se informe isso aos presentes, para aqueles que desejam formular perguntas e participar dos debates, fiquem à vontade para se inscreverem. Peço desculpas ao Sr. Presidente por ter me antecipado a isso.

Secretário Simão Pedro, antes de discutirmos a Peça Orçamentária, seria bom discutirmos, aqui, pelo menos na inicial, a PPP da iluminação pública, objeto de grande embate desta Casa, Câmara Municipal de São Paulo, com o Tribunal de Contas, e com o Governo Municipal, dando conta de que a futura PPP demandaria de legislação específica e não poderia ser feita da forma como foi.

E o Tribunal de Contas, numa atitude atrevida, está tentando legislar no lugar desta Casa. O Tribunal de Contas não tem essa competência, ele é um órgão de auxílio a esta Casa. O Conselheiro João Antonio tenta legislar. O Conselheiro João Antonio profere, em seu voto, algo que nos arrepia. É verdade que ele tem origem no Parlamento, talvez, por isso, não perdeu – Vereador e Deputado – a mania de querer fazer leis. Mas não pode ele querer fazer leis através do Tribunal de Contas. Lá, ele tem de apreciar as contas e emitir pareceres para que esta Casa os aprecie nos momentos oportunos.

No voto dele, ficou bastante claro, há o seguinte: se o edital permanecer como está, precisa de lei; se mudar, não precisa. Esta Casa está absolutamente convencida de que, para que essa Parceria Público Privada da iluminação pública vá adiante, precisa-se elaborar um projeto de lei específico.

Perguntarei, então, ao Secretário Simão Pedro, mas antes, e primeiro, quero agradecer a ele e toda a sua equipe que sempre vem aqui – e ele, como Parlamentar – não deixa de comparecer em todas as oportunidades em que é convidado, aliás, ele gosta de vir, e eu espero que em 2017 também venha participar conosco do debate. Também ele não desejará que alguém faça ou ocupe suas funções de legislador que ele foi, em toda sua história – e brilhante carreira -, parlamentar.

Portanto, pergunto: o senhor tomou conhecimento do voto do Conselheiro João

Antonio, especificamente? Eu queria ouvir um pouco desse voto e, depois, entrar no Orçamento, pois o Orçamento vai mesmo demandar um pouco de tempo. Então quero colocar só essa questão, porque seria importante nós vislumbrarmos o que se intenciona, aí a pergunta, considerando a conclusão e o voto do Braguim, pois nós divergimos da mesma forma. E por que nós divergimos? Porque o Relator João Antonio encaminhou ao plenário da Casa um voto legislador. Mas, abriu a janela para que esta Casa pudesse - e possa – apreciar.

Claro que essa Casa se levantou contra o Tribunal de Contas. A sessão de ontem, aqui, caiu e dificilmente prosseguirá até que venha a lei para cá. Dificilmente essa Casa andará pelas atitudes do Conselheiro João Antonio. Dificilmente essa Casa andará até que não se restabeleça o poder legislador dessa Casa, tamanha a gravidade da intromissão desse Conselheiro, o qual respeitamos na figura pessoal, mas na atitude tomada, e também a do Conselheiro Braguim, esse que não foi legislador nunca na vida e agora resolveu legislar, com voto. Não vai fazer isso não. Esta Casa deu mostras claras disso.

Estamos preparando um projeto de lei – já está preparado – para que votemos e obriguemos que venha para cá. Para que se traga para cá e, aqui, discuta-se. Aqui é o local dos debates e é aqui que se precisa legislar, respeitando-se a Lei Orgânica do Município que, claramente determina que tem de vir para cá, através de um projeto de lei e, assim, discutirmos a melhor forma de Parceria Público Privada.

Então pergunto: V.Exa. pretende mandar o projeto de lei para cá, na forma do voto do Conselheiro João Antonio? (Pausa) Pode falar.

O SR. SIMÃO PEDRO – Bom dia, nobre Presidente desta Comissão de Finanças e Orçamento Vereador José Police Neto. Quero também cumprimentar o Relator do Orçamento Municipal Vereador Milton Leite; meu colega de partido e de militância Vereador Jair Tatto; também pude cumprimentar o Presidente desta Casa que, aqui, esteve, Vereador Antonio Donato; funcionários e assessores. Agradeço a presença de parte de nossa equipe que me faz acompanhar neste dia.

Quero anunciar, Sr. Presidente, a chegada do diretor do Ilume José Alberto Serra Almeida. É maranhense. Também estou acompanhando do Presidente da Anlurb, ex-Vereador e Vice-Prefeito de Sumaré José Antonio Bacchim. Também está conosco o João Cassino, que é diretor da Coordenadoria de Conectividade Digital, antiga Coordenadoria de Inclusão Digital, além do Chefe de Gabinete do Serviço Funerário o Fulvio, que representa a Sra. Lucia Sales. É que, neste momento, a Sra. Lúcia Sales tem audiência com o Conselheiro João Antonio porque ele, até recentemente, era o Conselheiro que cuidava do Serviço Funerário lá no Tribunal de Contas. E essa função – essa missão – agora, ficou a cargo de um outro Conselheiro, que foi Vereador, Sr. Domingos Dissei.

E nós temos uma licitação que, infelizmente, foi suspensa pelo Tribunal de Contas porque encerrou-se o contrato de limpeza dos cemitérios. São 22 cemitérios, o maior parque de cemitérios, provavelmente do mundo, que nossa cidade tem. E estamos trabalhando com uma empresa de uma ata que é de Siurb, então fizemos a licitação, mas infelizmente, foi suspensa e estamos tratando disso que é muito importante.

O senhor percebe que nesse último dia de Finados, 1,5 milhão de cidadãos visitaram os 22 cemitérios. Eu mesmo tive a oportunidade de comparecer ao cemitério São Luis para acompanhar a santa missa celebrada pelo padre Jaime e fiquei impressionado com o número de visitantes, grande só na parte da manhã.

Portanto, resolver esse tema que também está parado no Tribunal de Contas, infelizmente, que é a licitação dos novos carros, é urgente para nós, para melhorar a qualidade do serviço funerário. Mas eu já pedi para que, assim que terminar lá, ela, o mais urgente possível, possa comparecer e nos prestigiar aqui.

Quero ainda agradecer os demais assessores e ao Mário Sazaki, nosso chefe da assessoria de finanças lá da Secretaria e que me preparou essa explanação aqui.

Mas, voltando ao tema que o Vereador Milton Leite me questionou a respeito da PPP, o Tribunal de Contas, na semana passada, votou favoravelmente ao prosseguimento da

licitação internacional, que propõe modernizar o sistema de iluminação pública de São Paulo, que todos sabem, é um sistema muito antigo, defasado, que demanda um custo de manutenção muito alto, demanda um custo de energia muito alto - de consumo de energia - e que, a isso, soma-se as tecnologias que hoje nós temos no mundo, de Centro de Controle Operacional, telegestão, luminárias LED, que passam a ser uma realidade no mundo inteiro. Aqui, nós já começamos a fazer, a 23 de maio, a Marginal Pinheiros entregaremos a obra, não completa, porque temos duas obras viárias em construção e que vai demandar o término depois, mas parte já praticamente completa, entregaremos esse mês também; estamos fazendo o primeiro bairro da América Latina que é o bairro do Heliópolis.

Aproveito para cumprimentar o Sr. Edson, assessor do Vereador Aurélio Nomura que acaqbou de chegar, a quem peço saudar o Vereador.

Então, o LED já é uma realidade. É só ir ao Heliópolis e perceber a alegria do povo com a iluminação, Vereador Milton Leite.

Portanto, é um projeto muito importante para a Cidade. Dialogamos com a valorização do espaço público, com o meio ambiente – pois vamos economizar energia -, com a segurança pública – pois é um bairro bem iluminado, uma via bem iluminada, portanto, segurança urbana, tema muito forte hoje -.

Assim, o entendimento da Administração do Executivo, com o aval da Procuradoria do Município, era que a legislação municipal que aprovou o programa de PPPs municipais, a legislação já autoriza o Município a fazer a concessão do serviço de iluminação, incluindo o serviço de iluminação, ou seja, a legislação municipal já nos permitia fazer isso.

Esse entendimento é o entendimento da Procuradoria, e foi corroborado pelo Tribunal de Contas em que o Tribunal disse “sim” à dispensa de uma legislação, de uma autorização legislativa própria, específica, para a concessão da iluminação pública.

Então esse debate, num primeiro momento, foi vencido, não que não valorizemos, isso não significa desvalorizar a importância do Poder Legislativo, que é o órgão fiscalizador do

Executivo.

Agora, recentemente, o Tribunal, nesta última decisão, depois da suspensão da licitação – desde junho está suspensa – é urgente e importante que o Tribunal nos autorizasse a prosseguir porque São Paulo precisa de um projeto dessa magnitude. Não temos o direito de privar a população de um projeto importante como esse. Então, agora, recentemente, qual foi a decisão que o plenário, a maioria do Tribunal tomou: que se, questionado pelos Vereadores dessa Casa, que – no edital estava assim – se o edital que o Executivo colocou para a concorrência, em junho, mantivesse a conta vinculada, específica, separada, da conta dentro do Fundip, do Fundo, uma conta vinculada para segregar e pagar o consórcio - que isso, do nosso ponto de vista era importante, e por que colocamos assim? Para dar segurança aos concorrentes que vão disputar uma concorrência dessa magnitude, queremos que tenha uma concorrência muito forte e importante, é uma concorrência internacional -, então para segurança de que o Executivo não vai deixar de remunerar o consórcio e os investimentos que ele fez, nós previmos essa conta vinculada.

Mas, o Tribunal entendeu que a conta, mantendo-se a conta vinculada, isso, sim, seria uma intromissão na legislação, uma alteração na legislação, e, se fosse para manter a conta vinculada, ou seja, se a Prefeitura quisesse fazer dessa forma, daí teria de mandar um projeto de lei aqui para a Câmara.

E o outro caminho que o Tribunal nos deu foi o seguinte: se fizesse modificação, ou seja, se tirar a conta vinculada, se não muda o fluxo do recurso, da transferência do recurso que a concessionária de energia cobra, recolhe – perdão – do cidadão e repassa para o Fundip. Se for eliminada a conta vinculada, não necessita de uma autorização legislativa.

Então o entendimento do Tribunal foi esse, ou seja, se o Executivo entender que precisa da conta para dar garantias, precisa enviar um projeto de lei para cá. Se tirar a conta vinculada, não necessita de projeto de lei de autorização legislativa.

Vereador Milton Leite, nós estamos estudando, nossa equipe técnica –

assessorada pela SP Negócios – está analisando, junto com a Secretaria de Finanças, aliás, temos uma comissão municipal de PPPs no sentido de decidir qual o caminho que vamos escolher. Se vamos, para manter um projeto, um edital, com garantias importantes, enviar o projeto de lei para cá, ou se vamos preferir não, temos um prazo para republicar o edital.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Simão, só vou pedir licença para dizer o seguinte. Primeiro, é a forma que vamos encaminhar o debate. Nós necessitamos de que sejamos mais objetivos e rápidos na resposta, porque temos uma pauta enorme hoje, o dia todo, então precisamos ser mais rápido no ping-pong, o tanto quanto for possível.

O SR. SIMÃO PEDRO – Correto. Obrigado.

O SR. MILTON LEITE – Por conta disso. Entendi sua colocação.

O SR. SIMÃO PEDRO – Obrigado. Peço desculpas.

O SR. MILTON LEITE - O que chama a atenção desta Casa é que não foi perguntado qual é a solução para o Tribunal. O Tribunal falou: “não, se vocês fizerem assim está resolvido”? Nunca aconteceu isso no Tribunal, o Tribunal diz: “vocês mudam isso aqui que daí não precisa fazer”.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vereador Milton Leite, gostaria de pedir encarecidamente para retomarmos a pauta do Orçamento numa questão objetiva.

O Tribunal passou a ser órgão de consulta, coisa que nunca foi. O Tribunal passou a ser órgão legislador, coisa que nunca foi. E tudo por conta de um procedimento adotado pelo Sr. Prefeito de obstar a participação da Câmara num processo dos mais importantes que a Cidade atravessa. E, estranhamente, fez isso com um sistema de iluminação e não fez isso com o sistema de transporte público coletivo, não fez isso com o sistema de edifício-garagem e não fez isso com os terminais.

Portanto, há mais estranheza nesse processo do que o simples fato de o Tribunal se curvar ao Executivo sem assessorar o Parlamento.

O SR. MILTON LEITE – Obrigado, Sr. Presidente. Vou retomar, mas só quis

register essa posição porque isso é importante, é que o primeiro questionamento nosso com relação a isso, e porquê estamos indagando isso, é justamente para que venha o projeto de lei em relação a isso, e para que se reflita e mande para cá o referido projeto. Eu duvido que alguém queira um projeto de lei questionado pelo Legislativo o resto de vida. Não há segurança jurídica.

Nós vamos questionar em todas as instâncias, tanto quanto for possível, visto que foi emitido um documento pela maioria dessa Casa – 34 Srs. Vereadores assinaram – demandando ao Tribunal que enviasse para cá. E, novamente, o Tribunal afrontou essa Casa. O Tribunal de Contas atreveu-se a afrontar a Câmara Municipal de São Paulo. Obviamente, isso vai ter consequências. No voto do João Antonio, isso terá consequência. A Casa reage, ela não vai tolerar esse atrevimento.

Mas, e por que falo isso, Secretário? A primeira pergunta é a seguinte: o senhor estava falando da iluminação pública, na rubrica 49.12 Operação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública. Temos lá, e o senhor colocou aqui R\$ 445,8 milhões, com o aumento de 63%, considerando que, em 2015, nós tínhamos orçado 273, nessa rubrica, não no total da Cosip, total de receitas de Cosip, na 08. Fazendo uma conta de investimento que fala da PPP, em cinco anos, estão previstos quantos investimentos na PPP que o senhor lançou na condição “editalícia”?

O SR. SIMÃO PEDRO – Por volta de 1,7 bilhão.

O SR. MILTON LEITE – Pois é. Se fizermos uma conta, o senhor executa 2,2 bilhões nessa aqui sem ter de entregar para ninguém. Por que eu tenho de entregar uma parceria? Com os recursos que o senhor tem aqui, 4,4, em cinco anos você tem 2,2 bi, é mais do que vou ter de entregar. Essa PPP é a melhor coisa que tem para o vencedor, mas para a municipalidade é ruim. Por que é ruim? Nós estamos falando que em cinco anos 2,2 bi de investimento, que é o que o senhor está operando.

O senhor colocou aqui: “operação e manutenção da rede de iluminação pública”. O

senhor consegue trocar as lâmpadas, o senhor está trocando com contrato e eu imagino que por um bom preço, nós não observamos as unidades, mas só com o dinheiro da operação o senhor consegue fazer até mais do que o senhor está colocando, até em quatro anos. Ai a pergunta: porque eu tenho de entregar 23 desse jeito?

A pergunta é a seguinte, Sr. Secretário, considerando que o senhor teve o incremento de 68%, qual foi o planejamento que o senhor fez para fazer uso desse recurso, desse aumento de 63? Em 2015, o senhor tinha 273 e está indo para 446 em números redondos da contribuição, que são os investimentos na iluminação pública. É nessa rubrica que o senhor está fazendo a iluminação da marginal e outros.

Pois é, Secretário. O que o senhor pretende fazer com essa retomada? Quanto o senhor consegue avançar só com esse recurso que temos aqui nesta rubrica de 446 milhões de reais? O senhor teve um aumento significativo por conta do aumento da energia elétrica.

Então, Sr. Secretário, eu gostaria que o senhor falasse um pouco a respeito dessa boa notícia que nenhum secretário terá. Neste ponto de investimento, Simão, o senhor é um aquinhoado, a sorte do senhor é que a fonte é 08. Senão, imagina, esta Câmara, seguramente o Jair Tattó iria querer levar um pouco para a Subprefeitura e, outro, não temos como levar.

O senhor aqui é um iluminado com 63% de acréscimo. Ninguém terá esse dinheiro. O que o senhor vai fazer especificamente com esse dinheiro? Qual o planejamento para 2016?

R – Vereador Milton Leite, tomamos conhecimento do voto do João Antonio, ele nos chegou oficialmente, acho que na quinta-feira ou na terça. Então, nós estamos analisando. Nós temos um prazo para republicar o edital e para abrir de novo a concorrência.

Em relação ao que o senhor está me perguntado da proposta orçamentária do Ilume, este ano de 2015 tivemos um aumento da conta de energia que bateu na casa dos 85%.

P – Quanta maldade contra o povo.

R – Pois é.

P – O senhor também paga essa conta.

R – Todos nós pagamos com essa situação que o país passou durante o ano passado. Este ano com a seca histórica e que atinge a cidade de São Paulo brutalmente.

Então, tivemos um reajuste na conta de energia extraordinário. O ordinário, aquele que realmente se espera, de 15%; tivemos um negativo, em 2014, que beneficiou bastante a cidade de 18%; mas, em 2015, tivemos esse problema. Quem esperava um aumento desse tamanho este ano?

Em junho, houve um aumento de 35% e já veio na conta de energia. Eu não tenho os dados aqui, mas para vocês terem ideia do que estou falando, em 2012, o Ilume pagava 10 milhões de reais, por mês, de conta de energia para a Eletropaulo. Com o desconto de 18%, em 2014, mais os programas de eficientização que levamos a cabo em 2013 – nós trocamos 120 mil luminárias e mesmo ampliando o parque em 18 mil pontos, em 2013 -, em 2014, a conta caiu bastante, chegamos a pagar 7,5 milhões por mês.

Nós ampliamos o parque em 43 mil pontos. É uma cidade de Santo André nova que colocamos nesses dois anos e meio em São Paulo em termos de novos pontos. Este ano, tivemos meses que a conta subiu para 16 milhões. Então, quebrando todo o planejamento. A gente esperava ampliar o parque, porque temos demandas reprimidas. Nós até queríamos avançar um pouco mais no projeto do LED, por exemplo, na Avenida Cupecê, que temos o projeto pronto, assim como na Avenida Jacu-Pêssego e alguns bairros, mas tivemos de segurar porque o aumento da conta de energia comeu o saldo da Cosip entrando inclusive no orçamento da ampliação.

Para o ano que vem, evidente que esse reajuste que penalizou todos nós e a conta do Ilume este ano vem para Cosip o ano que vem. A legislação é assim: quando a conta da energia sobe, ela já sobe naquele mês. A concessionaria Eletropaulo já cobra naquele mês. O reajuste da Cosip só vem a partir de 1º de janeiro, refletindo esses aumentos que tivemos no ano anterior.

Então, por isso é que o orçamento do Ilume teve essa melhora significativa para o

ano que vem, ou seja, de mais ou menos 300 milhões este ano para 540 milhões. Esse orçamento, evidentemente, vai nos dar oportunidade – não saindo a PPP – de avançar.

P – Só para entender, Sr. Secretário. Esta Câmara deseja a PPP, mas um instrumento democrático para a Cidade. Quais os moldes? Que permita esta Casa estudar os valores, as regiões, não só um monopólio, um lote só.

Cito um exemplo na sua própria pasta que esta dando certo: serviço de coleta de lixo tem dois grandes consórcios que dão um pouco de tranquilidade para a sociedade. Não se pode criar o monopólio, é muito ruim, é prejudicial à Cidade.

Se tiver um problema em uma empresa, vamos ficar na mão de um só. Uma cidade do tamanho de São Paulo não pode se sujeitar e não deve se sujeitar a um consórcio único, a por tanto recurso em uma empresa só.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Vereador Milton, peço encarecidamente.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, é que estamos discutindo neste momento exatamente o investimento. É impossível discutir investimento do ano de 2016 se não falarmos da PPP. Não é possível a discussão desta pasta com um dos maiores investimentos que se tem. A cidade de São Paulo quer discutir o orçamento. Nós estamos discutindo de que forma vamos fazer o investimento do ano que vem.

Se o Sr. Prefeito manda uma projeto em caráter de urgência, nós vamos discutir. Em 30 dias a gente entrega, o que te dá tranquilidade jurídica. Troca tudo, acerta tudo. Vocês estão criando um monstro para ficar nos tribunais questionando essa licitação. No mundo de hoje não é uma boa atitude.

O SR. SIMÃO PEDRO – Eu não tenho dúvidas de que os Vereadores desta Casa, que são representantes da nossa população, querem o melhor para a Cidade. Se eu falei algo que desse o sentido contrário a isso, peço perdão.

Só para continuar, aquele item “manutenção, operação e consumo de energia”, 445

milhões, metade disso é para pagar conta de energia. Por isso que a PPP é importante. Com o LED, o consumo de energia cai pela metade. É importante a modernização.

P – Se o senhor fizer isso com recurso próprio,...O senhor não seria capaz de fazer esse investimento sozinho com contrato de serviço?

R – O cálculo que fizemos é que se for para fazer com o contrato atual ou um tipo de contrato...

P – Cinco anos, pode ser.

R – Não, cinco anos é para trocar com a PPP com investimento...

P – Se o senhor fizer um contrato de serviço novo, uma licitação com contrato de serviço novo, ou PPP de cinco anos, o senhor teria praticamente o mesmo investimento sem ter de largar na mão de tanta gente o mesmo modelo. Esse mesmo dinheiro que estamos gastando aqui, não tem de entregar para um único vencedor, um agente estrangeiro tomar conta. Nós precisamos desta guarita de alguém vir tomar conta sozinho daquilo que estamos vendendo que o dinheiro dá. Esse é um dos poucos dinheiros que são suficientes.

Por que a Casa quer discutir? Este investimento, nós desejamos que vá para a periferia: Jardim Ângela, Brasilândia, Piraporinha, Itaquera. Então, Sr. Secretário, o senhor tem toda a qualificação para, em tese, com o mesmo dinheiro, sem ter de entregar....

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vereador, só para anunciar a presença do Secretário-Adjunto Dr. Renato. Obrigado pela presença. O Vereador Nomura também está ao nosso lado e também ajuda no processo de análise e deliberação da Comissão.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, eu diria o seguinte ao senhor, se o senhor ficar na secretaria e se eu fosse Prefeito – não sou e não tenho essa pretensão -, mas deixaria para o senhor fazer a troca com serviço. Eu tenho certeza de que o senhor faria equivalente a PPP. É só colocar as pessoas qualificadas no local certo que tenha credibilidade. O senhor tem essa ferramenta.

O que esta Cidade não entende é porque só na mão de um contrato. O senhor tem

a qualificação e a condição. Eu não duvido disso. Eu não sei por que o Prefeito insiste em uma PPP única em um projeto único. Eu sei, nós temos conhecimento dos bastidores da Prefeitura. Não é iniciativa de V.Exa. Não estamos aqui crucificando o Simão Pedro.

Entendemos que o senhor com esse dinheiro, com liberdade, sabendo fazer bom uso do recurso, o senhor faria o mesmo da iluminação pública em cinco anos. Não teria problema porque a conta abaixaria, o senhor saberia escolher prioridade junto com esta Casa ano a ano, não teria problema.

Seria mais democrático com a sociedade deixar o senhor cinco anos vindo aqui discutir, o senhor faria do mesmo jeito e teria o mesmo resultado com planejamento estratégico, da mesma forma, não teria nenhum problema e seria um atrativo enorme cinco contratos para o senhor fazer com cada região da Cidade. Seria uma maravilha.

Então, Secretário, superado esse que o senhor já disse, vou para outra unidade. O senhor tem na unidade de administração 2100, o senhor orçou, em 2015, 4.696 milhões. De novo, em 2016, o senhor está com 7.460 milhões. O senhor teve um aumento de 59%.

Como o senhor usou esse dinheiro? O que mudou tanto para ter 59%? Um é a conta de energia, outro são investimentos e outra é administração. Você está dizendo aqui administração da unidade. O que você paga com essa administração da unidade?

O SR. SIMÃO PEDRO – O senhor está se referindo ao gabinete, não é?

P – Não sei se é o gabinete.

R – É.

R – Porque aumentou 59%.

P – Então, Vereador Milton Leite, eu só queria concluir o raciocínio. Eu respeito a opinião de V.Exa., mas entendemos que ter um parque todo modernizado para LED em um período curto e ter um centro de controle operacional, tele gestão para a gente medir a eficiência da rede, medir o consumo real de energia. O senhor sabe que hoje pagamos por estimativa. Quantas luminárias nós temos? Quanto é de LED? Quanto é vapor de mercúrio?

Quanto é de sódio? Fazemos uma estimativa e pagamos. As possibilidades que isso nos dará de ter um controle efetivo. Agora, isso em cinco anos, por isso a ideia da concessão. É uma antecipação.

Se for para fazer o contrato administrativo, o tipo de contrato atual, vamos levar anos, talvez 20 anos para trocar todo o parque. Esse é o raciocínio que fizemos ao encaminhar ao projeto da PPP.

P – O senhor só não falou porque um lote e não dois.

R – Pensamos o seguinte sobre o lote, na administração anterior, ao fazer a licitação que contratou a SPLuz, ela fez em um lote único, por quê? Qual foi o raciocínio elaborado no contrato de 2011, que está em vigor hoje e termina no fim do ano, com possibilidade de o renovarmos. Em razão do controle da rede, por exemplo, o Centro de Controle Operacional, o sistema de manutenção, nós copiamos e levamos em consideração um pouco o modelo atual para termos uma administração única, porque cinco lotes, dois lotes, três, pensamos nessa possibilidade.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, vou contra argumentar com um colega de pasta que está com a licitação aberta, da mesma forma, e ela é muito maior do que a do senhor. É o sistema de transporte coletivo. Ele tem vários sistemas e criou o CCO, que é um sistema moderno, um Centro de Controle Operacional. Quer dizer, é muito mais lote. Quantos lotes há lá, Sr. Secretário? Por isso esse argumento... O lixo tem dois.

Estou dizendo que a licitação do serviço em um ou dois lotes... O Centro de Controle Operacional da Transportes é muito mais complexo do que da lâmpada, porque tem muito mais gente, muito mais investimento. O tamanho e a dimensão dele são muito maiores.

Não obstante, ele lançou diversos lotes, vários lotes. Já tínhamos vários contratos do serviço de transporte urbano, que é o maior que existe na cidade de São Paulo, sem a necessidade de ter... Caberia, suportaria claramente essa... Quero contrapor com o que o senhor está falando, comparar com o que esta gestão está fazendo, que entendo como

Iouvável. Daí a pergunta: por que não se faz um sistema único na cidade de São Paulo? Ora, ou dois ou três? Porque a cidade de São Paulo tem no transporte público acho que chega a 22, não é? Dezesseis, acho que chega a 22 lotes. Acho que é isso. Não estou com os números na cabeça. São vários.

Mas, Sr. Secretário, e tem um único sistema de controle, o sistema único de controle que multa, quer dizer, continuo contestando, comparando, não com a administração anterior, com a própria atual gestão, querendo entender por que o Sr. Fernando Haddad quer colocar a equipe dele, não sei se S.Exa. especificamente, do gabinete. Um foi embora, que conduzia essa pasta. Bastou o Ministério Público querer intimá-lo a explicar a licitação, ele foi embora, o Sr. Marcos Cruz. Correu de lá, mas os senhores são dignos, ficaram e estão lá debatendo esse problema.

Então, Sr. Secretário, não vou ficar debatendo isso aqui, mas estou mostrando que não há razão clara de complexidade que não permita uma democratização e mais oportunidade à Cidade. É claro que pulverizar muito seria danoso, mas concentrar, o inverso também é um risco para a gestão. É um risco para a gestão. Não vejo...

O SR. SIMÃO PEDRO - Vereador, apenas para acrescentar uma informação. Nós recebemos 11 estudos, optamos pelo caminho da manifestação do interesse privado e optamos pelo caminho de buscar no setor privado expertise, conhecimento de como gerir um parque modernizado. Todos os 11 estudos apresentados nos sugeriram o lote único. Então, não foi algo da minha cabeça, da cabeça do Sr. Prefeito ou dos técnicos. Já tínhamos o modelo da administração do Governo anterior para o contrato atual, mas até sobre esse sistema, disponho-me a vir para continuarmos com esse debate que acho ser de interesse de toda a Cidade, concordo com V.Exa.

O SR. MILTON LEITE – Por isso, Sr. Secretário, que queríamos fazer a lei e dentro do escopo da lei, tentar discutir essa matéria, tentar botar transparência nela. Isso não deve ser feito em gabinete, mas em audiências públicas, debatido claramente.

Vemos que V.Exa. tem uma equipe boa. Estive numa audiência pública com o Sr. Serra e é fantástico o conhecimento e a assistência que se tem dele. Então, a Secretaria tem corpo técnico, tem sim qualificação para conduzir esse processo. Tenho dúvida... Fizemos isso em audiência pública, em debate com o povo. Foi da maior transparência possível, Sr. Secretário. A sua equipe esteve comigo, no nosso bairro, na zona Sul, num debate maravilhoso.

O SR. SIMÃO PEDRO - Íamos fazer na zona Leste.

O SR. MILTON LEITE – Pois é. Fizemos uma que serviu de exemplo para todas. Só na zona Sul... E ele esteve lá, foi de uma desenvoltura fantástica. Quer dizer, equipe e qualificação V.Exa. tem. Não foi apenas ele, mas a equipe toda. Querer agora suprimir em favor de um ou outro, é claro que V.Exa. tem capacidade de gestão, de implementar projeto, contratar projeto e serviço. São dois modelos que a Câmara e a Cidade desejariam discutir.

Não pode um prefeito, ou pelo menos não deveria, tentar impor isso a sociedade, goela abaixo. Pode, tentando prestigiar aos senhores e toda equipe que tem lá. A equipe que tem lá é boa, é qualificada. Não vejo necessidade. Basta olhar aqueles que participam do trabalho que eles fazem. Não uma rua que esse homem não conhece, uma lâmpada que não sabe onde está queimada. Um só. E os demais que estavam com ele. É fantástico. Vamos em frente Secretário.

O SR. SIMÃO PEDRO – Voltando aqui a pergunta de V.Exa. sobre o gabinete. A alteração, na verdade - aqui tem um quadro – não foi muito significativo. Foi feito do seguinte: a implantação de Eco pontos, a penúltima linha em branco, implantação de Eco pontos 9 milhões 450. Esse recurso no orçamento anterior estava no Fema...

O SR. MILTON LEITE – Perdão Secretário. Não é isso. Só perguntei da 2. Vou chegar no Ecoponto. Falei na rubrica 2100, administração da unidade. O senhor tinha ano passado, 4.966, e está levando, o que é pessoal, imagino 7460. O senhor teve um incremento de 59%, queria entender o que demandou essa alteração em 59%.

R – O senhor está se referindo ao Ilume?

P – Não! Na iluminação pública do Ilume. A rubrica 2100. O senhor teve um aumento de 59%. Estamos discutindo no momento Fundip – Fundo de Iluminação Pública. O que o senhor faz com essa administração, e o que está alterando para 2016? Onde vão gastar esse dinheiro? Administração da unidade. Em 2015 o senhor tinha 4.696. Pagou até agora - por isso está me chamando atenção - o senhor pagou, liquidado até agora, 1.529. atualizado até setembro, o mesmo valor... Só que o senhor está pedindo 7.460, 59 % de aumento. Queremos entender o que está acontecendo com esse dinheiro? O que o senhor está gastando ai?

R – O senhor permite passar para o diretor José Alberto Serra.

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA – Estamos aumentando o numero de serviço. Por exemplo, a partir do ano que vem vamos ter atendimento móvel à cidade. Vamos ter veículos que vai atender a população, o mesmo atendimento que faço hoje dentro do Ilume, teremos nos bairros. Vamos ter um Ilume móvel que vai estar em vários pontos da Cidade de São Paulo fazendo atendimento.

P – Pontos, o senhor diz assim, Subprefeituras?

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA – Das subprefeituras, distritos, subprefeituras. É um veículo nosso. O gabinete vai estar dentro de um equipamento, um furgão que vai até os locais mais distantes fazer o atendimento...

P – Solicitou isso, o senhor tem esse equipamento? Explica isso. É um equipamento novo. Não conhecemos.

R – Para isso estamos licitando para o orçamento do ano que vem. Hoje o Município para pedir um serviço, ou vai até Sub, aí tem todo aquele trâmite, sai da Sub até chegar na Ilume. Vamos ter uma praça de atendimento, que é o ICICLO

P – Quantas unidades o senhor têm? Uma só. Várias?

R – Nesse ponto estamos com uma unidade que vai estar rodando.

P – Quanto custa esse equipamento todo?

R– Não sei precisar, no momento. Estamos aumentando serviços. Os nossos fiscais estavam presos...

P – Entendi. Apenas para clarear. O senhor está colocando um aumento de 4 para praticamente 7. O senhor está ganhando três milhões 74. O senhor está dizendo que só tem um equipamento.

R – É um dos serviços.

P – O que mais o senhor tem? Como sumiram todo esse dinheiro?

R – Os nossos fiscais não tinham como se deslocar. A partir do ano que vem, já temos oito veículos rodando com nossos fiscais na rua. Eles não iam em todos os pontos da cidade. Queremos também os serviços de moto link, que não temos. Hoje, atendemos por meio de um telefonema. O serviço de moto link, vou ter motos rodando na cidade que vai me evitar furto carro, por exemplo, um túnel onde acontecem assaltos diariamente, como o de Itaquera. Nosso moto link tem uma vigia, isso não tínhamos. Vamos ter esses serviço de vigia na Cidade. Estamos solicitando seis veículos, voltar nas seis áreas da cidade, rodando 24 horas.

P - O senhor vai gastar mais três milhões, tudo isso...

R – Não. São exemplos de atendimento. Tem mais coisas. Que estamos, tudo para atender mais a população.

P- Estou concordando. Pergunto. Vou insistir nisso: o senhor tinha, orçado 4,7milhões redondo. O senhor gastou 1 e meio até agora. Execução orçamentária, até setembro. O que me leva a crer, que algo não, ou o senhor não tinha o dinheiro disponibilizado, ou algo aconteceu. O senhor está pedindo o aumento de mais de três milhões, não estou aqui examinando os três milhões a mais orçados. Estou examinando a execução orçamentária. O senhor tem dinheiro lá.

O SR. SIMÃO PEDRO – Temos um problema de medição, que nem tudo, por exemplo, já tem serviços que está em medição que ela não está computado ainda como

execução. Ele só vira, após a medição.

P – Sei. Aqui estamos em setembro. O senhor aqui, 1,5 milhões até setembro. É um terço do orçado para 2015. Aqui o senhor está aumentando para mais três anos que vem. O senhor explicou serviço. O veículo, acho que é boa ideia. Tem de ver onde está gastando. O senhor vai gastar mesmo os 4,7 milhões estimados para 2015.

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA – Voltando a repetir, gastar vamos gastar como tínhamos execuções orçamentárias em 2013 a 2014, gastamos todo o orçamento, a diferença, que nem tudo que você já executou, está medido. Não tenho um milhão e pouco para gastar mais. Não tenho.

P – Apenas um parêntese. Concluir para o senhor entender. Em 2014, o senhor tinha autorizado 5,3. O senhor gastou 2,7 e agora, em 2015, o senhor tem no orçamento, 4,7 e o senhor está aumentando para 15, quando o senhor nunca executou. A execução orçamentária, ou não estão liberando o dinheiro para o senhor. Em 2014 o senhor não fez isso, gastou 2,7 milhões, em 2015 o senhor tem 4,7, só gastou 1,5. Gastou um terço. O senhor está pedindo essa mesma rubrica a 7,4 milhões para 2016, com 59% de aumento. Para o senhor ter uma ideia, em relação a 2014, o senhor está oscilando 174%. Pergunto. Aqui só tenho números, não tenho isso que o senhor está falando, execução. Só tenho o que foi, efetivamente, apareceu de gastos. E temos problemas de iluminação pública, o senhor mesmo mencionou em audiência pública, que estamos tentando resolver. O que está acontecendo orçamentariamente na 2100, unidade de administração da unidade. Não estou entendendo o que está contido na 2100 que não é pessoal. Isso que o senhor está me colocando que é carro, entenderia que lhe coubesse na operação e manutenção da 49 e 12. Outra rubrica. Onde o senhor terá 445 milhões. E não na administração da unidade. Há um conflito. Essa fala do senhor me leva que tem alguma coisa que carece um esclarecimento. O seu pessoal, tudo bem. Pessoal administração. Mas equipamento, caberia na 4912, que é iluminação. O sistema que o senhor está dando assistência. Não entendi porque o senhor está gastando nessa

rúbrica aquilo que nunca gastou.

R - Esses serviços são da rúbrica da administração, não são serviços. Normalmente, toda a rúbrica anterior de 445, são vinculado ao contrato que temos. Ou Eletropaulo, ou consócio.

P - Na operação e manutenção o senhor tem retido o contrato que dá para disponibilizar esse equipamento por parte da empresa contratada, que está dentro da 4912. O senhor pode lançar mão dele.

R – Não, isso não dá para usar aqui.

P – Mas o senhor não tem carro para a supervisão fornecido por eles?

R – Não tenho.

P – O senhor usa da própria Secretaria?

R – Hoje nós usamos da própria Secretaria.

P – Que é dessa rúbrica 12100?

R – Isso.

P – Eu queria entender onde é que está o gasto? Ainda não ficou claro para nós e é muito dinheiro, não é pouco.

- Manifestação fora do microfone.

R – Não tem, não tem.

P – Se o senhor quiser olhar os dados era bom porque a conta não está fechando de 2014.

R – Então, são serviços que teríamos que ler um por um para...em todos houve aumento tanto pelas correções, o valor não é o mesmo do ano passado, quanto de serviços novos que estamos tentando implementar.

P – Eu entendi tudo isso, só que em 2014 o senhor não gastou isso, o serviço: locação, equipamento, telefonia, está tudo certo, só que o senhor não gastou isso lá, o senhor

gastou 2,7 milhões em 2014 de 2015 até agora o senhor gastou um terço do valor: 33%.

R – Eu volto a repetir, são serviços que não foram medidos ainda, já gastei. O número que V.Exa. reflete hoje do Orçamento executado não é o real pelo fato de ele não ter sido medido e executado ainda.

P – O senhor está dizendo que vai gastar 100%?

R – Vou gastar 100% do Orçamento até 31 de dezembro.

P – E o que houve em 2014 que o senhor não gastou?

R – Em 2014 nós tínhamos serviços que devido a PPP, por exemplo, tínhamos um veículo, que seria a medição da iluminação, que seria grande parte do Orçamento que nós não gastamos devido ao Orçamento da PPP. Isso foi justificado e na época nós relocamos esse valor para a conta para despesas com energia e outros serviços. Em 2014 nós tínhamos retificado junto ao IPT um veículo de medição da iluminação na cidade, que era o grande investimento nosso, que não virou realidade devido ao evento da PPP, mas esse valor veio para a conta da energia, nós suplementamos a conta de energia em 2014. Não foi valor não gasto.

P – Então, tranquilo, essa inovação que o senhor está trazendo vamos consumir os 7,7.

R – Em 100%.

P – Quero concluir a parte de iluminação pública para fazermos depois lixo e serviço funerário, então, vou deixar alguns itens não debatidos e quaro deixar muito claro que acredito no trabalho do Serra.

O SR. SIMÃO PEDRO - Só para reforçar o que o engenheiro José Alberto Almeida falou, o Ilume em 2013 era o serviço de maior reclamação na ouvidoria da Prefeitura, hoje está em 16º no ranking então melhorou muito e V.Exa. tem razão em elogiar porque com toda a simplicidade do José Alberto Serra e só para V.Exa. ter uma ideia nós tínhamos um funcionário Ilume que fazia a verificação na rua. Nós criamos uma equipe com os carrinhos lá, com a

estrutura, hoje são dez pessoas, que vão nos Consegs, participam das reuniões, e, quando o Vereador solicita, quando uma reunião de associação de moradores pedindo inclusive ajuda, a única forma que hoje o cidadão tem para reclamar que a lâmpada está queimada é ligar para o 0800, então, estamos fazendo um trabalho preventivo muito grande o que diminuiu o volume. Nós queremos aprimorar isso com esse veículo que vai circular na cidade, fazendo atendimento, nós queremos ter essa possibilidade de locomoção.

O SR. MILTON LEITE – Faça logo quatro, Sr. Secretário, a cidade é grande, um só para rodar, os Subprefeitos vão ficar brigando por ele, não dá. Com esse dinheiro aqui dá para fazer quatro. Espreme um pouquinho e dá a condição.

O SR. SIMÃO PEDRO - Nós colocamos esse reajuste nessa atividade de melhoria do serviço de atendimento porque de fato o Orçamento do Ilume melhorou bastante com a valorização da Cosipe para o ano que vem, então, além de pagar conta de energia que subiu, além de avançar em projetos de ampliação e modernização nós queremos também melhorar o serviço, não adianta colocar LED lá no Jardim Ângela se não temos condições que o nosso servidor possa fiscalizar, acompanhar a execução da obra e assim por diante. Então, o objetivo nessa melhoria da rubrica, da ampliação do serviço, da prestação de serviço, é em função disso, não temos um melhor Orçamento, queremos ampliar os serviços na sua qualidade, na sua oferta, mas também o atendimento a nossa população.

O SR. MILTON LEITE – Evidentemente vou ficar observando todos os itens para debater com os senhores um por um, mas vou democratizar com os demais membros e com aqueles que aqui comparecem para debater a Peça Orçamentária. Sr. Secretário, quero crer que para dar mais suporte aqueles que efetivamente fazem um bom serviço e com qualidade.

O SR. SIMÃO PEDRO - Agradeço e cumprimento meu amigo e Vereador Paulo Fiorilo, meu Presidente.

O SR. PAULO FIORILO – Obrigado, Sr. Secretário Simão Pedro.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio

Nomura.

O SR. MILTON LEITE – Só para o Sr. Secretário disponibilizar para a nossa assessoria todo o material impresso que trazem para apresentação que nos deixe a cópia para todos os senhores membros também estudar.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Já fica demandado aqui do Sr. Secretário que deixe os relatórios para que possa ser partilhado com os membros da Comissão. Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Srs. Vereadores, Sr. Secretário Simão Pedro, na pessoa do qual gostaria de saudar todas as autoridades aqui presentes. Gostaria de retomar uma questão, pois ficou uma dúvida muito grande e foi alvo de uma dúvida com relação à subcomissão de iluminação pública. Foi um fato gravíssimo que foi relatado pela senhora Adriana Machado, que é responsável pelo setor de Relações Governamentais na empresa GE. Ela afirma que em abril de 2013 ela solicitou um encontro com o Sr. Leonardo, que era o Secretário de Relações Internacionais para mostrar o portfólio e tecnologias da empresa. Posteriormente se encontrou com o Secretário Marcos Cruz, que saiu, e o Presidente da SPNegócios que também saiu, Sr. Wilson Poit. Durante esses esclarecimentos ela disse que a intenção do Governo pode ter nascido a partir desse diálogo em que o Governo descobriu que existiam tecnologias que poderiam ajudar a população. Ela afirmou ainda que a intenção do Governo pode ter nascido a partir do diálogo em que o Governo descobriu que no mundo existem tecnologias.

Já o Sr. Wilson Poit afirmou que trabalhou na GE e que após os representantes terem feito as reuniões com os Secretários de Governo Municipal apresentou no dia 16 de setembro de 2013 perante a Secretaria Municipal de Serviços um pedido de autorização para a apresentação de estudos preliminares relacionados com o serviço de iluminação pública municipal, então, no dia 18 do mesmo mês, ou seja, dois dias após o pedido, uma agilidade surpreendente dessa Prefeitura, foi assinada uma Portaria 104/13, que instituiu uma comissão

especial para avaliação, para analisar o pedido de autorização de estudo de viabilização de uma concessão ou uma Parceria Público Privada no intuito de analisar, estudar, enfim, apresentar um projeto para a nova modelagem.

Ainda no dia 30 de abril elaborou-se uma ata da reunião da comissão especial, sendo que no mês seguinte foi publicado um chamamento público. É de se espantar e é surpreendente essa rapidez da Administração que, em apenas duas semanas, decidiu levar avante lembrando da proposta da iniciativa privada. Um projeto de mais de sete bilhões com prazo de 20 anos. Então, gostaria de indagar de V.Exa. se esses dados estão corretos e apenas duas semanas após a audiência que teve com as autoridades da GE a Prefeitura chegou ao interesse de criar essa comissão e também abrir estudos para a PPP de iluminação pública.

O SR. SIMÃO PEDRO - Obrigado, Vereador Aurélio Nomura, quando assumi a Secretaria de Serviços e o nomeei o antecessor do Alberto Serra, que é o engenheiro Paulo de Tarso, o Alberto Serra era diretor, depois veio a assumir a diretoria geral do Ilume eu lembro que logo no início do nosso Governo eu pedi para Ilume porque já tinha na transição, já tinha durante a campanha esse tema da iluminação em LED já era um tema em debate. Perguntei se o Ilume tinha especificação de luminárias em LED, com não tinha, eu pedi para que Ilume pudesse fazê-lo e hoje o Ilume tem, aliás, o selo do Ilume é importante, uma empresa que tem o produto homologado Ilume, isso tem um valor, se quiser vender um produto em outra Prefeitura. Então, hoje temos umas cinco ou seis empresas credenciadas com seus produtos homologados em Ilume, luminárias de LED e outros produtos que são derivados de uma iluminação em LED já especificados em Ilume.

Não conhecia essa informação de que houve essa reunião, mas acho que o caminho era esse. Citou Secretaria de Relações Internacionais, citou empresa multinacional que queira dialogar com a Prefeitura, o caminho é o de procurar uma Secretaria, uma multinacional. São Paulo é uma das cidades que mais têm consulados de tudo o quanto é país,

então, a Administração sempre é procurada, normalmente, os consulados defendem interesses de suas empresas e assim por diante. Recentemente, até recebi uma cônsul e o país estava se sentindo prejudicado por uma decisão que tomamos, acho que foi em Amlurb, normalmente, e vêm os cônsules defender, mas o caminho correto é a Secretaria de Relações Internacionais. Agora, desde o início, nós tínhamos vários caminhos e um deles era a Secretaria contratar, com a intenção nossa de fazer uma PPP, eu sempre trabalhei com a seguinte ideia, o que dá para fazer a curto, médio e longo prazos? Porque na iluminação diariamente a imprensa nos questiona: se tem uma luminária apagada e se apaga muitas luminárias a imprensa questiona que a cidade está um breu, que está mal iluminada, então, nós fizemos a repactuação do contrato atual em março-abril, repactuamos metas, conseguimos um desconto substancial. Feito isso, nós pensamos: o que poderíamos fazer, em 2014, em longo prazo? Aí surgiu essa ideia, por que não trocar o parque por LED.

Por exemplo, essa coisa de que o Ilume era a área mais reclamada na Ouvidoria. Por que acontecia isso? Quantas médias de ligações nós tínhamos por mês, por semana? Qual o tipo de reclamação? Nós passamos a buscar um caminho para a iluminação pública e uma ideia foi trocar o parque de iluminação.

Há um centro de controle que eu, como Deputado, já conhecia, o Centro de Controle Operacional da Eletropaulo, que ficava na Tabatinguera, hoje eles têm um parque moderno. Nós somos clientes da Eletropaulo e eles têm um centro de controle que acusa quando queima um circuito, um transformador. Por que não ter isso na iluminação pública?

Começamos a questionar, ver os valores, e chegamos a essa ideia de que São Paulo precisaria ter um investimento muito bom. Na época, o orçamento só da conta de iluminação, consumia mais de 50% do orçamento do Ilume, da Cosip.

Aí nós pensamos que poderíamos contratar uma empresa particular, abrir uma licitação, para fazer os estudos para a Administração. Tínhamos o SP Negócios, empresa constituída para prospectar negócios para a cidade, e assim por diante.

Chegamos a contratar a SP Negócios para nos dar assessoria técnica, mas o caminho que se pensou era o de uma... Ao invés de contratarmos, porque poderia haver questionamentos também, de qual empresa contratamos, será que não estaria sendo capturada por algum interesse, então preferimos o caminho de buscar na iniciativa privada os estudos.

A GE, nessa data que o senhor mencionou, ofereceu uma proposta, pedindo licença para a Cidade para fazer estudos.

Eu, como Secretário, entendi que aquilo casava com as intenções, com as nossas ideias, e falei: por que não? E aí fomos olhar a legislação, entendemos que deveríamos seguir todos os trâmites legais, publicamos aquela manifestação da empresa, fizemos o chamamento, credenciamos 34 empresas que se ofereceram para realizar os estudos. Depois, no período subsequente, recebemos 11 estudos de algumas empresas individualmente, grupos, consórcios, que se juntaram. Eu acredito, tenho muita convicção, de que esse foi o caminho mais correto que nós adotamos para os estudos.

Se não temos a *expertise* aqui, por que não recorrer à iniciativa privada que tem. Empresas de grande porte, fabricante de luminária, grandes construtoras, grandes consultorias, eu acho que nós somos muito privilegiados por esse caminho. É o caminho que acho mais democrático, correto, transparente. As audiências que nós fizemos com cada um dos consórcios foram gravadas.

Criamos a comissão, foi o meu Secretário Adjunto que presidiu, participaram os procuradores da minha secretaria, também o Alberto Serra, Diretor do Ilume, para que dirigessem esse processo. Evidentemente com a contratação da SP Negócios para nos fazer a assessoria técnica. Foi um projeto demorado que hoje, concluído, esperamos ter uma grande concorrência.

Defendi, particularmente, que fosse uma licitação internacional. Então eu não tenho qualquer dúvida de que foi um caminho muito transparente, correto, para que pudéssemos ter

o melhor projeto para a cidade de São Paulo, que a Cidade precisa e merece.

Nós contratamos a SP Negócios, tivemos assessoria, foram profissionais qualificados que nos ajudaram.

Desconheço e discordo dessa afirmação da Sra. Adriana Machado, como o senhor mencionou, de que pudesse ter nascido dessa reunião a intenção de fazer uma PPP. Nós já vínhamos conversando sobre alternativas, projetos que pudessem avançar na modernização do parque de iluminação.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Há outra questão da PPP, depois entraremos propriamente no Orçamento.

No Plano de Negócios e Referência não é possível notar o total de custos previsão reais, bem como também não consideram os pontos escuros existentes por todas as regiões, as adequações de postes, os reajustes de energia, as quantidades e tipos de pontos, os custos ambientais com a destinação dos materiais a serem retirados e inutilizados, bem como os custos diretos e indiretos que foram omitidos ou foram estimados sem qualquer detalhamento.

Por que ocorreu isso, Secretário?

O SR. PAULO FIORILO - Secretário, só um segundo.

Vereador, eu queria contribuir, nós tivemos a oportunidade de fazer um amplo debate sobre PPP na nossa Comissão.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Sim. V.Exa. participou.

O SR. PAULO FIORILO - Eu participei. Nós temos na pauta a questão orçamentária. Eu queria sugerir ao senhor se a gente pudesse concluir essa questão, porque eu tenho questões orçamentárias. Há outros inscritos também nessa linha. Nós poderemos propor, na Comissão de Finanças, novamente trazer a Secretaria para discutir PPP, sem problema nenhum.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Essas duas perguntas são pertinentes, mesmo porque, logo a seguir, nós temos uma pergunta que ingressa, propriamente, no Orçamento de

2016.

O SR. SIMÃO PEDRO – Vereador Nomura, com todo respeito, infelizmente não vim com anotações, com assessoria. Por exemplo, a Dra. Alessandra, nossa procuradora pertencente à Comissão Especial, poderia ter trazido alguns assessores da empresa SP Negócios, que nos assessorava, com informações a respeito dessas questões.

Comprometo-me a encaminhar a V.Exa. as respostas dessas questões que V.Exa. levantou, mas eu poderia dizer que o projeto foi objeto de duas audiências públicas, mais de 300 questionamentos e debates. Foi passado um pente fino pelo Tribunal de Contas em todos esses aspectos. Depois da suspensão da tramitação da licitação o Tribunal concluiu, com várias recomendações, a gente está estudando ainda muitas delas, provavelmente nos levará a republicar o edital com as exigências e modificações, que o Tribunal de Contas, com várias representações que recebeu, vamos ter que refazer.

Mas o projeto, no nosso entendimento, está muito robusto, está muito detalhado, merecendo inclusive elogios da área técnica do próprio Tribunal pelo nível de detalhamentos.

A estimativa em relação a... Isso é uma coisa impressionante. Quando eu assumi como Secretário, chamei os técnicos do Ilume e do consórcio SP Luz, que presta serviços, e eu perguntei: qual é a real demanda de pontos novos de iluminação na cidade de São Paulo?

A informação que obtive era a de que o contrato de 2011 dizia que... Aliás, esse contrato que foi feito com a meta de 15 mil pontos. Mas nós fizemos um debate e chegamos à conclusão de que eram 18 mil pontos. Fizemos 18 mil pontos até dezembro de 2013 e não paravam de chegar novas demandas, pela imprensa, pelos Vereadores. Nas nossas visitas aos bairros, dívamos conta de que um parque, viela, praça não tinham iluminação. Fomos verificar que a demanda é muito maior.

Os estudos que a SP Negócios e o Ilume fizeram hoje dão conta de uma demanda de 70 mil pontos novos, mais ou menos para zerar o problema da iluminação. Isso apesar dos 43 mil pontos novos que o Ilume implantou até o presente momento.

Então essas informações, frutos de intenso debate dos estudos que fizemos e dos dados e informações que o Ilume foi concentrando nesse período. Mas eu me comprometo, nesse nível de detalhe que V.Exa. me perguntou, a encaminhar as respostas. Evidentemente, a minha obrigação, terei muita satisfação em comparecer a esta Casa todas as vezes que for convidado, trazendo o conjunto de informações que V.Exas. merecem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Na audiência que realizamos no dia 26, semana passada, com o Secretário de Finanças, S.Sa. afirmou que a contribuição do custeio de iluminação pública – e também foi afirmado aqui pelo nosso Relator, Vereador Milton Leite – , orçada em 530 milhões para 2016. Isso é equivalente a 83% a mais de 2015. Então gostaria até da confirmação: se haverá, efetivamente, o aumento de tributo para a população.

O SR. PEDRO SIMON – Vereador, é bom frisar que é bom frisar que São Paulo é uma das cidades que, hoje, graças à iniciativa dos nossos governantes anteriores, deste legislativo, criou o fundo e a contribuição para a iluminação pública – a Cosip –, o que nos permite fazer o que estamos fazendo há hoje na cidade – ampliando, custeando o maior parte da América Latina, quase 600 mil pontos, garantindo, para a população, iluminação de boa qualidade; e prospectando um projeto de modernização como é a parceria público-privada para a modernização da iluminação. Vou citar um exemplo: Guarulhos não tem o fundo e não tem a contribuição. E o Prefeito sempre fica preocupado: “Eu vou criar a taxa de contribuição, e isso vai me causar um problema político, porque o povo não vai gostar”. E qualquer projeto de ampliação que a cidade necessita, e Guarulhos é uma cidade imensa, precisa ter orçamento para colocar no departamento de iluminação. E a manutenção, a iluminação pública, é feita pela concessionária de iluminação pública, sem autonomia. Então São Paulo, a partir de 2004, com a criação do Fundip e a taxa, tem esse perspectiva de, além de fazer a manutenção, projetar a modernização.

A lei diz que a Cosip é reajustada em função do custo da energia e de todos os custos de manutenção. Então, por exemplo, esse ano, nós tivemos um reajuste da conta de energia em 85%. Se não tiver o reajuste da Cosip, como é que vamos fazer a manutenção, a ampliação? Vamos só ficar usando recurso para pagar conta de energia? Então é evidente que vai ter o reajuste agora, a partir de 1º de janeiro, conforme a legislação estabelece. Não vou dizer que é algo automático, mas é uma necessidade que nós temos.

P – Como tem a previsão orçamentária, então podemos afirmar que vamos ter um

reajuste...

R – Está previsto aqui. Ou seja, de 300 milhões que tivemos de orçamento para 2015, esse reajuste para 540 milhões já é fruto do reajuste da Cosip. Aliás, a única fonte do orçamento do Ilume é a Cosip. Não podemos usar a Cosip para outra função que não a iluminação pública.

P – Estamos observando também que, no Orçamento, tem a PPP de iluminação pública, a proposta de apenas dez mil reais. Então estamos vendo que, na realidade, vai-se utilizar a Cosip para a PPP. Está correta essa posição?

R – Não, feita a licitação, até um período de transição desse contrato para o próximo, feito o novo contrato, que provavelmente será no decorrer do ano que vem, porque o Tribunal liberou a licitação somente a semana passada. Então vou ter que republicar o edital, vou ter que dar mais dois meses de prazo para as concorrentes interessadas fazerem o estudo do novo edital, fazer as suas propostas. Então vamos ultrapassar o ano que vem. Provavelmente, se tudo der certo, não tiver nenhuma outra intempérie, se o processo não for paralisado, será lá para março-abril que vamos assinar o novo contrato. E, evidentemente, pode ser que não aconteça. É uma hipótese. Estamos trabalhando para que aconteça, para que São Paulo possa ser privilegiada com esse novo projeto. Agora, se não acontecer, temos esse orçamento, com todo o plano de gestão que ele propicia. Tivemos que colocar os dez mil porque é evidente que depois, se acontecer a PPP, o novo contrato, aí, sim, os recursos atuais migrarão para os recursos da Cosip, para o pagamento da concessão.

P – Mas, Secretário, pelo que estávamos vendo no edital do PPP, e como o senhor colocou, está dentro do orçamento 10 mil reais para a PPP, faltarão valores previstos da Cosip faltarão e haverá a necessidade de recursos complementares, que não estão alocados na proposta de 2016. Ou seja, se nós considerarmos que a arrecadação da Cosip pelo Município de São Paulo, no ano de 2014, foi de 278,3 milhões, e o valor do contrato da Poder Público é de 7,33 bilhões, o equivalente a 366,6 milhões, vão faltar nesse período de 20 anos o equivalente a 100 milhões para complementar. Aí eu pergunto: esses dez mil reais que foram colocados no orçamento do próximo ano irão cobrir essa diferença prevista no edital do PPP? O Poder Público irá fazer a complementação da contrapartida, tendo em vista que a Cosip será insuficiente?

R – Vereador Nomura, nós vamos ter um orçamento privilegiado para o Ilume, em função do...

P – Não, eu me refiro à PPP. A Cosip, se fizermos a conta, vamos ver que vão faltar recursos a cada ano, mesmo com o reajuste da Cosip. Pergunto a V.Exa. da onde virão esses recursos e essa diferença. Porque esses dez mil reais para a parceria público-privado é muito pequeno perto da necessidade que vai precisar para a complementação do pagamento do PPP.

R – Vereador, eu desconheço a informação de que vá faltar recursos da Cosip. Ao contrário: no nosso entendimento, pode até sobrar dinheiro da Cosip, porque a concorrência ainda vai ocorrer, e vai ser pelo menor preço. A gente não sabe ainda. Mas toda as projeções indicam que vai sobrar dinheiro da Cosip, que se pode utilizar para projetos especiais, para novos projetos, além daqueles que serão contratados pelo novo contrato. A nossa informação é de que pode até sobrar, e não faltar. Agora, numa hipótese de a Cosip não ser suficiente para cobrir os custos do Ilume e os custos do novo contrato, aí, sim, a Cidade tem que debater como complementar, porque não pode faltar recurso. Mas é uma hipótese improvável.

Vereador, só para explicar esse valor de dez mil reais.

Queria sugerir que o Alberto pudesse...

V.Exa. está satisfeito?

P – Não, eu só queria ver a complementação do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Questão de ordem do Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Apesar de não concluir a minha fala na inicial, mas, agora, se faz necessário nós agilizarmos e sermos bem pragmáticos em perguntas e respostas, considerando que temos outras Secretarias para ouvir e ainda temos que falar de serviço funerário e lixo. Então, eu queria otimizar o quanto antes, perguntas rápidas, e já tem um povo para ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vou solicitar ao Vereador Aurélio Nomura que conclua suas perguntas para que a gente possa ter as minhas e serviços.

Tem a palavra para o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só tenho mais uma pergunta.

O SR. ALBERTO SERRA – A Cosipe, hoje, a nossa arrecadação está oscilando entre 28 milhões/mês. Então, neste ano, teremos aproximadamente 336 milhões de

arrecadação.

No ano que vem, devido à correção, esse valor supera os 360 milhões.

Por que 10 milhões da Parceira Público-Privado? Porque a cidade vai continuar, não vamos parar a cidade devido à PPP. Enquanto ela não acontecer, vamos tocar a vida normalmente.

Ao assinarmos a PPP, cancelamos as outras despesas consideradas para a dotação da PPP.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Serra, então, na realidade, Vereador Milton Leite, o dinheiro da Cosipe vai ser usado para a PPP. Foi forma e demonstração do orçamento.

O SR. MILTON LEITE – Sim, mas o único dinheiro para remunerar a PPP é a Cosipe mesmo, mas é claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Última questão, Vereador Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Para o programa de operação e manutenção de Telecentros, foi orçado para 2015, 20,3 milhões, mas até setembro, foram liquidados apenas 5,9 milhões para a proposta de 2016 é de 13,3 milhões, ou seja, de 34% a menos. Isso é indicativo de que os Telecentros serão desativados paulatinamente?

Por que esse baixo valor liquidado até setembro e a redução na proposta orçamentária para 2016?

O SR. ALBERTO SERRA – Vereador Nomura, nós liquidamos, a informação que tenho, 6 milhões e 400 mil do programa Telecentros, de 9 milhões e 800 mil que nós temos empenhados. Aprovou 13, mas congela uma grande parte, então...

P – Não, aprovou 20.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Aprovou 20, mas foi atualizado para 17.881 em setembro, a menos, quando atualizam, eles congelam e congelaram 3 milhões.

O SR. AURÉLIO NOMURA – E para esse ano é de 13.

O SR. ALBERTO SERRA – Bom, a realidade dos Telecentros é a seguinte: nós

tivemos uma expansão muito grande, principalmente, no final do último governo. Tinha uma meta de 500 unidades, e quando nós entramos encontramos 300 e poucas, porque em dezembro de 2012, tivemos notícia do fechamento de 20; em janeiro de 2013, fecharam mais 20. Tivemos assinatura de muitos convênios, e as entidades acabaram desistindo, se desinteressando.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - D. Maria, a senhora está inscrita e vai falar.

Não pode interromper o Secretário.

Tem a palavra, Secretário.

O SR. ALBERTO SERRA – Nós tivemos em três meses, de dezembro de 2012 a fevereiro de 2013, fecharam 60 Telecentros, porque o programa migrou para a minha Secretaria em fevereiro, então, nós já recebemos isso.

Fomos estudar os números, uma grande parte tinha baixa frequência, porque os cursos eram muito defasados, da época de 2000, e porque, evidentemente, temos uma nova realidade em que as pessoas passaram a ter condições de comprar um computador, os professores também, barateou-se o acesso a um roteador e aos serviços de acesso e, também, começou o fenômeno da migração para os aparelhos móveis. Em breve, teremos quase que 100% da população usando internet através de aparelhos móveis.

Então, a demanda nova que surgiu foram as praças digitais. Então, criamos o programa das Praças Digitais. Hoje, temos 120 operando, aliás, o João Cassino está aqui, e quero parabenizar a Comissão, porque a Rede Globo, o *Bom Dia São Paulo*, ontem e hoje, fez as blites das Praças Digitais e constatou que elas funcionam e bem, com boa qualidade.

Nós tivemos milhões de acessos nas Praças Digitais e concluímos as 120 em abril

deste ano.

Criamos, Vereador Nomura, um programa que é uma espécie de Telecentro do futuro. Então, hoje, temos uma rede de pouco menos de 200 Telecentros. Então, caiu bastante mesmo. Tivemos o episódio do Edort que entrou no Cadin e não pudemos renovar o contrato. Eles ficaram fechados. Fizemos uma nova oferta de ampliar os convênios para as entidades conveniadas contratarem funcionários, e a Secretaria repassar os recursos. Então, temos, hoje, cerca de 90 entidades conveniadas. Mantivemos os Telecentros nos CEUS e Bibliotecas e um ou outro em pontos isolados.

Por que ocorreu isso? Porque o orçamento dos Telecentros caiu de fato. E nós seguramos o orçamento para manter essa rede. Não tem nenhuma intenção do nosso governo – tanto é que o orçamento deste ano mantém a rede para o ano que vem.

Tínhamos uma expectativa de colocar cursos do Pronatec, voltados para esse tema da cultura digital, mas, infelizmente, o Pronatec atrasou. É de conhecimento público.

E criamos o Laboratório de Fabricação Digital. São Paulo será a primeira cidade do mundo a ter uma rede com impressoras 3D, fresadoras, cortadoras a laser. É um Telecentro com um maquinário muito mais moderno. Por exemplo, a cidade de Barcelona tem um desses laboratórios; Estados Unidos tem apenas um. Nós vamos ter 12, quatro já começando a funcionar neste ano, em Itaquera, no centro, na Casa do antigo Gerente. Então, teremos um na Cidade Tiradentes, um na Penha, um em Itaquera, um no Olido, Chácara do Jóquei, Campo Limpo, Brasilândia, ou seja, nós espalhamos.

Já neste ano estamos usando esses recursos para o programa que, no ano que vem, teremos plenamente essa rede nova funcionando, além das Praças Digitais.

Também criamos conteúdos, como o programa redes e ruas que são 50 e poucos projetos com conteúdos os mais variados, que são aplicados nos Telecentros e nas Praças Digitais e Pontos de Cultura, foi um projeto desenvolvido com a Secretaria de Cultura.

Então, de um programa único, do qual tenho muito orgulho de ter sido um dos

maiores incentivadores na gestão anterior do PT, da Prefeita Marta Suplicy, quando foram criados os programas do Telecentros e, hoje, temos uma rede de outros programas como as Praças.

Aliás, aproveito para avisar os Srs. Vereadores que, no dia 11 de novembro, teremos uma audiência pública com o objetivo de pensar a ampliação das Praças Digitais. Chegamos a 120 e ultrapassamos a meta, mas entendemos que a demanda é muito grande por novas praças, principalmente, na periferia.

Outro dia o *Diário de São Paulo* fez uma bela reportagem, mostrando que o maior uso das praças é na periferia. Aliás, a maior que é na região de Piraporinha, na região dos Vereadores Jair Tattó e Milton Leite.

O Telecentro é fundamental em muitas comunidades. Por exemplo: dentro dos CEUS, eles foram fundamentais para ajudar alavancar o Programa Universidade Aberta, os cursos universitários que utilizam os Telecentros como laboratório à noite e aos sábados. Durante a semana, o uso é aberto para a comunidade.

Então, o Telecentro precisava de novas funcionalidades e adequações.

Está prevista uma troca – e espero conseguir trocar os computadores que estão bastante defasados, são antigos, ou seja, a gente vai dar um *up grade* na rede de Telecentro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Queria agradecer ao Vereador Nomura e passar, rapidamente, às minhas perguntas. Saúdo o Sr. Secretário Alberto Serra, a quem não tive a oportunidade, acabei chegando atrasado.

Eu queria retomar uma discussão do Fundo Municipal de Iluminação Pública.

Consultei a Assessoria e, na nossa tabela, na dotação 2100, que é Administração de Unidade, que é essa em que há um crescimento, só temos liquidados até setembro. Queria perguntar ao senhor ou ao Secretário Adjunto ou ao Secretário Simão Pedro se tem a informação do quanto já está empenhado até outubro ou novembro deste ano nesta dotação.
(Pausa)

O SR. ALBERTO SERRA – Estou consultando o Sr. Mário Sasaki.

Na pagina 14 do nosso relatório.

Você quer explicar, Mário?

O SR. MÁRIO SASAKI – Sou Mário Sasaki, Chefe da Assessoria Econômica e Financeira.

Pontualmente, Administração, atividade 2100.

Nós temos aqui a dotação disponível: R\$ 3.400.000;

Empenhado: R\$ 2.749.747,34 - vale dizer que data-base é 5/10 – é o que está ali no quadro;

Valor liquidado: R\$ 1.533.521,45.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tá, mas o empenhado é R\$ 2.749. É isso?

O SR. MÁRIO SASAKI - Exatamente.

P – Portanto, aqui há a expectativa de que se alcance o valor maior até o final do ano?

R – Agora, liquidado, hoje, passei para o Secretário Adjunto que assina, que ordena a despesa, logo de manhã, temos ainda o mês oito que está sendo liquidado, questão de medição.

P – Ok.

Muito obrigado.

Eu queria voltar ao Sr. Secretário, se o senhor pudesse falar um pouco da relação que a Secretaria tem com os Bombeiros. Primeiro porque nós vivemos nos últimos anos sempre ruídos. Eu tenho uma leitura de que o Estado, sempre que pode, repassa o ônus para os Municípios – não é para São Paulo especificamente -, então, queria que o senhor pudesse falar como é a situação do orçamento para os Bombeiros, que prestam um serviço importante para a Cidade, mas que, infelizmente, às vezes, vêm para a Câmara pedir mais recurso para dotação.

Eu queria lembrar que o último episódio foi com relação à alimentação. Se não me engano, ocorreu no final do ano passado. Por favor, Secretário.

O SR. ALBERTO SERRA – Obrigado, Vereador Paulo Fiorilo.

Estou aqui com essa projeção de que, infelizmente, ficou bem na divisa. Mas acho que está na página 17. Vou falar o valor final: 33 milhões e 37 mil.

Aliás, temos aqui o Comandante Barelli, do Corpo de Bombeiros que nos prestigia com a sua presença e a Corporação.

Queria dizer, Vereador, que é um orgulho para a Secretaria de Serviços administrar esse convênio de apoio às atividades dos Bombeiros.

Então, neste ano, a Câmara Municipal aprovou 29 milhões 812 mil, como aprovação inicial, mas vamos ultrapassar. Liquidamos até agora 18 milhões, mas temos um empenho de 28 milhões. E projetado para o ano que vem 33 milhões, 37 mil, 829 reais para o serviço do Corpo de Bombeiros.

V.Exa. tem razão.

Para a manutenção e compra de equipamentos, por exemplo, neste ano, o Corpo de Bombeiros adquiriu, com recursos do Município, equipamentos equivalentes aos equipamentos dos Bombeiros de Nova Iorque, como, por exemplo, não sei se V.Exa. se lembra do episódio de um incêndio no Memorial da América Latina, no qual quase perdemos um Soldado do Corpo de Bombeiros porque teve que entrar para salvar uma pessoa, havia uma informação de uma pessoa que estaria morrendo intoxicada.

Quase perdemos esse Bombeiro porque ele entrou corajosamente, mas quase a fumaça o intoxicou.

Então, esse equipamento que adquirimos agora permite a localização. Por exemplo, o Bombeiro entrou numa área mais complicada, e o sinalizador que ele tem, controlado de fora, se ele parou de se movimentar, o aparelho já avisa. Isso permite a localização dele, e o socorro se for necessário.

Lógico, são bravos, guerreiros e corajosos, mas é evidente que um equipamento assim dá mais segurança e tranquilidade para que eles possam desempenhar o seu trabalho em favor da população, de salvar uma vida.

Também compramos dois drones, recentemente. Também compramos 38 equipamentos de proteção, desses que me referi aqui. Então, por exemplo, um incêndio na 25 de março, quando chega um caminhão com o drone, consegue ter uma visão de cima que ajuda muito a estratégia de combater o incêndio e tudo mais.

Sobre a alimentação, houve um debate de que os Bombeiros já recebiam o vale alimentação e, em função disso, o Estado cortou a alimentação feita nos 41 quartéis. Porque o Bombeiro fica ali de plantão, às vezes, por 24 horas. Ele não pode sair para comer num restaurante. É lógico que ele recebe o vale alimentação, para se alimentar como qualquer outro funcionário público. Mas o entendimento do Estado era que havia uma duplicidade de gasto.

P – Dava o vale, e tinha a comida.

R – Daí, tiraram a comida.

Então, uma decisão do Prefeito Fernando Haddad de colocar recursos no orçamento para a gente fornecer alimentação nos 41 quartéis. Fizemos a licitação, e, hoje, temos uma empresa contratada que fornece o café da manhã, o almoço e toda a alimentação.

P – Então, a Prefeitura continua colaborando com o Estado da melhor forma possível.

R – Trinta milhões, neste ano de 2015; e 33 milhões, projetados para o ano que vem. O projeto de lei que enviamos para cá prevê 33 milhões para essas atividades de manutenção, inclusive, reformamos a administração.

P – Vocês também devem pagar aluguel dos imóveis dos Bombeiros, não pagam, não? Talvez, esteja com a Gestão. Vou pedir depois a informação de quanto gastamos com os imóveis do Estado em geral, não só dos Bombeiros, porque Delegacias também funcionam da mesma forma.

R – Vereador, só para complementar, esperamos ter sucesso e que não dê nenhum problema.

Nós fazemos um outro serviço na Secretaria que é, no Serviço Funerário, o recolhimento dos corpos que são transferidos da casa e do hospital para o SVO, Serviço de Verificação de Óbito.

Teve uma greve, em 99, do IML, Vereador Milton Leite, e, para que o recolhimento de corpos não parasse, o Município assumiu. Só que acabou virando permanente.

Bom, até hoje nós fazemos isso. O que tem um custo de, mais ou menos, 3 milhões para o serviço funerário.

O que nós fizemos? Como o Estado entrou na Justiça para que esse serviço ficasse, definitivamente, com a Prefeitura, o Estado perdeu em primeira instância e em segunda.

Procurei o Secretário de Segurança Pública, o Secretário Grella, oriundo do Ministério Público, foi Procurador Geral de Justiça e eu, como Deputado, tinha uma relação, o conhecia, mas não houve sucesso.

Com o Secretário atual, estamos tendo sucesso, no sentido de passar esse serviço para o Estado. Em vez de contestar judicialmente, nós até usamos o argumento do Corpo de Bombeiros: “Poxa, nós já temos um custo de apoio ao serviço do Corpo de Bombeiros. Por que esse serviço não pode passar ou para a Secretaria de Saúde do Estado ou para a própria Secretaria de Segurança Pública?”

Porque é um serviço de segurança pública. Se o Delegado vai na residência, a família não tem condições de ter um médico para atestar a *causa mortis*, se ele suspeita que a morte é suspeita o delegado requisita transferir para o SVO. É o Serviço Funerário que faz. Aliás, esse é um dos motivos que leva ao principal problema do Serviço Funerário.

Então a partir de primeiro de janeiro o Estado volta a assumir essa função e acho que é o correto.

O SR. PAULO FIORILO – Que é obrigação do Estado, sempre foi. Secretário, rapidamente, para que possa concluir minhas perguntas nessa questão da Secretaria. Qual é a expectativa com relação às praças digitais?

Percebemos que para o próximo ano vocês estão propondo um orçamento menor ou muito parecido com o que foi atualizado em setembro de 2015. O senhor informou que já temos 120 praças, qual é a expectativa para o próximo ano de forma muito objetiva. Vamos ampliar para quantas praças, porque a Prefeitura criou agora uma demanda enorme na periferia porque todos querem ter *wi-fi* em todas as praças.

Então quero saber qual é a expectativa da Prefeitura, quantas praças para o próximo ano?

R – Para o orçamento de 2016 a expectativa é manter as 120 praças em funcionamento.

Agora, vamos fazer uma audiência pública no próximo dia 11 e temos uma demanda muito grande de ampliação, então a nossa ideia é que o setor privado custeie a ampliação do programa.

Então não vou citar o número. Já foi até falado que seriam mais 120 praças.

P – Mas isso ainda não está definido.

R – Não está definido.

P – Até porque o valor que o senhor tem do orçamento não daria para mais 120 praças.

R – Então o que fizemos, nobre Vereador, contratamos a SP Negócios para assessorar agora a Coordenadoria e prospectar. Já recebemos empresas interessadas, por exemplo, não temos *wi-fi* no Ibirapuera, no Vale do Anhangabaú e no Parque do Carmo que são lugares de muito afluxo de pessoas. E o nosso orçamento não dava condições, mas é interesse da iniciativa privada oferecer. Aliás, isso é feito em muitos lugares do mundo, por exemplo, Madrid, Nova Iorque e Buenos Aires, através de uma pequena propaganda que a

empresa pode expor no celular na hora que o cidadão vai abrir. Com essa autorização a empresa pode custear o serviço de *wi-fi* naquele local.

Então esse é o modelo que estamos discutindo atualmente como forma de ampliar e garantir os recursos para suprir essa demanda enorme que acabou surgindo com a implantação desse programa que é um sucesso. E de fato é um serviço que a população demanda.

P – Vamos voltar as perguntas para as outras áreas da Secretaria. O Vereador Milton Leite tem mais duas ou três perguntas rápidas. Vou consultar o Vereador Nomura, porque podemos aproveitar que chegou a Sra. Lúcia e passamos para o Serviço Funerário.

Tem a palavra o Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE - Sr. Presidente, não são duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Nobre Vereador, só reproduzi o que V.Exa. me falou.

O SR. MILTON LEITE – Eram duas perguntas naquele instante. Tenho perguntas à Secretaria, ao Serviço Funerário e a Amlurb.

Então vamos lá, Secretário, a manutenção do sistema de informação e comunicação, o senhor está aumentando em 72%, o que está acontecendo na Secretaria? Por que mais dinheiro? O senhor tinha 582 mil e está indo para 1 milhão? E a fonte é 00, está faltando dinheiro no Município.

R – Pode me ajudar, Mário Sasaki, nisso? A ampliação dos recursos para melhoria da área de informática da Secretaria.

O SR. MÁRIO SASAKI – Esse é um valor contratual com a Prodam. Execução orçamentária deste ano, está aquém porque houve muitas glosas nas medições, mas o valor que está previsto para 2016 é o valor que já temos assinado com a Prodam. É um valor contratual.

O SR. SECRETÁRIO – Você está falando das praças digitais, Mário?

O SR. MÁRIO SASAKI – Não. Estou falando do 2171, não é isso?

O SR. MILTON LEITE – Manutenção do sistema de manutenção e comunicação, 2171. Isso.

O senhor está dizendo que 2015 está sendo aquém...

O SR. MÁRIO SASAKI – Exatamente. Na execução, porque o valor estimado...

O SR. MILTON LEITE – Está faltando dinheiro.

O SR. MÁRIO SASAKI – Exatamente.

P – Ok. Vamos continuar então.

O SR. SECRETÁRIO – Obrigado, Mário.

P – Aí o senhor fala: administração da unidade, na 2.100 da Secretaria. O senhor tem 25 milhões atualmente, só que aqui houve o inverso. Há menos 6%. Como está aqui envolvido o pessoal tenho a preocupação: o que houve, estamos cortando gente, o que está acontecendo?

O senhor está com menos 6%. O senhor tem 25.7 contra 27.6, o que houve nessa unidade? Administração envolve pessoal, obviamente.

R – De 27 para 25 milhões, é isso?

P – Minha preocupação é que aí tem pessoal na administração da unidade e a fonte é 00. O que houve Secretário?

R – Mário, você pode me ajudar, por gentileza.

O SR. MÁRIO SASAKI – O valor de pessoal já é definido e estabelecido por Secretaria de Finanças. E para 2016 houve um fato novo: o valor estagiário.

Então essa redução, já veio o valor fixado pela Secretaria de Finanças.

P – Com o pessoal não haverá problema na questão salarial? Estou preocupado.

O SR. MÁRIO SASAKI – Já vem definido por eles. Não fomos nós que apresentamos a proposta.

P – Secretário, estou dizendo o seguinte: estou tendo o mesmo dinheiro para pagar

o pessoal. Essa conta preocupa. Gostaríamos de saber até para quando vier a Secretaria de Finanças saber o que está acontecendo. A pergunta é outra, não é o que veio, mas se dá para pagar o pessoal, como vamos fazer com esse dinheiro?

O SR. MÁRIO SASAKI – Então o valor foi definido por eles.

P – Isso eu entendi.

O SR. MÁRIO SASAKI – Agora, realmente essa preocupação existe, se bem que está congelado. Não está previsto nenhum reajuste. É isso. É uma proposta que partiu da Secretaria.

P – Entendi, mas não resolve o nosso problema no momento.

O SR. SECRETÁRIO – Nós tínhamos 19246...

P – Não é isso. O senhor tinha 27 para pessoal e houve redução para 25, menos 6%. É menos dinheiro para pagar a folha. Obviamente vamos enfrentar greve, o que vai acontecer com os funcionários?

O senhor entendeu?

O SR. MÁRIO SASAKI – Entendi.

P – Porque o senhor tem liquidado, vai pagar em 2015 muito mais. Como é que vai diminuir a folha de salários?

O SR. MÁRIO SASAKI – Valor disponível, página 13, lá em cima: pessoal, 16 milhões e 639. Empenhado, 11.350. Liquidado idem.

Agora, evidentemente isso já está liquidado com base no mês nove.

O SR. SECRETÁRIO – Ele está dizendo em relação a 2016, que é o mesmo valor praticamente.

P – Estou trabalhando com menos dinheiro para o futuro. E tem aumento com a inflação de 10%, ninguém segura esses 10% a menor dessa rubrica. Essa é uma questão delicada.

O SR. SECRETÁRIO – É uma questão pertinente que V.Exa. faz...

P – Vamos guardar essa questão para melhor discutir em aberto porque não estou vendo e estou com preocupação em relação a isso. O senhor está dizendo que veio de Finanças, então vamos debater com Finanças porque o dinheiro não dá. Temos 10% de inflação hoje e está cortando, quer dizer, a diferença é muito maior. É 16% se descontar o que tem no ano passado. Há menos para pagar mais.

Vamos prosseguir, Secretário, implantação de ecopontos. O senhor tem 9,4 milhões, a 3391, como anda essa questão?

R – Vou passar para o meu Presidente, porque ele é mais objetivo.

O SR. JOSÉ ANTONIO BACCHIM - Por uma economia de tempo permita-me cumprimentar todos os Vereadores presentes na pessoa do Vereador José Police Neto, que preside esta sessão, dizer que está previsto esse valor de 9 milhões e 451, em que temos a previsão de concluir, com esse valor, 35 ecopontos; 12 ainda previstos na meta de 2015 e 23 previstos para o ano de 2016.

P – Já temos as áreas para isso?

R – Ecopontos de 2003 a 2012, foram construídos em 10 anos 57 ecopontos, no Município de São Paulo. Já entregamos mais 31. Hoje temos 88 e temos em licitação mais 19, que somados com os 31, já teríamos então 50 ecopontos construídos ao longo desses três anos. Esses mais 19 já estão certos e evidentemente a nossa Diretoria que cuida dessa parte – DPD – está trabalhando para termos as áreas para construir esses 35 ecopontos previstos então nesse valor de 9 milhões e 400.

P – É um ótimo projeto se garantirmos esse recurso anterior. Vamos em frente. Secretário, vou para Amlurb. O mesmo – na 2100 – se aplica, que é fonte 00, a administração da unidade. De novo o senhor tem menos 3% em relação ao anterior. O senhor paga o pessoal de gabinete e os funcionários. Imagino que aqui estão os recursos humanos. Como vai diminuir o recurso, é o mesmo problema?

R – Nobre Vereador, as informações que tenho dão conta de que teríamos uma

realização ao longo do exercício de 2015 da ordem de... É pessoal?

P – O total da rubrica é administração da unidade, que envolve pessoal obviamente. O senhor tinha 11 e agora está com 11 e 800. Diminuiu 3% do orçamento. Considerando que há inflação de 10%, não teremos o mesmo problema para pagar pessoal?

R – Nobre Vereador, os dados que tenho em mãos dão conta que para pessoal foi previsto 5.442 e está previsto 5.864. E para os demais gastos que envolvem a administração, 3.853 com a previsão agora de 5.619.

P – O que compõe os 11.483 que o senhor está pedindo?

R – Isso.

P – O senhor só reduziu nas outras áreas e não de pessoal?

R – Não. Pessoal não está prevista diminuição. Muito pelo contrário, 5.400 para 5.800.

P – Então o senhor está atualizando. Estou satisfeito. Vamos prosseguir. A 6006, operação e manutenção de centrais, tiragem e coleta seletiva. O senhor aumentou 6% de um ano para o outro, como está isso? Temos notícia que não há aquela frequência, o que está acontecendo? Vai dar, vai faltar?

R – Implementamos, nobre Vereador, duas centrais mecanizadas e mantemos 21 convênios com cooperativas. As duas centrais mecanizadas com capacidade para 250 toneladas. Ampliamos a coleta seletiva em 10 distritos entendendo que seria suficiente, mas não estão funcionando ainda em sua plena capacidade. Ou por dificuldades de adesão da população, há até situações dos chamados morcegões que passam antes pegando o material da coleta seletiva.

P – É a seletiva da seletiva. Eles selecionam e levam os papelões, o alumínio, leva tudo embora antes.

R – É. Há essa situação. A questão econômica. Hoje as centrais estão funcionando com capacidade de 100 toneladas/dia. Então há uma capacidade a ser ampliada. O que

pretendemos suprir agora com a ampliação da coleta seletiva para os 11 distritos que hoje não têm coleta seletiva, e com a universalização da coleta.

Ou seja, há distritos que não têm a coleta seletiva em todas as ruas. Por exemplo, há distritos em que a cooperativa faz, mas não passa rua por rua. Nossa projeto para 2016 é ter a coleta seletiva em todas as ruas e com isso satisfazer essa capacidade que, entre aspas, está ociosa. Quer dizer, hoje temos capacidade de triar, mas os resíduos coletados não estão entrando na previsão do que projetamos para essas centrais até o presente momento.

P – Ou seja, há ociosidade.

R – Há ociosidade.

P – Espero que o senhor consiga otimizar.

R – Precisamos implantar um segundo turno. O que fizemos, Vereador Milton, com a implantação das centrais modernas mecanizadas, nós assumimos um compromisso de não deixar faltar resíduo nas 21 cooperativas que tínhamos convênio e nem naqueles outros pontos, às vezes, não temos convênio, mas levamos material coletado.

Então precisaríamos implantar um segundo turno. Temos capacidade para isso, mas não adianta colocar mais caminhões se a adesão está baixa. Vamos ter de melhorar a comunicação com a população. Vamos ter de melhorar a educação ambiental, o combate ao descarte irregular e assim por diante.

P – Secretário, a 6009, coleta, transporte, tratamento e destino de resíduos sólidos inertes. O senhor tinha aqui uma redução, por que o senhor está reduzindo 38%? O senhor tinha 84 e agora 52 milhões, 38 a menos?

R – O José Bacchim vai responder.

O SR. JOSÉ ANTONIO BACCHIM - Temos hoje, via Amlurb três contratos com três aterros, sobretudo para receber os inertes, especialmente o resíduo de construção civil. O que percebemos na prática diante do cenário que o país vive é que diminuiu muito o envio de inertes, resíduos de construção, para esses aterros...

P – Não correu o risco de ficar aquele monte de entulho na rua?

R – Não. Muito pelo contrário, hoje executamos 42 milhões e temos uma previsão de 52 milhões. Aquilo que está sendo executado efetivamente hoje, apesar de haver um recurso maior previsto no orçamento, a execução está em 42 milhões, quase 43. E temos previsto 52.

P – É suficiente então.

R – É suficiente.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Só uma pergunta, na semana passada ou anterior à passada, entre o dia 20 e o final do mês de outubro, a Prefeitura anunciou a instalação de uma nova central de resíduos hospitalares em Perus. Tenho uma pequena atuação naquele território e notei que nem a Sub local, nem a comunidade tinham nenhuma informação sobre isso.

E ainda é anunciado como uma central mais barata do que a que a zona Leste passa a ter porque o terreno é público. Como ninguém ainda sabe onde de fato é e que investimento é esse, aproveitar o tema inserido porque a comunidade de Perus aguentou por mais de 30 anos um aterro. Comemorou muito a desativação desse aterro, em 2006, e estamos num processo de instalação de um parque na área.

Portanto, assustou a comunidade uma decisão como essa em audiência com o Presidente da Câmara, um evento muito bonito feito na Prefeitura, mas que é uma novidade que pode ser positiva exclusivamente para aqueles que tiveram uma redução no custo da coleta do resíduo, mas um anúncio que, para Perus, é uma catástrofe. Eu precisava entender um pouco disso, em que momento se deu essa decisão, porque se optou pelo sigilo e segredo, nenhuma informação à comunidade local. Então, um pouco as regras de civilidade da relação das autoridades públicas constituídas com a sociedade, que está do lado de fora, e muitas vezes, é esquecida.

O SR. JOSÉ ANTONIO BACCHIM– Vereador Police Neto, eu tenho tratado abertamente esses sistemas dos equipamentos que as concessionárias têm que fazer, previsto

na concessão, no contrato, com os Vereadores. Aliás, o debate, por exemplo, da implantação na região da Vila Jaguara do transbordo, o Vereador Nomura tem debatido isso conosco, o Vereador Benko, o Vereador Eliseu Gabriel, o Vereador Reis, tranquilamente e abertamente.

É sabido que, com o fim da taxa de lixo, a redução do contrato se jogou para frente, ou seja, se deslizaram para o futuro vários investimentos previstos no contrato. Quanto ao transbordo, às unidades de tratamento de resíduos de saúde, o que ocorre hoje? São Paulo coleta, pela Ecourbs, 50 toneladas por dia de resíduos hospitalares, resíduos de clínicas odontológicas, pet e a Loga, que é outra concessionária, que atua aqui na região central – a Avenida Paulista coleta cem toneladas por dia.

O que fazemos com isso? Levamos esses resíduos coletados com as melhores tecnologias, com as melhores técnicas e cuidados, para fora do Município, para fazer a descontaminação, a Trituração por processos ultramodernos e, parte desse resíduo, depois pode ser levado para o aterro.

Então, por exemplo, a Ecourbs leva para fazer esse serviço em Mauá, numa empresa em Mauá. A Loga faz também para fora, provavelmente em Itaquaquecetuba, eu não estou me lembrando. Mas, é um serviço que custa para o Município um real e 40 o quilo. Por isso que se previu na concessão a construção de duas unidades próprias do Município de tratamento de resíduo de saúde. A Ecourbs está concluindo a construção. Foi isso que informamos para o Vereador Dontato, porque enviamos um projeto de lei para a Câmara para fazer justiça – tem uma faixa de contribuição que a taxa de resíduo de saúde era de zero a 20 quilos e a grande maioria das clínicas produz dois, três quilos e paga por uma tabela cheia de 20. Então, anunciamos que vamos inaugurar agora uma unidade, assim, de um investimento de 40 milhões em Itaquera, na região da zona industrial de Itaquera, uma unidade, que vai cair o custo para o Município de 1,40 para algo em torno de 38, 40 centavos, investimento previsto na concessão.

A da Loga estava previsto, quando se comprou aquele terreno na Anhanguera, na Vila Jaguara, estava previsto estação de transbordo e unidade. Com a oposição da comunidade ao projeto do transbordo – agora a empresa apresentou outro projeto, que terá unidade de transbordo com uma central mecanizada e os projetos de compensações socioambientais. A Loga está prevendo fazer essa unidade numa área próxima, que não é a área do aterro, mas próxima ao aterro, dentro daquele perímetro.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Próximo ao aterro vai ter um parque.

R – Praticamente dentro.

P – E vai fazer dentro do parque.

R – Então, eles nos apresentaram esse projeto e estamos submetendo aos conselhos municipais, que verificam se é possível instalar ali, mas ainda está em fase de projeto. Não tem...

P – Então, a informação que está no site da Prefeitura, que a unidade terá um custo estimado de 35 milhões de reais e o valor é menor da zona Leste por tratar-se de área pública e diferente da (ininteligível) está errada?

R – Está correta.

P – Não, se o senhor está dizendo que ainda não tem a decisão...

R – Não, é uma área pública ali na região de Perus...

P – Então já está decidido? Não está submetendo aos órgãos que...

R – Não, existe o projeto. Não tem autorização ainda, não tem... Eles estão submetendo aos processos de licenciamento.

P – Então, o projeto é instalar uma unidade de resíduos dentro do parque...

R – Numa área próxima ao parque, que não é dentro do parque, numa área próxima ao parque.

P – Próxima ao parque. Muito bem. Então, a gente vai dar esse presente de Natal para aquela comunidade de Perus, que já aguentou 30 anos um aterro que a gente conseguiu desinstalar e entrar e reiniciar o descongestionamento em 2006? É esse o presente que a gente vai dar de Natal para Perus?

R – Não, Presidente, não diria que é um presente. Seria um presente para a Cidade, que está... Por exemplo, não temos...

P – Sem dialogar com a comunidade local? Dar um presente sem dialogar?

R – A zona Norte foi penalizada.

P – E vai continuar penalizada?

R – Assim como outras.

P – Não sei.

R – Com aterros que no período... Tivemos unidades de incineração, coisa assim que a Cidade hoje baniu. Nossa plano de gestão...

P – Sim, a gente conseguiu encerrar as atividades. A gente vai retomar as atividades lá.

R – Agora, estamos construindo, Vereador Police Neto, uma nova etapa do aterro na zona Leste. A zona Leste tem, sim, um aterro. A zona Norte não tem. Nós levamos resíduos de toda a região Noroeste, região Norte e a Subprefeitura da Penha para fora do Município.

P – Sim.

R – Então, um custo alto para o Município. Por isso, a necessidade da estação do transbordo. Agora, por que não foi feito o aterro previsto na concessão? Porque não... Tem dificuldade de fato de encontrar uma área para um aterro. Aliás, eu defendo...

P – Eu não discuto as dificuldades. Eu discuto a decisão política. Nós estamos tomando uma decisão política de instalar dentro ou muito próximo de um parque em Perus, porque não encontramos outra área pública. É essa a decisão?

R – É que é uma unidade, Vereador, supermoderna, com as tecnologias mais modernas.

P – Eu não estou discutindo a modernidade.

R – Impacto do ponto de vista ambiental quase não tem.

P – Se não fosse assim teria sido instalado onde estava previsto previamente. Então, a pergunta é a seguinte: a decisão política foi a de instalar em Perus dentro ou próximo de um parque. Essa foi a decisão política.

R – É uma decisão que nós sinalizamos para a empresa avançar.

P – Precisamos entender de onde foi a decisão, porque como a sublocal não está informada, como a comunidade local não está informada, como o conselho de representantes local não está informado, como ninguém está informado, alguém tomou uma decisão sem consultar ninguém. É lógico, o Prefeito não precisa consultar e o Secretário também não precisa consultar isso. Mas, a decisão também nos dá a obrigação de dar satisfação, quando tomamos a decisão. Então, a gestão Haddad tomou uma decisão política de instalar em Perus esse sistema sem dialogar com ninguém, porque a sublocal não sabe, o conselho participativo não sabe, então, ninguém de lá sabe. Vieram saber nesse anúncio publicado no site da Prefeitura: “Envio à Câmara Municipal de projeto que trata da política de resíduos sólidos e serviços de saúde”.

Então, no dia 26 ou 27, a Prefeitura reuniu o Secretário, a Subprefeita, o Prefeito, a Vice-Prefeita, a 1ª Dama e anunciou um avanço. Esqueceu-se de contar que esse avanço tinha, do outro lado, uma punição a uma comunidade que aguentou 25 anos o aterro lá. E estranhamente, porque essa não é postura de V.Exa., sem nenhum diálogo com a comunidade

local, digo, nenhum. Aliás, parte daquela sociedade não sabe até hoje a intenção da Prefeitura, o que não é uma tradição, pelo menos que tem tido de V.Exa.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Vereador, esse projeto está em consulta. Ele não está autorizado, ou seja, não é um projeto. Foi aprovado em CAEPS, mas está sendo submetido aos conselhos para ver a possibilidade de se fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Mas esse é o processo de licenciamento, não é um processo de diálogo com a sociedade. São dois processos distintos.

R – É um processo de consulta nos conselhos.

P – Sim, uma coisa é consultar o CAEPS, se eu posso instalar. Então, estou discutindo com as autoridades públicas que licenciam a obra. Outra coisa é discutir com a sociedade. O Subprefeito não sabe, o conselho participativo local não sabe, então, estou precisando entender para o que, de fato, servem os conselheiros eleitos – a eleição é no próximo mês –, se é de verdade ou se é para contar história. Porque a gente precisa entender um pouco a forma com que a Administração optou por tratar a gestão democrática. É gestão democrática quando eu tenho interesse. Quando eu não tenho, submeto-a a minha vontade. É um pouco para a gente entender também as decisões políticas dos atos administrativos.

O Prefeito aceitou uma emenda deste Parlamento, criando o conselho participativo de cada um dos 96 distritos. São 1.125 conselheiros. Se nem a informação do que pretende instalar no território o Governo quer dar, o que a gente vai fazer com esses conselheiros? Qual a razão de mantê-los?

R – Não, V.Exa... De fato, não foi feito o debate com o conselho. Estive, acho que em duas ocasiões, com o conselho de representantes para discutir iluminação...

P – E nunca se trata disso.

R – Esse tema, de fato, não entrou.

P – Obrigado, Sr. Secretário.

O SR. MILTON LEITE – Retomando, então, Sr. Secretário, agora sim, a 6010, concessão dos serviços de limpeza e de serviços divisíveis, a coleta do lixo. Secretário, o senhor está pedindo 25% de aumento. Por que, Secretário? O senhor está indo para um bilhão e sessenta e três contra 873?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – O senhor está falando de divisíveis?

P – É, os serviços divisíveis, concessão. Concessão de lixo só tem uma, coleta.

R – Novecentos e noventa e três milhões estão previstos esse ano para...

P – Não, o orçado era 849.

R – Liquidado até o momento, 670; previsto 1,196 bilhão já com reajuste, Vereador.

P – Secretário, mas...

R – Um reajuste de...

P – Eu entendi, Secretário, mas...

R – Reajuste contratual, que foi feito agora no mês de outubro.

P – Eu achava, com todo o respeito, Secretário, é hora de o senhor abrir essa rubrica e essa concessão e buscar um reequilíbrio econômico-financeiro. Não dá para a cidade de São Paulo pagar esses valores que estamos pagando aqui. Nós temos de buscar... Tudo está sendo renegociado do momento para baixo. Eu faço um apelo público para o senhor abrir aqui na Casa discussão da execução desse orçamento com um reequilíbrio econômico-financeiro.

R – Vereador, uma informação, nós contratamos o... Estava previsto o reequilíbrio econômico-financeiro, é quinquenal. Em 2009 não ocorreu. Ele foi feito em 2012, depois de oito anos.

P – Secretário, reequilíbrio...

R – Então, nós contratamos... Então, o que fizemos? A Amlurb fez uma licitação, contratamos a Pricewaterhouse, que durante este ano, conclui agora em dezembro, uma verificação independente. Nós estamos passando um, vamos dizer assim, pente fino no que é a concessão. O que foi investido, o que já foi pago de reequilíbrio, para que a gente pudesse estudar e fazer o reequilíbrio, se ele vai ser favorável. Nós temos duas concessionárias. Como é que foram os investimentos de uma, como é que foram de outra? Então, isso V.Exa. tem razão. Agora, temos um contrato para cumprir. O serviço de coleta é um serviço bem avaliado, vamos dizer assim. Os investimentos nós cobramos o tempo todo para que sejam feitos. Agora, a verificação vai nos dar a informação que precisamos a respeito de como tocar pra frente essa concessão.

P – Secretário, deixe-me só concluir, quando eu disse aqui, acho que o senhor não prestou atenção, da fonte 00, que é um dinheiro que eu posso tirar do senhor, porque a outra é a 08, que são aqueles que pagam o lixo, é um indício do orçamento. O senhor tem 1,063 contra 849 da fonte 00.

R – Isso.

P – Da fonte 00. O senhor está aumentando a fonte 00 em 25% e na fonte 08, 12%.

Ou seja, daquilo que nós recebemos de taxa de lixo, o senhor está aumentando 12 e está socando no Tesouro, na conta do Município, 25%. Então, tem alguma coisa que não está batendo. Por que no outro está dando 12 e em um, 25%? De novo o contribuinte vai pagar essa conta? Está pesado.

R – Se me permitir, nobre Vereador, em que pese que o valor previsto...

P - E a média, olhe aqui, o total o senhor tem razão, 1.196 contra 993 em 15, 23% é o aumento. Ou seja, Secretário, esse dinheiro na fonte 00 honestamente, eu não estou disposto, enquanto Relator, a manter esse aumento. O senhor precisa buscar uma solução. O nosso pleito é da ordem de cem milhões de reais para a redução. O senhor precisa renegociar esse contrato e nós precisamos retirar cem milhões desse contrato, no mínimo.

Eu preciso retirar, desse contrato, cem milhões, para distribuir para as outras áreas, que demandam mais. Aí estamos vendo gordura no lixo. Esse povo do lixo tem de diminuir um pouco, Secretário. Os dois serviços estão pesados, estão doendo nas costas do contribuinte. Precisamos renegociar, abrir e botar na Mesa, apertar... Se ele quiser falar que quer abandonar... Não dá, Secretário. Preciso de cem milhões desse dinheiro. Preciso da contribuição do senhor, estou fazendo um apelo público. A minha intenção é retirar da fonte 00, onde eu posso mexer e, na melhor das hipóteses, manter o que tinha o ano passado. Esses 1,63 bilhão, eu não estou disposto a manter não, Secretário; eu vou reduzir e espero que V.Exa. não gaste esse dinheiro, que renegocie, que faça o que for possível. Todos neste país, mediante a crise, já estão baixando os custos, cortando, economizando, melhorando a eficiência administrativa. Por que, então, só essas duas concessionárias que não conseguem fazer isso? Tudo que vem do bolso do contribuinte, parece que não dá. Daí o apelo e o aviso que faço publicamente: precisarei retirar cem milhões dessa rubrica. Por isso, comece a renegociar para o ano que vem, porque não dá para continuar assim, Secretário, com 23% de aumento.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Vereador, logo que assumi a Secretaria, e isso é de conhecimento público, a Administração Gilberto Kassab fez o reequilíbrio e o pagou em dezembro de 2012. É uma concessão que vai...

O SR. MILTON LEITE – Secretário, se houver desequilíbrio, a lei pode ser revista a qualquer momento. O que não se pode é ficar pagando a mais para tentar buscar no futuro. Se não há dinheiro, temos que cortar. É preciso dizer claramente para esse pessoal que não há

dinheiro e que não vão receber, pois a Cidade tem outras prioridades, e V.Exa. dessas demandas a que estou me referindo.

- Manifestações simultâneas.

O SR. MILTON LEITE – Então, chame esse pessoal para uma mesa e converse com eles.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Podemos renegociar, assim como fizemos no contrato dos indivisíveis, quando conseguimos um desconto de 7,5% em 2013.

P – Secretário, eu estou pedindo cem milhões nessa rubrica para V.Exa. colaborar com a Cidade, mas esse pessoal tem que ser levado à mesa de negociação e tem que ser tirado dele esse valor, porque não dá mais para eles receberem esse dinheiro. Se houver esse aumento na conta de 25%, esta Casa não vai pagar, não vai assinar esse valor.

Estou dizendo muito claramente a V.Exa. que, como Relator, sou capaz de arrumar confusão e não relatarei esse aumento ao pessoal do lixo se for de 25%. Ninguém tem esse valor; está todo mundo reduzindo, e eles terão que tirar de onde quiserem, mas não terão os 25%.

Não sei quem daqui me acompanha, pois não combinei com os outros Vereadores, mas precisarei de apoio, de votos para retirar esse valor. Eu vou retirar esses cem milhões, Secretário.

R – Vereador, V.Exa. permite que Presidente da Amlurb possa dar uma explicação?

P – Claro.

O SR. JOSÉ ANTONIO BACCHIM – Quero corroborar em parte com a fala do Vereador, pois, de fato, a questão da concessão do serviço é composta por duas fontes. Uma delas é a fonte 00, cujo valor previsto para este exercício era da ordem de 849 milhões. Na prática, de serviço já realizado, o valor já está alcançou 894 milhões, porque, como o Mario Sasai explicou, a Amlurb, que faz parte da Administração indireta, recebeu um limite orçamentário, que, na prática, não atinge a real necessidade. De forma que, muitas vezes,

precisamos apresentar um valor e depois trabalhar para o aumento da cota para cumprir os serviços realizados.

Então, hoje já temos executado o valor de 894 milhões, e está subindo para 1,63 milhão. Inclusive agora houve uma negociação por parte das concessionárias com os respectivos sindicatos e o reajuste foi de 10%.

O SR. MILTON LEITE – No país inteiro, várias cidades estão reduzindo seus serviços de coleta devido às dificuldades pelas quais passam as prefeituras. Por isso, não será aqui que isso não vai acontecer só porque há uma concessão. Este é o mal de uma concessão por longo tempo: o contrato. Não importa, porque não vamos pagar. Eles têm que diminuir essa gordura, tirar do lucro, usar os investimentos.

Não dá mais para ser assim, teremos que tirar cem milhões dessa gente. V.Exa. vai arrumar como quiser, mas, como Relator, eu não vou assinar o orçamento com esse aumento de cem milhões, de 25% da fonte 00 do contribuinte, pois a Cidade tem outras prioridades. Essa é uma rubrica na qual há margem para negociar, porque são duas empresas grandes que têm, sim, gordura para cortar, haja vista que estão todos ricos, milionários, bilionários somente pelos lucros. Basta olhar os balanços. Tragam o balanço dessas empresas para cá e vamos avaliá-los.

Sei que V.Exa. tem boa vontade e que está cumprindo contrato, mas mande-os largar o contrato, renunciarem ao contrato para ver se eles renunciam.

Uma pergunta: quantos caminhões de lixo recolhem hoje o lixo da Cidade?

R – Não sei precisar exatamente.

P – Quantos carros?

R – Não sei. Não sei o número exato. Mas não é só isso; há transbordo, há veículos maiores.

P – Mas quantos há para coleta?

R – Mas o transbordo está embutido na coleta.

P – Eu sei, mas quanto há para coleta de lixo nas ruas? Quantos carros são?

R – Em torno de 300.

P – E quantos havia? Qual a migração, alteração e o custo desses carros? Nós precisamos ver isso.

R – Se V.Exa. me permitir responder, os contratos dos indivisíveis, pois varrição faz parte de serviços complementares...

P – Também vou chegar nesse assunto.

R – ...foi por 36 meses. Quando da negociação, a atual Administração, prevendo uma renovação, aumentou o serviço com o mesmo valor global previsto nos contratos. No caso da concessão, nós já estamos...

P – Eu queria que eles viessem negociar comigo.

R – Não, tudo bem...

P – Eu queria que essas duas empresas sentassem comigo para negociar, como a de varrição como a de coleta.

R – No caso da varrição, são 20 anos, e nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vereador Milton, V.Exa. é o fiscal desse contrato e, portanto, não pode negociá-lo.

O SR. MILTON LEITE – Mas eu tenho a vontade de negociar só para tirar o escalpo desse povo.

O SR. JOSÉ ANTONIO BACCHIM – Para cumprir exatamente o que V.Exa. está propondo, o atual Governo contratou uma empresa para fazer uma verificação independente, que está para entregar o resultado, apontando o que foi investido.

P – Só digo para o senhor que, dessa rubrica, levarão cem milhões a menos. Se o Prefeito quiser, S.Exa. que suplemente para o ano que vem, mas eu não darei esse dinheiro. Eu não vou dar esse dinheiro para essas empresas dessa maneira. Eu não assinarei o relatório se for essa monta de 25% de aumento na fonte 00, porque vai doer para o contribuinte.

O Secretário Simão sabe o que é isso e vai fazer os esforços necessários para tirar esse dinheiro dessa gente.

Não dá para pagar isso. Falo isso com revolta porque está faltando dinheiro para tudo.

Secretário Simão, para V.Exa. sabe quanto temos para a Infraestrutura Urbana para investimento? Não há dinheiro para investir nessa Secretaria. A Secretaria da Habitação não tem dinheiro para cumprir a promessa do Prefeito de construir 55 mil casas. Por isso, parte do dinheiro que vou tirar de V.Exa. eu vou colocar na Secretaria da Habitação e na Siurb, que tem um orçamento de 1,8 bilhão, sendo que 1,7 vem do Governo Federal.

Portanto, não assinarei para colocar cem milhões nessa rubrica. Sinto muito, eles vão chorar, e, se o Prefeito quiser, que suplemente e assuma isso. Da minha parte, não assinarei esse aumento, que é muita coisa.

Secretário, quero agora falar do serviço de varrição. O maior custo da varrição é de material humano. V.Exa. concorda comigo? Porque o resto é muito pequeno. V.Exa. diz que precisa de um aumento de 2%. V.Exa. entende a incoerência?

Para aquilo que V.Exa. tem gestão, que tem mais condições de negociação, a Secretaria de V.Exa. está pedindo 2%, mas, para aquilo que é concessão, V.Exa. está pedindo 25% com base no contrato. Não dá para concordarmos com isso.

Para o serviço de varrição, o primeiro item, está sendo pedido apenas 2% de acréscimo. Quer dizer, se for isso, não dá respeitar, considerando que a maior parte do serviço de varrição é de material humano. O mesmo problema que o sindicato tem com a coleta, tem com a varrição. Então, como V.Exa. vai se virar com 2%? Ou um ou outro está errado.

Para V.Exa. ter uma ideia, minha disposição é de propor uma ação popular em cima dessa concessão do serviço de coleta.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Mas essa, desde sua regração, houve ação popular, Vereador.

O SR. MILTON LEITE – Mas a ação popular, Sr. Presidente, é para ressarcir o erário de eventuais prejuízos causados a ele. E estou dizendo que há prejuízo ao erário devido à forma que eles aplicam.

Secretário Simão, V.Exa. tem todo o respeito desta Casa e deste que vos fala, pois conheço V.Exa.

Secretário, o senhor está pedindo dois para um, e 23% em média na outra, e 25% no contribuinte do outro. Nós não vamos fazer isso. Então, Secretário, nas demais rubricas... Eu agora vou para o Serviço Funerário, que é rápido, para terminar a minha parte, mas claramente quero dizer o seguinte: não dá para nós usarmos a mesma coisa. Como é que aumenta de um para o outro. O senhor acabou de dizer o seguinte: “Acabei de reequilibrar a varrição”, o senhor conseguiu 7% de desconto. Ainda assim, o senhor está botando só 2. No outro, eu estou com 23? O senhor desculpe, Secretário, o desabafo.

O SR. SIMÃO PEDRO – O Presidente vai esclarecer esse item, mas o que nós estamos prevendo é o reajuste do contrato, que é previsto no contrato. Esse contrato dos indivisíveis, nós herdamos também da gestão anterior. Eu lancei um edital – não sei se o senhor lembra – ano passado. Nós optamos por fazer uma nova concorrência, vamos fazer uma nova concorrência, vamos fazê-la neste ano. Temos que fazer, porque o contrato termina do final do ano que vem.

À empresa propor a manutenção dos 7,5% mais 40 milhões de novos serviços - por exemplo, o aumento do Cata Bagulho, a manutenção de canteiros centrais -, nós renovamos, ganhamos um tempo. Agora, concessão não é um contrato, tem investimentos previstos. O que nós estamos prevendo é reajuste do contrato, nada mais do que isso. Eu só preciso...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Secretário e Vereador, preciso anunciar a presença do nosso também relator, Vereador Ricardo Nunes, que relatou o Orçamento do ano que estamos em exercício; portanto, foi ele a estar na posição que hoje está o Vereador Milton Leite, lógico que muito mais cordial e tranquilo. O Milton, a gente percebe que tem uma

outra forma de abordagem, mas os dois com a mesma competência e, portanto, isso nos dá a garantia de que mudam as formas, mas a competência e a responsabilidade pública estão inabaladas. Tem a palavra, Milton.

O SR. MILTON LEITE – Não é contra ele, Secretário, que eu estou revoltado, é contra esse contrato. Secretário Simão, não é contra o senhor que eu estou revoltado. A revolta aqui é porque o País inteiro está negociando os contratos disso para baixo. O senhor deu o exemplo aqui em relação à própria varrição. Se o senhor consegue fazer na varrição, por que não consegue fazer na coleta? A conta não está fechando para esta Casa. Então, o senhor terá 100 milhões a menos. Faço o convite para essa gente: larguem o contrato. É o mesmo que ocorrerá no Iprem: chegará uma hora em que não vai haver dinheiro para a Prefeitura pagar os funcionários aposentados. Nós passamos tanto, que uma hora vai acabar o investimento. A capacidade de investimento da cidade de São Paulo cada vez mais cai. Quando eu cheguei aqui, passasse de 10, agora está abaixo dos 7. Não tem dinheiro para isso.

O SR. SIMÃO PEDRO – Vereador, só para responder. Nós fizemos o seguinte: nós tomamos uma decisão de contratar, fizemos a concorrência; contratamos a Price, que é uma auditoria muito conceituada, que, neste momento, está executando o contrato da verificação dessa concessão. De fato, nós queríamos saber o que foi pago, qual é a TIR, por que ela é assim. A empresa entrega esse serviço para a Amlurb no mês de dezembro. Com base nas informações coletadas é que nós vamos tomar essas decisões.

O SR. MILTON LEITE – Eu continuo dizendo para o senhor: há algo cujos paralelos não estão devidamente traçados nas contas apresentadas pelos senhores. O senhor está onde o material humano é muito mais significativo; o senhor está se virando, conseguiu 7% de desconto, porque negociou bem, o senhor acabou de dizer isso, e está pedindo 2% de aumento.

O SR. SIMÃO PEDRO – Porque é diferente Vereador. A varrição, de fato, o senhor tem razão, exige material humano, são os varredores.

O SR. MILTON LEITE – É o que custa mais caro.

O SR. SIMÃO PEDRO – É um contingente muito alto.

O SR. MILTON LEITE – Trezentos carros.

O SR. SIMÃO PEDRO – Não é bem assim. A concessão exige a implantação de tecnologia. Por exemplo, transbordo, aterro, a unidade de tratamento (?) de saúde. É uma série de investimentos, diferentemente... Não é tanto material humano, mas é muito mais equipamento.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, os carros que eles compram hoje aqui para a varrição, o custo é um. Comprados na China, nós temos quase um terço do preço. Tem que ser revisto, Secretário, não dá. O senhor terá 100 milhões a menos. Então, brigue com a empresa que o senhor colocou. Desculpe o desabafo.

O SR. SIMÃO PEDRO – Vereador Milton, não fomos nós que colocamos. Tanto um quanto outro, a concessão foi feita em 2004, 20 anos, tanto a Ecourbis quanto a Loga foram contratos antigos. É uma lei, a lei de concessão, que foi aprovada aqui. Agora, a varrição, nós herdamos o contrato da administração anterior e estamos gerindo esses contratos. Então, não fomos nós que colocamos. Está prevista uma nova concorrência para a varrição no ano que vem, e a concessão vai até 2024. Agora, verificação independente vai nos permitir fazer essa análise com que V.Exa., com muito fundamento, tem preocupação, como nós temos. Gerir dinheiro público é uma responsabilidade muito grande, e lá zelamos por cada centavo que entra. Essa é uma orientação do nosso Prefeito Fernando Haddad.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, eu só estou informando ao senhor que eu não assino um aumento de 25%. Se quiser essa empresa ir embora, que vá; se quiser largar o contrato, que largue. Faça o que quiser, que o senhor contrata outra no dia seguinte por emergência muito mais barato. O senhor traz da China os 300 carros para a coleta de lixo nas mesmas condições, mas muito mais baratos do que os de hoje. Esse contrato hoje é caro, é um dos mais caros do País, não concordo com ele. Desculpe-me o Prefeito, mas não concordo.

Não importa o que está lá no papel, no contrato. Que largue o contrato para lá, não dá é para ficar sangrando o povo o tempo todo.

O SR. PAULO FIORILO - Um aparte, Vereador Milton Leite?

O SR. MILTON LEITE – Não importa, lá atrás, quem foi que fez, se foi Serra, se foi Kassab, se foi Marta. Não dá para continuar sangrando! Pois não, Vereador.

O SR. PAULO FIORILO – Vereador, parece-me que está clara aqui a posição do relator e também a posição da Secretaria.

O SR. MILTON LEITE – Então, vamos prosseguir. Já estou no Serviço Funerário.

O SR. PAULO FIORILO – O povo nem falou ainda.

O SR. MILTON LEITE – Já estou no Serviço Funerário. (Pausa) O Serviço Funerário conta, na Fonte 00, com praticamente nada de recursos; conta com os recursos de receitas próprias. Duas rubricas nos chamam a atenção. Em uma delas, a 21.71, manutenção de sistema de informação e comunicação, o senhor está com 16% a menos. O que houve aqui, Secretário?

O SR. SIMÃO PEDRO – Estamos tratando de Serviço Funerário, não é?

O SR. MILTON LEITE – Quero aproveitar para agradecer à Superintendente do Serviço Funerário, que chegou, vinda do Tribunal de Contas. (Pausa)

O SR. SIMÃO PEDRO – Vereador, eu vou passar a palavra para Lúcia Sales. Tenho muito orgulho de ter nomeado a primeira mulher Superintendente do Serviço Funerário na sua história e que vem fazendo um trabalho muito bem reconhecido por toda a Cidade.

O SR. MILTON LEITE – Vamos lá, Lúcia. Seremos bem objetivos, com perguntas e respostas rápidas, pois estão me pressionando aqui. Na 21.71, menos 16%. Por que, Lúcia? Bom dia.

A SRA. LÚCIA SALES FRANÇA PINTO – Bom dia, Excelências. É um prazer estar aqui, como sempre, esclarecendo e estando à disposição para quaisquer dúvidas. Respondendo diretamente a pergunta, realmente estamos fazendo uma eficiência no setor de

informática. Herdamos um contrato caro, que é um contrato em hora com a O.R.P., que não é possível a gente...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É hora, o contrato de vocês?

A SRA. LÚCIA SALES FRANÇA PINTO – É.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É igual ao ex-Presidente da Câmara Municipal, que também colocou, e ninguém sabe até agora por que foi contratado.

A SRA. LÚCIA SALES FRANÇA PINTO – O que eu posso dizer? No Serviço Funerário, é como ter contratado uma Ferrari para andar em estrada de terra: não está dando certo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Aqui, a gente gastou cerca de 125 milhões de reais. Foi o que gastou lá? Aqui ninguém conseguiu explicar para que fez.

A SRA. LÚCIA SALES FRANÇA PINTO – No nosso caso lá, o que eu posso dizer a respeito do meu pedaço, do Serviço Funerário, é que a gente procurou o Instituto de Matemática e Estatística da USP – e inclusive foi matéria deles, de pós graduação -; fizemos uma parceria muito boa. Está aqui o nosso Diretor de Informática, o Élton. Fomos lá, fizemos palestras; eles pegaram o nosso caso. Porque nós estamos pegando uma autarquia que, como todos sabem, estava desmantelada e estamos tentando pôr de pé. Nós estamos procurando as universidades, todos os tipos de parceria que nos ajudem, dentro de um...

O SR. MILTON LEITE – Então, só para concluir, por favor, que o nosso tempo é restrito: esses 16% são por conta da eficiência. É isso?

A SRA. LÚCIA SALES FRANÇA PINTO – É eficiência.

O SR. MILTON LEITE – Pronto...

R – Pois não.

P – Então, vamos a seguinte. Na, a mesma coisa. Então, eu pergunto a, na 88-53, transportes fúnebres. Por que aumento de 35%? A senhora está pedindo o orçamento de 17 e 100 contra 12, seiscentos e trinta em 2015. Por que aumentou tanto assim esses transportes?

Apesar da receita 06, quem paga é aquele que contrata, ainda sim o povo quer saber. Por que aumentou tanto, ou estamos dando vasão a tanto, segundo a eficiência da senhora?

R – Então, a contratação de carro com motorista, que é o nosso grande, é o que vai deslanchar a receita da autarquia. Então, esse aí vem primeiro. O ovo ou a galinha? Se a gente não tiver um transporte eficiente, nós vamos ter as esperas que a gente está tendo agora de, infelizmente quatro horas...

P – Então, a senhora está dizendo o seguinte, para acabar com essa espera...

R – Isso.

P – Demorada...

R – Isso.

P – Demanda(?) 35. Está explicado.

R – Pois não.

P – Obrigado. É, vamos prosseguir. Operação e manutenção do crematório. A senhora está pedindo também aqui 38% de aumento.

R – Vamos comprar mais fornos, não é, e vamos ampliar o serviço, que é um serviço que está em constante...

P – Perfeito.

R – Aumento. Pois não.

P – Operação e manutenção de cemitérios. Aqui vem um monte de crítica da imprensa, esse dia de Finados.

NÃO IDENTIFICADO – Injustos(?), injustas.

P – (inaudível)

NÃO IDENTIFICADA – Eu trouxe até fotografia, se tiver um tempinho.

P – Deixa eu só concluir aqui para a senhora.

R – Pois não, pois não, perdão.

P – Ser bem objetivo. A senhora está, tinha um orçamento de 25 e está pedindo um

de 29, praticamente 30, 19% de aumento. Se estava bom, por que tanto aumento? O que houve aí?

R – Não, agora são as reformas, não é? Porque os prédios estão muito desmantelados, as caixas d'água, os velórios, está tudo muito largado. É agora que a gente está pondo tudo em ordinha.

P – Maravilha.

R – Pois não.

P – Operação e manutenção de velórios. Aqui é o contrário. A senhora está reduzindo 26%.

R – Então.

P – Aqui do velório. A senhora está dizendo que está modernizando lá, mas aqui só conseguiu 26%.

R – Pois é.

P – A menor.

R – É que, como está, são duas rubricas. Uma é cemitério. Os velórios a gente está fazendo dentro da rubrica de cemitério, a parte, é a mesma área.

P – A modernização?

R – Isso.

P – Está perfeito, está explicado.

R – Pois não.

P – Está explicado. Senhores, de minha parte, está concluso aqui. Eu estou satisfeito com os Serviços Funerários com essa modernização e essa redução, que era uma grande reclamação da população. A senhora está dizendo já que, com os motoristas e carros novos, teremos uma redução significativa.

R – Pois, não, muito obrigada.

P – Então, tomara que tira, tira, tire da população esse castigo nessa hora difícil.

NÃO IDENTIFICADO – Viu, Vereador? É importante frisar que, durante muitos anos, o Serviço Funerário ficou deficitário, não é? Então, nós estamos, agora, esse ano, já equilibrados receita-despesa, e esperamos ter um...

P – Modernização (inaudível)

R – (inaudível) aumento, mas, com as emendas dos Vereadores aqui, com, se a Administração repassar os recursos devidos no passado, que é a gratuidade, doação de gratuidade para os doadores de órgãos, não é, a gente pode dar um salto de qualidade muito importante, mas, só nesse período, a gente, nesse próximo período, a gente espera dar um grande salto de qualidade no serviço.

P – Secretaria(?), estou encerrando aqui a minha fala, pedindo as minhas escusas, dizendo ao senhor: Não estou aqui contra, (inaudível) não é contra o Secretário (inaudível) é contra esse contrato que o senhor herdou, de uma maneira ou outra, herdou; e eu não concordo com ele, em hipótese alguma. Vou tocar a vida em frente, Secretário.

Muito obrigado.

NÃO IDENTIFICADO – Da nossa parte, respeitamos muito a posição de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Passar imediatamente a palavra ao Vereador Nomura. Anunciar a presença do sempre Vereador Chagas e pedir desculpas, mas, mais um pouquinho de paciência à equipe da Secretaria de Coordenação de Subprefeituras, já está aqui, e pedir desculpa ao Fábio, à Maria do Socorro Alves e ao Laerte, mas que, na conclusão da fala do Nomura, sem dúvida, vocês serão aqueles que serão não só ouvidos, mas também bem escutados por todos que estão aqui.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Secretário, voltando aquela questão da Amlurb, nós aqui, o ano passado, nós votamos o PDE, o Plano Diretor Estratégico, e ele foi votado mediante um acordo que nós fizemos com o Governo, no sentido da retirada da estação de transbordo da Vila Jaguara. Isso foi feito um acordo aqui. Foi noticiado por diversos jornais, e, a partir daí, nós votamos e possibilitamos aceleração do projeto. É, o que nos causou estranheza

é que, nesse perímetro sobre o qual estamos falando, não deveria ser instalado mais o terminal de transbordo da Vila Jaguara, segundo o acordo que firmamos.

Também é bom mencionar que essa área também está dentro do perímetro do Arco do Futuro.

Mesmo com os acordos firmados, mesmo com a aceitação do Governo com relação a eventual mudança do local, esse local volta novamente à baila, e o que nos deixa preocupado é que, na audiência do licenciamento, o objeto levantado aponta para uma realidade de uma desvalorização de todos os imóveis da Vila Jaguara. É afirmativo. A Prefeitura de São Paulo está tendo dificuldade para comprar terreno para as ZEIS. Ora, vamos instalar a estação de transbordo, porque nós vamos comprar na bacia das almas esses imóveis. Como o nobre Vereador falou a respeito de Perus, estamos condenando duas localidades, que contraria o entendimento, volto a falar, do Arco do Futuro, dos acordos firmados no Plano Diretor Estratégico, e, principalmente, à revelia. E sabemos que toda a população é contrária à instalação dessa estação.

O Vereador Milton Leite também afirmou a necessidade de rasgarmos esse contrato, porque esse contrato vem penalizando, e muito, a população de São Paulo. E a alegação da necessidade da instalação do terminal da estação de transbordo está fundamentada no contrato. Então pergunto: o acordo firmado no PDE foi um engodo? Porque, pelo que se fala, a obrigação da Loga é instalar o Terminal de Transbordo. Então, na realidade, o acordo que firmamos é um acordo para inglês ver, que não era para ser cumprido.

Também gostaria de saber o que vai acontecer com relação ao Arco do Futuro.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ POLICE NETO) – Nobre Vereador Nomura, V.Exa. me permite um minuto?

Eu preciso pedir licença ao nosso Secretário. Como presidente, preciso acertar o horário do reagendamento que teremos de fazer com o nosso Secretário de Coordenação de Subs, porque ele chegou rigorosamente no horário, e sabemos da importância do tratamento dos temas afetos à Secretaria de V.Exa. Acho fundamental que ajustemos o horário para que ninguém tenha prejuízo. Então vou pedir licença, por não mais de cinco minutos, para fazer o ajuste, e volto para acompanhar a audiência.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Essa seria a primeira pergunta.

NÃO IDENTIFICADO – Vereador Nomura, o papel da Amlurb e da Secretaria é

gerenciar esse contrato, e, quando necessário, renegociar alguns itens, que são depois reavaliados no reequilíbrio econômico-financeiro que é feito de cinco em cinco anos. Mas é uma tarefa dura gerenciar esse contrato, que é um contrato grande, enorme, como já foi falado, até pela dimensão dos valores envolvidos e pelos valores dos investimentos. Quando falamos na nova etapa do aterro da zona leste, falamos em 150 milhões de investimentos, para garantir que a cidade tenha tranquilidade, por mais 12 anos, de ter um lugar para levar os seus resíduos. Produzimos 20 mil toneladas de resíduos diariamente. Gerenciar tudo isso, dar o tratamento adequado, é uma tarefa muito grande. E São Paulo, felizmente, tem avançado. Se lembrarmos que metade dos municípios do Brasil não tem sequer um aterro.

Em relação à Vila Jaguara: a empresa comprou esse terreno de 33 mil m² numa zona industrial, o que permite, no zoneamento, a instalação da unidade.

O acordo que este Secretário fez com o Vereador Benko foi que eu solicitei o adiamento, a não realização da audiência pública prevista, acho que para 2014, porque eu falei: “eu também não tenho segurança em relação...”. Por exemplo, quais são as compensações que um investimento como esse prevê para a comunidade, para amenizar? Particularmente, eu não gostei do traçado logístico da entrada dos caminhões. Então achei que o projeto era muito incipiente. Tanto que pedimos para suspender a audiência pública, que a empresa ou buscasse alternativas, outros terrenos, outras localidades, ou que pudesse apresentar um projeto inteiro, mais consistente, dialogado com as lideranças, com a comunidade e com os Vereadores.

Então a informação que eu tenho é que o PDE manteve a região como industrial, e agora se discute no zoneamento.

P – Mas, Secretário, na realidade, eu acho que houve um equívoco, porque as pessoas que fizeram esse acordo da implantação da estação de transbordo?

R – Com a empresa? Foi feito com a empresa?

P – Fizeram de forma equivocada. Apesar de constar uma área industrial, que não é toda, porque vamos entrar com os caminhões por cerca de dez quarteirões, e voltar por dez quarteirões, vamos contaminar toda a área.

A outra questão é a seguinte: fizemos um acordo com o ex-Secretário das Relações Institucionais, hoje conselheiro, Sr. João Antônio, junto com o Relator do PDE, o Nabil Bonduki. Quer dizer, não foi um acordo ao vento, foi um acordo firmado com a bancada do PSDB para que nós pudéssemos avançar na discussão.

Então esse acordo, volto a falar, me parece que não foi levado a efeito, porque imediatamente se retirou do local – porque constava do mapa, e foi retirado do mapa, para se ajustar um novo local. E o que vemos é que logo depois se voltou às mesmas questões, porque nós sabemos que lá, quando se levantou na instalação de um novo terminal, existiam dez locais. Esses dez locais, pelo que ficamos sabendo, sequer foram pesquisados. A Loga foi lá, comprou um terreno e “vai ser aqui”. E “aqui” está se debatendo até hoje, apesar dos acordos. E o que me deixa estarrecido é exatamente essa questão.

Volto a falar: nós precisamos discutir a fundo esse contrato. O Vereador Milton Leite falou com relação aos aumentos, ao valor de se fazer um enxugamento, porque é improvável, numa situação que nós temos, por exemplo, de uma inflação de cerca de 10%, nós reajustarmos o contrato em 23%. Cadê a lógica disso aqui? Não tem lógica. Ao mesmo tempo, V.Exa. fez um acordo muito bom com a Prefeitura de São Paulo, reduzindo essa questão da varrição.

Estamos numa época de renegociação. Qualquer reajuste implantado, a nível oficial, nós temos como barganhar. Os contratos não são hermeticamente fechados. Então há necessidade de termos esse tipo de encaminhamento – essa é a minha primeira colocação. E aí eu incluo que essa questão da nova estação de transbordo deva ser incluída, até por uma questão de economia.

R – Vereador Aurélio, na minha modesta opinião. A experiência que tive nesses dois anos e dez meses à frente...

Antes quero cumprimentar o Vereador Ricardo Nunes e dizer que é uma satisfação reencontrar V.Exa. na Comissão.

A Cidade gasta 2 bilhões e pouco com a limpeza nesses quatro contratos mais a coleta seletiva e tudo o mais. Se for dividir esse valor per capita não é diferente do custo de outras grandes Cidades, inclusive as mais modernas como Tóquio, Nova York, enfim, o que se gasta per capita é o valor que gastamos aqui. Na minha modesta opinião, São Paulo gasta muito limpando rua quando o cidadão joga cigarro, papel.

Na segunda-feira fui ao São Luís e utilizei a Marginal Tietê e a Pinheiros. Fiquei impressionado em ver o volume de garrafa pet existente no rio Tietê, que estava alto por causa das chuvas. Da região onde moro, na zona Leste, no Tatuapé, vindo para cá e entrando em

Pinheiros, fiquei impressionado em ver o volume de lixo que jogamos, que não recolhemos.

As outras cidades gastam o equivalente à nossa, mas não tanto em varrição, porque o povo... Tínhamos de investir muito em educação ambiental, em regras assim. Outro ponto, fica muito nas costas do Município fazer aquilo que a iniciativa privada deveria fazer. Vou dar um exemplo: a Lei Nacional, sancionada há cinco anos, diz que a responsabilidade é compartilhada.

- Manifestações simultâneas.

O SR._____ - O setor público tem sua parte. O cidadão tem a sua parte. O setor privado que produz e lucra o tempo todo com produção de embalagem e tudo o mais, a lei fala, ele tem... Só que as empresas privadas não querem fazer um acordo setorial, dificultam ou querem, mas em que o ônus de fazer coleta seletiva e reciclagem fique com o Município. O Bacchim, que é o nosso Presidente, e o anterior, o Silvano, me representava e representava a Prefeitura em fóruns junto com outros Municípios.

Temos feito esse trabalho político de pressionar o Ministério do Meio Ambiente ou a Casa Civil para que se não sair um acordo setorial, que a Sra. Presidente o faça por decreto, porque não tem sentido o Município arcar com todo o custo disso. Há demanda diária para aumentar coleta seletiva. É um absurdo hoje reciclarmos, embora tivéssemos saído de 1% e chegamos a 3%, mas é um absurdo. Isso é tão ínfimo diante de tudo o que coletamos.

Em relação à Vila Jaguara, o acordo que esse Secretário fez com o Vereador Benko, que dialogava com V.Exa. e com o Eliseu, nós cumprimos, que foi a suspensão da audiência pública, a exigência de que a empresa, ao retomar o debate, apresentasse um projeto consistente. Foi que ela fez. E audiência pública não é algo definitivo. É o início de um processo que estamos fazendo.

Sei que é duro lidar com esse tema, mas precisamos modernizar o sistema. Não tem sentido... Por exemplo, discordo de V.Exa. Coletamos o resíduo e os caminhões passam pelas avenidas, ruas e não há contaminação nesse processo, não é? Agora, vai causar um

pouco de transtorno a chegada dos caminhões, a saída, concordo com V.Exa., mas temos que minimizar isso.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Essa questão da poluição está constando, inclusive, no próprio relatório do pedido de licenciamento pela empresa Loga. Não foi ninguém. A própria empresa, que pediu licenciamento, fala textualmente que a Prefeitura ainda vai ter vantagem, porque toda aquela área estará degradada. Os preços vão cair exatamente por causa da poluição e vai gerar uma condição satisfatória para a Prefeitura de construção de moradia com finalidade social. Isso é um absurdo, sabendo que hoje não há no local indústrias, são muito poucas e, na realidade, naquela região, moram aposentados, na grande maioria, que sequer têm recursos para comprar outro imóvel fora dali.

Vamos partir para outra questão para podermos agilizar. Existe também aquele projeto de ampliação e melhoria da infraestrutura para a coleta seletiva?

R - Não, não é. Desculpe.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Ele teve um orçamento, para 2015, de 46 milhões, mas, apenas, R\$ 9.800,00 foram executados, até setembro, para implantação de unidades do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos, nada foi executado. A implantação de centrais de triagem de materiais recicláveis automatizadas, nada foi realizado. Implantação de ecopontos, nada foi realizado.

Aliás, no site da Prefeitura, eu vi hoje logo de manhã, já foram implantados 20 ecopontos, o orçamento de 2014, foi de apenas mil reais, nada foi liquidado, até setembro de 2015. Esses 20 ecopontos foram construídos não sei de que maneira. Eu gostaria até de indagar: como foram executados se não há recursos, se não houve despesas.

R - Qual página, Mário?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Na realidade, ele está se referindo à execução orçamentária deste ano.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Deste ano.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Então, como na lei aprovada constava mil reais...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - ...um real, mil reais, era simbólico - a dúvida é: quais foram os recursos que oneraram a possibilidade de ter, portanto me parece que a Secretaria aprovou no Fema a possibilidade de utilização de recursos, portanto...

O SR. AURÉLIO NOMURA - Não, não. Ele constava do projeto de ampliação e melhoria de infraestrutura, 46,4 milhões, apenas R\$ 9.800,00 foram gastos. Isso inclui tudo.

Pelo o que a gente vê, para as unidades de tratamento de resíduos sólidos não foi executado nada, pelo que demonstra. A implantação de centrais de triagem nada foi executado e, os ecopontos que têm essa dúvida. No site da Prefeitura mostra que foram implantados 20, a um custo zero. Eu gostaria de entender essa lógica.

R - Nobre Vereador, permita-me fazer alguma consideração e perdoe-me se, por ventura,... É que, ouvindo a fala de V.Exa., a gente procura aqui alguns números. Se eu estiver errado, por favor, corrija-me.

Tanto o previsto no ano passado, especialmente no que diz respeito à implantação de centrais de triagem mecanizadas, mil reais, e, neste ano, é uma rubrica que se coloca no Orçamento, para que, se efetivamente o Governo tomar a decisão de construir, se ter uma rubrica orçamentária. Especialmente no que diz respeito à desapropriação.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Não.

R - Porque as centrais seriam construídas, uma vez tomada a decisão de se construir, através dos contratos de concessão, visto que as duas foram construídas dessa maneira.

A mesma situação se dá com relação à implantação das unidades de tratamento de

resíduos. É, sobretudo, para um projeto de compostagem, que o Município possui, voltado para as feiras livres. Há quase 900 feiras livres, nós já temos um projeto piloto, envolvendo as feiras da Sub da Lapa, está só aguardando o licenciamento para que nós possamos, inclusive, anunciar. Mas o projeto piloto já existe e a vontade do Governo é que nós possamos ampliar o projeto de compostagem das feiras livres para todo o Município, até o final do exercício vindouro.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Está ok.

R - Para isso talvez tenha que ter algum tipo de desapropriação se, por ventura, o Município não dispor de áreas públicas.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Então eu posso entender, por exemplo, que a ampliação e melhoria da infraestrutura para coleta seletiva é desapropriação, porque está aqui o valor, a implantação de unidades de tratamento de resíduos também é desapropriação...

R - Não, implantação...

O SR. AURÉLIO NOMURA - ...e implantação de centrais de triagem de material reciclável automatizadas. Porque todos estão zerados, olhe. Eu acho que o senhor deve ter a planilha, o senhor vai verificar que os três itens que eu havia mencionado têm zero.

R - Qual? Central mecanizada eu abordei.

O SR. AURÉLIO NOMURA - O código é 56.08, ampliação e melhoria da infraestrutura para coleta...

R - Ah, sim.

O SR. AURÉLIO NOMURA - ...para coleta seletiva. Zero.

R - Ah, agora eu estou vendo aqui. Já sei, posso explicar. É uma previsão de recebimento de dois convênios. Um do BNDES, da ordem de 41 milhões e outro do SNAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária, que é de cinco milhões e pouco.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Então, mas...

R - Efetivamente, nobre Vereador, esses recursos não entraram ainda, porque o

Município está num processo de elaboração de todos os projetos, para aprovação tanto no Ministério do Trabalho quanto no BNDES, para efetivamente o depósito... Então se faz uma previsão. Ok?

O SR. AURÉLIO NOMURA - Mas me desculpe. Na realidade, há uma previsão orçamentária...

R - Para este ano.

O SR. AURÉLIO NOMURA - ...no valor de, deste ano, na fonte 00.

R - Era o mesmo valor.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Na fonte, 430 mil reais...

R - O mesmo valor que foi aprovado no ano passado, para este exercício, é o previsto para o ano vindouro. É a soma de dois convênios, um de pouco de mais de 41 milhões, BNDES e outro pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, talvez cinco milhões.

O SR. AURÉLIO NOMURA - A Prefeitura aguarda recursos federais que não vieram.

R - Não.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Já faz três anos e aguarda para fazer a ampliação e melhoria da infraestrutura.

O SR. SECRETÁRIO - Vereador, V.Exa. faz uma conclusão, talvez precipitada um pouco. A cidade de São Paulo, como as demais 11 capitais que sediaram jogos da Copa do Mundo, tiveram – não um financiamento, porque é fundo perdido, eles chamam de recursos não reembolsáveis – um investimento do BNDES para AS cidades, para investir na coleta seletiva, na reciclagem e inclusão de catadores.

Nós fizemos um projeto de 100 milhões, o BNDES aprovou 41. Com isso nós vamos construir três galpões, reformar 10 que são de propriedade do Município, comprar equipamentos para que as cooperativas que atuam nesses locais possam ter uma... Hoje, elas reciclam uma tonelada, duas, três, dependendo da sua organização, mas nós teremos uma

alavancagem para passar a 10-15.

Os convênios com o Governo Federal, de fato, são difíceis. Então NÓS conseguimos a aprovação do BNDES no finalzinho do ano passado, neste ano, a elaboração dos projetos executivos, toda a elaboração de orçamento, precificação, isso tudo está andando. Está andando muito bem. O convênio está andando bem, dentro dos prazos estabelecidos pelo BNDES.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Secretário, só para relembrar...

O SR. SECRETÁRIO - Isso é diferente de PAC, etc.

O SR. AURÉLIO NOMURA - As receitas de capital, fonte 02, previstas para este ano, eram de 7,05 bilhões. Foram realizados, até agora, 797 milhões, ou seja, ínfimos 8,6%. No ano retrasado foi a mesma coisa.

Neste ano, o ano que vem, para a fonte 02 está sendo previsto o valor de 4,8 bilhões. Mas eu acho que dificilmente vai chegar, porque o realizado não passa de 10%, não chega a passar disso.

Então, na realidade, pegando todos os projetos, a gente verifica que o Governo Federal com esse deficit que está apontando, que era de 30, 60 e agora 120, quando que ele vai repassar esses valores? Isso é uma história da carochinha. Desculpe.

O SR. SECRETÁRIO - Vereador, em relação aos projetos do PAC, etc., de fato, a Cidade, nós mesmos estamos frustrados não é de esconder isso, o Prefeito também, porque contávamos muito com os recursos. Os projetos estavam prontos, as licitações feitas e a Cidade está preparada para receber esses recursos e executá-los.

Agora, em relação aos recursos que V.Exa. mencionou sobre a Amlurb, é diferente, porque é um recurso a fundo perdido já aprovado. Eles aprovaram o nosso projeto inicial, agora nós assinamos o convênio e estamos em fase de execução. Ele vai durar três anos até a sua finalização.

Em relação aos recursos para a economia fizemos o levantamento dos catadores

avulsos na Cidade, o que é uma necessidade que temos. Construção de dois centros para capacitação, fortalecimento de projetos de cooperativa. Isso também está em andamento. É um recurso pequeno, diante desse volume a que V.Exa. se referiu, 5 milhões, mas também, da nossa parte, estamos trabalhando. Aí cabe mais a nossa capacidade de correr atrás. A execução de convênio sempre é muito difícil. Muitas exigências. Mas, da nossa parte, estamos trabalhando para não perder um centavo desses recursos que já conquistamos.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) - Gostaria de finalizar, até para repassar a palavra aos outros, com uma dúvida...

R – Até porque, Vereador, não é recurso assim... é recurso para os catadores. Quando eu falo que a gente tem número baixo, 1%, agora subiu para 3%, mas, se não fossem os catadores, suas cooperativas, nem teríamos isso. Sempre falo que esses recursos não são nossos, são dos catadores, esse recurso é para ele. Temos de fazer tudo para dar certo.

P – Volto a falar, Secretário, esses 300 milhões que poderiam ser utilizados, independentemente dos recursos federais. Nós poderíamos ter andado um pouco mais. Acho que é de fundamental importância, mesmo porque precisamos trabalhar dentro da nova lei dos resíduos sólidos, como V.Exa. acabou de afirmar. É importante, é fundamental para a Cidade de São Paulo. É um saco sem fundo se não trabalharmos com a reciclagem. Isso é fundamental para uma Cidade da envergadura da nossa.

Mas eu gostaria de finalizar passando à última pergunta. Eu estava vendo que, na realidade, os serviços de limpeza urbana – varrição e lavagem – foram reajustados em 2%, como V.Exa. havia mencionado, na repactuação dos contratos. Pergunto: qual o percentual do aumento salarial para esses funcionários? Vai obedecer à categoria ou vai ser 2%?

O SR. SECRETÁRIO - Vereador, obrigado pela pergunta e oportunidade. O senhor observe que, infelizmente, muitas cidades sofreram com greves, paralisações do serviço de coleta – Rio de Janeiro, São Bernardo, Sorocaba, cidades vizinhas nossas. São Paulo nunca teve esse problema, pelo menos nesses últimos anos.

Em 2013, o dissídio permitiu um reajuste de 9,5% para os garis, motoristas, coletores. Em 2014, a mesma coisa e este ano, 10%. Então, garantimos a essa categoria, que merece todo nosso respeito, nossas homenagens, porque mantém a Cidade limpa, uma categoria grande, reajustes salariais acima da inflação nestes 3 anos. Este ano eles já conquistaram 10% no dissídio negociado em setembro. A partir de outubro, já tiveram reajuste de 10%, o que foi merecido, porque fazem um trabalho muito importante para a Cidade.

R - Vereador Nomura, eu só gostaria de, ao mesmo tempo, completar a fala do Secretário e, mais uma vez tentar esclarecer a questão não só abordada pelo senhor, mas pelo Vereador Milton Leite com relação aos dois principais gastos: concessão dos consórcios e varrição e outro de varrição e serviços complementares.

Como Amlurb é uma autarquia indireta, e a exemplo das outras Secretarias, temos um limite orçamentário. O que é dado, e afirmo que está correto, tem que ter limite. Contudo, já por uma previsão nossa, interna, sabemos que o limite dado está um pouco aquém da real necessidade. Onde procuramos trabalhar orçamento? Naquela rubrica que tenha capacidade para suportar uma redução. Não vamos trabalhar, por exemplo, na folha de pagamento de pessoal, para a qual está previsto pouco mais de 5 milhões, porque não haveria condições. Onde você trabalha? Nos contratos maiores.

No caso, no Orçamento aprovado ano passado para este o previsto para os serviços da concessão foi subestimado. Tanto é que o valor previsto, de 849 milhões, já está superado. Já estamos com 894 milhões. Por isso que agora ele está sendo recomposto para o ano vindouro em 1 bilhão e 63 milhões, que dá esses vinte e tantos por cento, aparentemente .

Mas aí é dotação orçamentária, não é a realização concreta depois do Orçamento. Este ano, é ao contrário. Sabemos que o que está previsto, são 950 milhões para os serviços indivisíveis - que é a varrição e os serviços complementares - dá pouco mais de 2% se comparado ao valor previsto no Orçamento do ano passado para este, mas, na prática, não vai suportar. Então, é na execução do orçamento que depois nós vamos alinhavando os recursos

para fazer frente aos gastos efetivos ao contratado.

Tanto os dois contratos da concessão quanto da prestação de serviço na área da varrição, a somatória desses contratos é da ordem de 1 bilhão, mais ou menos, cada um deles.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Tenho apenas uma dúvida porque o senhor falou e suscitou uma questão. Na realidade, não é um erro grosseiro subestimar esses valores? Está me parecendo que as gratuidades, que os subsídios que estavam previstos, quer dizer, o Secretário, o representante do Secretário dos Transportes veio aqui, ano passado, defender o Orçamento e nos falou de redução de subsídio, que estava fazendo auditoria e que iria reduzir. Saímos de 800, para 2014, para 1,2. E agora estamos falando de 1,4, e vamos fechar o ano que vem com 1,9 ou 2. Na realidade, o erro é grosseiro, esqueceram de somar a gratuidade, que são 300 mil pessoas, repito: 300 mil pessoas! Vejo aqui que subestimaram os valores e é um erro grosseiro porque o valor não são mil reais, são milhões de reais.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Vereador, de fato, há um problema porque não temos como dimensionar. Por exemplo, o que foi feito na gestão anterior? O dissídio da categoria era em maio, e como foi feito UM novo contrato com reajuste em outubro, houve um acordo com a categoria: trazer o dissídio para setembro para coincidir. Assim, em outubro, há o reajuste contratual, anual, e já se analisa porque é diferente do da varrição, da concessão. Quanto à varrição, como já foi dito, há muita mão de obra. Então o impacto do dissídio é maior do que o reajuste contratual.

Havia os índices setoriais que a Secretaria de Finanças aplicava tradicionalmente na área de serviços. O que fizemos então em relação ao contrato da varrição, que era o único contrato que não era reajustado pelo IPC/Fipe? Então na negociação com a empresa, na renegociação para o ano que vem, nós exigimos a mudança para o indexador IPC porque era um índice setorial que... Agora, nós não sabemos qual será o reajuste ano que vem. Por isso é que, nos últimos dois meses, normalmente, fica uma incerteza de quanto... Por isso aprova-se um Orçamento que, às vezes, vai ser abaixo do contrato e, por isso, é que há essa distorção.

Se fosse possível, o ideal seria saber, mas como há reajuste contratual no final do ano, não dá para prever. Dá para prever hipoteticamente, mas não exatamente e, por isso, há necessidade sempre de uma suplementação no final do ano.

O SR. JOSÉ ANTONIO BACCHIN – Se me permitir 30 segundos, gostaria – com a ajuda do Mário - de dizer o seguinte: normalmente é dado um limite, como o nome diz, para limitar porque, se não, se a gente for simplesmente fazer, cada Secretaria dá dois ou três orçamentos. Contudo, há suplementação e o Governo não se furtar – sensível que é – quanto à suplementar essa dotação justamente para manter os serviços de limpeza na cidade de São Paulo, quer seja pela concessão ou pelos contratos. Ok?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vereador Ricardo Nunes, que relatou o Orçamento deste ano, é o último inscrito. (Pausa) Também sinto, mas é a regra.

Peço ao Fábio Siqueira que venha à frente, pois vamos usar o microfone da tribuna.

O Vereador Ricardo fará dois ou três questionamentos e, com a sua conclusão, passaremos a palavra aos quatro inscritos.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Presidente. Cumprimento o Secretário Simão Pedro. (Pausa) Também cumprimento o Dr. Bacchin, Presidente da Amlurb.

Várias perguntas que eu faria, mas já foram feitas pelos Vereadores que me antecederam. Vou ser sucinto e rápido, com perguntas objetivas.

Secretário, no código de atividade 2171 estava orçado, para 2015, 582 mil reais e foi liquidado, até setembro, 486 mil; e está previsto para 2016, 1 milhão de reais. Se o senhor puder sucintamente explicar, a que se deve esse aumento? Porque a variação é bastante considerável, é quase o dobro. Aproveitando essa pergunta – e não sei se vai estar na fonte da Secretaria ou da Amlurb -, quanto foi gasto com a contratação da Prodam para fazer o sistema da CTR Eletrônica?

Outra questão: há uma inovação na peça orçamentária. O código de atividade 4307 descrito como Pró Conecta – Conectividade e Inclusão Digital, é uma rubrica nova com uma

proposta de 6 milhões e 828 mil. Se o senhor puder nos dizer a que se refere...

Com relação ao código de atividade 3391 – Implantação de Ecopontos, previsto para 2016, 9 milhões 450, essa foi uma questão muito debatida nesta Casa, durante o ano. Por exemplo, não há ecoponto na região do M'boi Morim, só um na Capela do Socorro, e nenhum em Parelheiros. São áreas de mananciais e o ecoponto é muito importante para evitar que vá sofá, geladeira, essas coisas para a Represa. Nesse valor, o que estaria previsto, qual seria o plano de implantação de ecopontos na cidade, com esse valor de quase 10 milhões?

Com relação à Amlurb, aparece no código de atividade 2171 - também em relação à manutenção do sistema de informação e comunicação, que é a Prodam -, o valor orçado para 2015 era 1,849 milhão e agora está proposto 1,968 milhão. A pergunta que faço é se há necessidade. Discutimos bastante sobre o custo caro que a Prodam tem para a cidade, são 430 mil reais/mês só de aluguel no local em que estão. Estamos falando disso faz tempo, tempo, tempo e as providências não são tomadas. E os recursos das secretarias é que vão pagando – no meu ponto de vista, não falo em nome da Comissão, mas em meu nome -, é um grande desleixo com o dinheiro público o que a Prodam faz pagando 430 mil/mês, na Francisco Matarazzo, e não há necessidade, estava no Ibirapuera, não pagavam nenhum aluguel.

Tenho mais questões, mas vou acelerar para as pessoas poderem falar.

Se o senhor puder falar em relação à Amlurb, a gente não tem descrita qual a receita proveniente das multas que ela aplica. Ela aparece com uma receita total de 117 milhões 825 mil. Há um déficit de 2,191 bilhões. Então seria a fonte das multas aplicadas, e quais seriam as multas e qual a receita? Isso não está detalhado no relatório.

Aproveitando ao falar da Amlurb, Secretário, quero agradecer, por um lado, e fazer uma crítica construtiva, de outro lado, quanto à atenção que o senhor nos deu em relação às caçambas, assunto que foi motivo de várias reportagens em todos os jornais, no meio televisivo devido à paralisação que houve na cidade, esta semana.

Houve aqui duas audiências públicas na Comissão de Finanças, com total apoio do

Presidente Police e demais membros, como o Vereador Alfredinho, Jonas Camisa Nova, Gilson Barreto, Nelo Rodolfo e Vavá. Eles foram muito atuantes quando houve essa discussão, foram duas audiências lotadas, e uma delas foi à semana passada.

Apesar de alguns avanços do Secretário – tenho de ser justo – ao conceder o diálogo, na última reunião não houve avanço. E o Prefeito atendeu, concedeu prazo de 90 dias, o que eu acho positivo. Mas se puder anotar, Secretário, à questão de alteração da legislação que eles falaram com o Prefeito, e o Prefeito foi muito simpático, ao dizer: façam as alterações na legislação, e o Prefeito pediu para levar lá. Mas se pudéssemos, até por uma questão de ter uma boa relação entre Executivo e Legislativo, fazer com que o processo legislativo ocorresse nesta Casa, não é? E não só com este Vereador, mas com os Vereadores que estão encampando. Tem que ser feita alteração na legislação, e se o senhor – uma pessoa muito sensata – puder ajudar a conduzir o processo, acho justo. Pelo menos, vai valorizar a Câmara Municipal, o Poder Legislativo.

Aguardo as respostas. Obrigado.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Obrigado, Vereador Ricardo Nunes. Estou acompanhado do José Antonio Bacchin, Presidente da Amlurb, que vai falar; do João Cassino, coordenador do Pró Conecta; o Alberto Serra da Ilume também está presente; e a Lucia Sales do Serviço Funerário.

Vou tentar ser rápido.

O SR. RICARDO NUNES – Lúcia, você é uma querida da Casa, não tinha te visto. Serra, desculpe-me, não tinha visto você também, que tem atendido muito bem a todos desta Casa.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Fizemos questão de trazer toda equipe para prestar todos os esclarecimentos, tirar todas as dúvidas, em respeito a esta Casa.

Evidente, quando eu não sei de um tema, eles estão aqui para me ajudar. Também estamos acompanhados dos assessores da Secretaria de Finanças.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, como a Lúcia está aí, quero apenas dizer que fizemos aqui um trabalho na peça orçamentária do ano passado, pois o Serviço Funerário não tem recursos da fonte 00, só recurso próprio. Houve um trabalho conjunto de Vereadores – eu, Jair Tatto, Arselino Tatto, Reis, Goulart ainda era Vereador, Alfredinho – para colocarmos 6,250 milhões no Serviço Funerário. Foi combinado com o Fúlvio, com o Governo que esse dinheiro seria executado. Era compromisso de o Governo atuar na questão do Cemitério Campo Grande. Lá seriam aumentadas mil vagas, covas, porque não há mais vagas. E o crematório que, a princípio, seria no Campo Grande, por uma questão técnica ficou para o São Luiz, mas não andou. Se puderem explicar, porque eu posso até falar em nome do Alfredinho, do Tatto, do Goulart, que estava aqui, dos outros Vereadores da região, pois isso foi uma decepção pra gente. Estamos chegando em novembro, Secretário, e nós fizemos um trabalho conjunto, essa não foi uma questão isolada nesta Casa, foi uma ação conjunta com o Executivo e quando não acontece, é uma decepção grande pra gente, não é Alfredinho? Não é uma crítica, sei que tentaram, mas precisamos resolver este ano, Secretário.

R – Vereador Ricardo, pra gente, é uma satisfação. Aliás, vamos executar agora uma série de emendas parlamentares de vários Vereadores, e tem sido um alívio do ponto de vista de atender essas demandas. Por exemplo, a ampliação do Velório da Saudade; a reforma da agência central; e a reforma do São Luiz, que até as caixas-d'água estavam largadas, abandonadas. A Lúcia vai falar do crematório, faço questão de prestigiá-la, ela vai responder diretamente.

P – Também a quadra geral do cemitério, da quadra terra para a quadra geral do cemitério.

R – Pra gente é um pouco de frustração, porque a gente está com muita vontade, mas vamos lutar juntos. Eu acho que é possível.

Em relação ao CTR, lembro-me que a primeira manifestação que enfrentamos, aliás, fiz questão de ir diretamente porque o Presidente José Antonio Bacchin estava em

Brasília representando a Secretaria no Fórum dos Municípios, para discutir logística reversa.

Disse: Bacchin, fique tranquilo, vou receber a Comissão. Fui lá, fiquei três horas conversando com os representantes dos caçambeiros, e anteriormente tínhamos tido uma conversa, um diálogo com o sindicato dos caçambeiros. Aliás, antes já tínhamos feito isso quando baixamos o valor da taxa do aterro, que na gestão anterior, em dezembro, subiu de 9,50 para 16,50. Constatamos que caiu muito o volume do entulho nos aterros com os quais temos contrato. Revimos a taxa, baixamos para 13, que foi um subsídio para incentivar os coletores de resíduos da construção civil a levarem para o aterro.

Quando no embate primeiro, quando concedi prazo de mais um mês, e até revimos outros prazos, falei a eles o seguinte: não estamos inventando a roda, estamos cumprindo a lei, uma lei de 2006, oriunda da Câmara Municipal de São Paulo, que disciplina porque é uma atividade que o município autoriza a execução pela iniciativa privada, só que o município tem de regulamentar. Então a lei era pra isso, instituiu o CTR – Cadastro de Transporte de Resíduos, que era feito de modo manual, com papel, o que dificultava a fiscalização, a apuração se, de fato, o aterro foi ou não para o aterro. A inovação foi à modernização, fazer de forma eletrônica. Aí questionavam, por exemplo, o prazo de a caçamba ficar estacionada na rua, falei: isso é legislação, vocês têm de procurar a Câmara Municipal. Constatei depois que, de fato, procuraram. Tiveram a acolhida do Alfredinho, do Vavá, de V.Exa. que, de fato, coordenou as duas audiências públicas. Quando eu pude, vim a uma delas. A última foi muito em cima, dialogamos muito e incentivamos o diálogo com a Câmara. Nós entendemos que se tiver de haver alteração legislativa é bom que seja aqui. Vou levar a preocupação de V.Exa. ao Prefeito, mas na hora, quando eles fizeram a manifestação, e não há problema com as manifestações, sempre tem havido manifestações pela cidade. A providência que nós tomamos, eu vim imediatamente para o centro, eu e o Bacchin, dialogamos com o Prefeito quanto à necessidade de receber uma comissão. O Prefeito disse: organize uma comissão, eu gostaria de participar, se puder. O Prefeito veio e foi importante a intervenção do Prefeito, que

é a autoridade máxima da cidade. E ali ouvindo, durante o diálogo, foi dele a decisão de prorrogar por mais 30 dias e nesse período conviver tanto com o processo manual, com o papel, quanto com o processo eletrônico. Houve um avanço, pois além do prazo, houve alterações determinadas pelo Prefeito, que nós resolvemos fazer, e houve o compromisso dos caçambeiros de ajudar na implantação da CTR eletrônica porque vai ser um passo muito importante. Foram várias as conquistas, em vez de dois dias, quatro dias para o descarte, essa foi uma conquista dos Vereadores. Fiz questão de prestigiar os Vereadores, estive aqui e disse: essa decisão dos Vereadores, vocês são intermediários da demanda, vocês podem anunciar que, na conversa, ao dialogarem conosco, vamos fazer a mudança. No processo fomos aperfeiçoando e esperamos que com o ato democrático que nós tivemos, só houve um transtorno na parte da manhã, mas o diálogo conosco permitiu que desobstruísse e a cidade fluísse novamente.

Eu vou levar a informação porque na hora, Vereador, eles falaram: Prefeito, precisa mudar a lei, e o Prefeito sugeriu que fizessem uma proposta quanto aos pontos da lei que precisam ser alterados para que possamos estudá-los e tocar pra frente. Mas vou informar o Prefeito que a Câmara Municipal de São Paulo está estudando a questão nesta Comissão, e vamos fazer essa interação de maneira que não fique um projeto. Se tiver alteração na lei de 2006 - do Vereador Chico Macena, hoje Secretário de Governo – que façamos juntos para que a tramitação seja rápida, e não fique aquela coisa: ah, a lei conflita com o trabalho da Amlurb, mas que façamos uma legislação que permita prazos exequíveis aos caçambeiros e permita também um sistema justo de punição aos infratores. Achamos que o sistema atual é leve porque tem gente que prefere pagar multa de 50, 60 reais do que cumprir a lei. Os fraudadores pensam: ah, a multa é tão baixa que é preferível pagar a multa. Se pudermos construir um sistema justo, que faça a cidade sofrer menos do que hoje porque há descarte irregular, há falta total de disciplina. A gente sempre separou: uma coisa são os caçambeiros, empresários corretos, honestos, que aproveitam a oportunidade que a cidade lhes ao explorarem esse

serviço; outra coisa são aqueles que sujam a cidade, não cumprem regras, não querem cumprir, querem ganhar dinheiro, querem cobrar do cidadão, mas não querem cumprir a lei. Isso tem um custo para a cidade, varrer, recolher entulho, limpar ponto viciado. Até citei, outro dia: só para limpar pontos viciados de entulho são 100 milhões por ano.

Quero crer que continuaremos num esforço comum – Executivo, por meio da Amlurb, e a Câmara Municipal de São Paulo, com sua Comissão – e nesses três meses que o Prefeito deu, vamos ter um avanço significativo, é isso que buscamos. Para nós não houve problema em dar um novo prazo, e o bacana foi o compromisso assumido pelos caçambeiros de nos ajudarem para implantarmos o CTR eletrônico, que vai ser um avanço muito bom para a cidade, para a cidadania.

Vou passar ao Bacchin e para a Lúcia, eles vão responder as questões específicas de V.Exa. relativas às suas áreas.

O SR. JOSÉ ANTONIO BACCHIN – Rapidamente, Vereador Ricardo Nunes, com relação à Prodam, o valor estimado, tanto para este exercício quanto para o próximo, é da ordem de 1,9 milhão ao ano. Como é pago? É pago mediante horas demandadas pela Amlurb, conforme a sua necessidade. Se dividir por 12 meses, a média são 120, 130 mil ao mês.

Quanto ao valor específico demandado destinado por parte da Prodam para trabalhar no CTR Eletrônico, não tenho esse número pronto, acabado e fica o compromisso de enviar a V.Exa, o mais rápido possível.

Com relação ao ecoponto, 9 milhões 451 mil - como já havia explanado - é uma previsão para construirmos 35 ecopontos, 35 com este valor.

Por último, quanto à taxa de fiscalização dos serviços de limpeza urbana, o Fislurb, essa taxa é um dos ingredientes que temos no chamado Fundo Municipal de Limpeza Urbana – FMLU, que na sua maioria tem recursos oriundos da outorga dos contratos de concessão. Nos contratos de concessão há outorga de 5%, que hoje representa aproximadamente 47 milhões, que é a principal fonte de receita, sabendo que a taxa de fiscalização propriamente

dita, solicitada por V.Exa, a previsão este ano é da ordem de 1,3 milhão; e a previsão para o ano que vem é de 1,4 milhão de reais.

O SR. RICARDO NUNES – De arrecadação de multa?

R – Taxa de Fiscalização do Serviço de Limpeza Urbana, multa. Saúde, por exemplo, quem paga, quem recolhe para na Secretaria de Finanças, ok? Estou dizendo do que entra diretamente no fundo da Amlurb.

P – As multas lançadas pela Amlurb não entram para Amlurb? (Pausa)

R – As multas estão dentro desse valor?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ ANTONIO BACCHIN – Vai para o Tesouro, fonte 00, que no nosso caso é uma receita que ajuda fazer frente às despesas de Amlurb.

O SR. RICARDO NUNES – Tudo bem, Dr. Bacchin, é que no detalhamento não está especificado o valor proveniente de multas. É lógico que é fonte 00, só podia ser. (Pausa)

O SR. JOSÉ ANTONIO BACCHIN – Dá pra responder? Aqui há o valor da previsão, mas e efetivamente? (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ ANTONIO BACCHIN – Vereador, fica o meu compromisso de enviar essa informação, ok?

O SR. RICARDO NUNES – Posso dar uma sugestão?

R – Pois não.

P – É importante que na peça, Dr. Bacchin, seja discriminada a arrecadação de multa quando se faz o balancete.

R – Ok, ok.

- Pausa.

O SR. JOÃO CASSINO – Eu sou coordenador de Conectividade e Convergência Digital. Vou responder a questão do Pró Conecta. Na verdade, na coordenação havia duas

rúbricas em 2015 – Telecentros e Praças Digitais, do projeto *Wi-Fi Livre*. Solicitamos da Secretaria de Finanças que criasse uma terceira rúbrica, que chamamos de Pró Conecta, que tem como função principal coisas que vão tanto para telecentros quanto para praças. Por exemplo, no Projeto Redes e Ruas, que fizemos em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e com Secretaria da Cultura, há atividades, oficinas, cursos tanto em telecentro quanto em praças. Estamos também criando - que é a maior parte dos recursos, 4,2 milhões – a rede de laboratório de fabricação digital, um projeto novo. É um tipo de telecentro, mas não é nem telecentro nem praça, que ficaria na terceira rúbrica.

Em 2014/2015 apoiamos o evento *Campus Party*, e uma parte dos recursos seria para esse evento que divulga todos os projetos de inclusão digital da Secretaria.

Basicamente, é isso: uma rúbrica criada para 2016 para os projetos que extrapolam tanto telecentro quanto praça.

O SR. RICARDO NUNES – Mas a gente já tem aqui o 4305, que são as operações e manutenção das praças digitais, o valor são 13 milhões.

R – Então, é uma terceira rúbrica. Ela mantém a praça, o telecentro.

P – *Wi-Fi Livre* passou para dentro dessa rúbrica?

R – Não, o *Wi-Fi Livre* está em praças digitais, 13 milhões. Esse Pró Conecta, nele vai ter a rede de laboratório de fabricação digital, um projeto novo; há o Redes e Ruas, que a gente está pensando em fazer a 2ª edição, e vai depender da aprovação orçamentária; e eventos, no caso em 2015 nós apoiamos o *Campus Party*.

P – Você pode mandar o projeto pra mim? Como é rúbrica nova, 6 milhões e pouco, você deve ter um projeto mais detalhado com relação a esse programa. Se você puder mandar...

R – Tenho, claro.

P – Obrigado.

A SRA. LÚCIA SALES – Vamos agradecer o Vereador Ricardo Nunes. Vamos às

questões. Nós, de fato, as emendas individuais – e a gente só tem realmente que agradecer aos Vereadores, que contribuíram com as emendas.

Tenho a grata satisfação de dizer ao Vereador Aurélio Nomura, mais uma vez agradecer a licitação para a reforma das câmaras frias, ele deu 70 mil reais. Ela teve êxito, está em plena execução, o prazo são 30 dias. Então vamos ter as câmaras frias refeitas no Crematório. E hoje o pessoal já me deu um *zap*, as peneiras vibratórias também estão positivas. Assim também o Vereador Laércio Benko, com os 600 mil das retroescavadeiras, nós já publicamos o edital, dias 4 e 5 de novembro, e no dia 18 de novembro vamos dar um grande passo.

São aqueles equipamentos, equipamentos, que eu brinco, o pessoal ainda estava no séc.XVIII, era tudo na pá e agora a gente vai ter equipamentos como a mini retroescavadeiras. Um trabalho muito sério o nosso diretor de cemitério, o Frederico Okabayashi, está fazendo conosco.

Da Marta Costa, que hoje é deputada, mas fez questão de manter os 250 mil, foi feita a reforma da Agência Central. Ano passado conseguimos comprar 90 computadores e 40 impressoras, que fez toda a diferença para os cemitérios.

Também do Coronel Telhada, hoje deputado, nós fizemos a reforma no Vila Nova Cachoeirinha, a reforma no Capela do Santo Amaro, e agora vamos fazer o Araçá.

O SR. RICARDO NUNES – Santo Amaro foi em 2014, Lúcia. As minhas emendas se repetem dois anos seguidos também.

A SRA. LÚCIA – E da Noemi Nonato, os 350 mil, vai ser de saudade, não é. Agora, vamos fazer Araçá, Freguesia e Santana. Esses 6,6 milhões congelados.

O SR. RICARDO NUNES – Seis milhões e 650.

R – Isso que a gente queria muito fazer e eu só possa agradecer o Vereador porque no mês de julho a gente veio colocar a dificuldade do descongelamento desse dinheiro, recebemos o ofício do Vereador Ricardo Nunes nos apoiando nisso, pedindo tanto ao

Secretário na ocasião, Marcos Cruz, como a nós mesmos. Nós instruímos, pedimos para que esse dinheiro fosse descongelado, mas infelizmente, não o foi, então, a emenda coletiva.

O SR._____ - É tão importante isso, ontem, eu estive aqui o Vereador Police Neto, cumprimentei a Bancada de Vereadores da zona Norte, zona Noroeste e também trouxe essa demanda de fazer um crematório lá. Então, tem crescido a demanda por cremação na cidade, é muito importante. Só a Vila Alpina de fato tem sido muito...pode terminar Lúcia.

A SRA. LÚCIA – Então, é muito importante esse apoio da Câmara Municipal é fundamental para a gente estar ombreado junto ao governo e poder realizar e estamos ampliando no da Vila Alpina e estamos fazendo a resolução Vereador para transformar aquela quadra que V.Exa. estava comentando. Estamos fazendo uma nova resolução e aquela quadra que estava de gavetão vai passar a ser quadra de terra então estamos finalizando a resolução e com isso é uma sugestão muito boa e a gente está fazendo a resolução e vai ampliar a capacidade do cemitério para mil vagas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço a todos. Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Police Neto, também saúdo os Vereadores Milton Leite, Ricardo Nunes, Aurélio Nomura e o ex-Vereador Beto Custódio e Vereador licenciado Celso Jatene e também o Secretário Simão Pedro e todas as equipes da Secretaria de Serviços, empresas envolvidas e o Corpo de Bombeiros, sempre presente e é uma instituição muito respeitada neste país pelo seu excelente trabalho. As perguntas da Dona Socorro. Ela está indignada, pois demorou quatro horas para a população poder falar nessa audiência, ela está pedindo para colocar a questão de Itaquera, que a iluminação continua precária, os telecentros continuam fechados, a coleta seletiva inexiste e as praças digitais dividem com os tais lixões. As subprefeituras não têm nem competência para cuidar do zelo das praças haja vista que a subprefeitura de Sapopemba não executa nem um milhão de reais

do seu Orçamento, ou seja, imagina para cuidar das praças existentes na sua região. Então, como vai colocar wi-fi na praça se está com lixão. É lamentável realmente a situação especialmente da região de Itaquera na questão da sua Secretaria.

Também repudiar a questão dos telecentros que parecem que não estão sendo levados em conta nesta gestão, pois a execução orçamentária como já se falou aqui está em apenas 29% até 30 de setembro e os telecentros, ininteligível da galeria Olido parecem-me que continuam fechados já há dois anos. Os de Itaquera também, os funcionários ficaram pendentes, a situação dos funcionários desligados em 2013 e 2014. É realmente uma situação muito triste a questão do telecentro que era uma prioridade dessa gestão. Talvez deva voltar para a Secretaria de Comunicação de onde nunca devia ter saído e onde alei preconiza, daí melhoraria a situação dele.

Quero também comentar a questão de uma dotação importante: lixo doméstico efetivamente reciclável coletado seletivamente. Em 2013, o Tribunal de Contas nos informa que a média percentual foi de 8,67%, em 2014 caiu essa média para 8,48% então qual a razão de ter sido dito aqui uma prioridade para a coleta seletiva de lixo doméstico reciclável ter caído em 2014. Eu gostaria de saber qual a porcentagem esperada para 2015 e se vai continuar caindo essa questão da coleta seletiva do lixo doméstico reciclável.

Queria também entender um pouco a questão de porque não ter sido explicado aqui precipuamente quantos ecopontos foram inaugurados em 2015 e quais são os locais desses ecopontos? Porque o Tribunal de Contas nos informa que em 2013 foram 18 entregues, 2014 foram mais 9 e em 2015 gostaria de saber se foram 4, porque esta conta não está batendo. os Vereadores falam uma conta, vocês falam outra e precisa explicar afinal até início de novembro quantos foram inaugurados, a gestão parece que entregou 27 até o ano passado e quantos serão planejados para 2016. É lamentável que há um dado aqui na Peça Orçamentária que há 6,6 milhões de reais para um ecoponto que não sabem quando vai ser instalado. ou seja, não serão instalados porque se não há a previsão do local. Há 7 novos que

já têm local, mas outros 6 que não têm local. Estamos a 14 meses de terminar o mandato e não se sabe onde vai ser investido, local. Isso representa que não será efetivado.

Para terminar queria colocar a questão da coleta seletiva. É com grande pesar que a gente recebe a notícia da não execução dos 46 milhões da coleta seletiva, dotação 5608. Essa dotação, apesar do contrato do BNDES e do Ministério do Trabalho não ter sido executado poderia ter sido executado com verba da própria Prefeitura e não o foi. Então, é muito gritante você utilizar um bilhão e 300 milhões de reais para varrição e lavagem de áreas públicas, mais coleta e serviços de limpeza e colocar 9 mil para coleta seletiva. Realmente, a coleta seletiva não está sendo uma prioridade nesta gestão, o que é lamentável haja vista a situação deplorável das 21 centrais de coletas dos catadores deveria ter tido mais prioridade nesta área. Como existiu na gestão da Marta Suplicy e a gestão Haddad não está dando essa prioridade é isso é lamentável o que está acontecendo na questão dos catadores.

Não é possível você executar 9 mil reais sendo previsto 46 milhões. É 0,02%. É muito errado isso acontecer.

Tragam o Presidente do BNDES, tragam o Ministro do Trabalho, mas alguém tem de explicar esse calote do Governo Federal, da Sra. Dilma Rousseff em relação à cidade de São Paulo.

Para terminar queria comentar a questão do serviço funerário. São 11 milhões a menos comparado ao Orçamento do ano passado. Foi explicado aqui que era uma economia na informática, mas esse dinheiro poderia ir para mais investimentos, pois a situação dos cemitérios continua muito delicada e parece que há uma lentidão nos investimentos da questão do serviço funerário. Esse 11 milhões que foram economizados poderiam acelerar as tantas obras que o serviço funerário precisa melhorar.

É discrepante na iluminação pública você dar 2,4 milhões para a Capela do Socorro e apenas 515 mil para Guaianazes como prevê a própria Peça Orçamentária, Guaianazes recebe quatro vezes menos do que Capela do Socorro. Claro que Capela do Socorro merece

muito mais, mas a população não é diferente assim na média populacional. Em Itaquera, um milhão.

Então, realmente, essa destinação específica para iluminação tem de seguir os trâmites da população e da carência dos distritos. É muito estranho ter cinco vezes mais para a Capela, comparado a Guaianases e Lajeado. Por isso as verbas previstas para iluminação precisam ser mais bem dimensionadas.

Para terminar, quero saber do projeto do Sr. Prefeito de multa para quem joga lixo no chão. É claro que quem joga lixo no chão tem de ser multado, felizmente é uma minoria que faz isso. Parece que os senhores arquivaram essa ideia de multar as pessoas que jogam lixo, principalmente cigarro. Isso é muito feio e encarece a limpeza da Cidade. Então, como está o projeto de multar o infrator que joga lixo, joga cigarro, no chão desta Cidade? Parem de onerar a população com taxa de lixo e de iluminação e onere esse infrator que joga lixo e cigarro no chão, como se faz acertadamente no Rio de Janeiro.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou passar imediatamente a palavra ao nosso sempre presente Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Confederação Sustentabilidade do Trabalho e Empreendedorismo da cidade de São Paulo e Presidente Mundial da União Cosmos Sustentabilidade das Nações Trabalhistas e Empreendedoras da Cidade, numa Central que está sendo organizada em 125 países, a partir de janeiro.

Vou pontuar três perguntas ao Sr. Secretário. Uma das dimensões fundamentais das Centrais é que para se formar uma nova sociedade para o mundo do trabalho e empreendedorismo é preciso investir em políticas públicas de formação do novo cidadão, que são a criança, o adolescente e a juventude, em políticas públicas de Educação; Ciência, Tecnologia e Informação; Esporte e Lazer.

Por essa grande plenitude, há alguns anos, antes de a Marta sair candidata à

Prefeita na cidade de São Paulo, apresentei o projeto de construção dos CEUs na cidade de São Paulo e nas 31 audiências públicas de metas do Governo Haddad apresentamos a tese da instalação da internet livre na cidade de São Paulo. Venho parabenizar os Srs. Secretário e o Prefeito em instalar, porque a cidade de São Paulo se torna a primeira da América Latina a ter o *wifi* livre e a oitava do mundo, do planeta.

A pergunta é a seguinte: lançamos a tese não apenas nas praças, mas nas escolas públicas, nos parques municipais, nos terminais de ônibus e também nas escolas públicas municipais. Já é um avanço. No Orçamento que V.Exa. tem e apresentou é apenas para a manutenção das 120 praças digitais. Mas a pergunta é a seguinte: nessa plenitude de parceria pública da internet livre, seria possível estender essas ações às demais instituições, inclusive para os bairros urbanos da cidade de São Paulo?

A outra pergunta é: a cidade de São Paulo é a maior cidade do Hemisfério Sul. Tem 2.150 bairros e 96 distritos. São 66 mil ruas e avenidas legalizadas, 22 mil pontos de ônibus. O projeto de iluminação e construção de abrigos nos pontos, os pontos de ônibus da Cidade de São Paulo, onde acontecem verdadeiros assaltos, principalmente com idosos e mulheres, considerada mais frágeis. Temos uma cidade sem nenhum tipo de segurança. Se for possível instalar câmeras digitais nos pontos e também iluminação. São Paulo tem quase dois milhões de postes, 35% desses postes estão instalados em cima dos passeios e calçadas públicas, inviabilizando a mobilidade dos usuários. Porque as lâmpadas nesses postes são viradas para iluminar as vias do carro, não são viradas para iluminar também os passeios e as calçadas públicas?

Essa a pergunta que faça a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a palavra o ex-vereador Beto Custódio.

O SR. BETO CUSTÓDIO – Nobre Vereador José Police Neto, cumprimento V.Exa. assim como os demais 54 Vereadores desta Casa, conjunto de funcionários, pessoal da

segurança, GCM, Policia Militar, Corpo de Bombeiros, que vem junto a nossa Secretaria e dizer que é uma satisfação voltar aqui depois de ter ficado aqui de 2001 a 2008, especialmente na Comissão dos Direitos Humanos e de Educação, V.Exa. fora também vice-presidente por várias vezes, quando compusemos as comissões, quero dizer que da importância e da satisfação de parte hoje de um grupo que tem uma grande responsabilidade com a Cidade de São Paulo, que é a Secretaria de Serviço. Faço Relações Institucionais e acabo tendo de fazer essa relação com o conjunto de Vereadores.

Parabenizo a todos, que fundamentalmente foram importantes a destinação para o Orçamento de 2015, na oportunidade viemos aqui com nossos coordenadores e não tenho dúvida alguma, de que há necessidade premente para que 2016, ocorra mais ainda. Até por conta da necessidade. Secretaria de Serviços, como já vimos aqui, tem um serviço muito oculto, porém não tão oculto assim, como sabemos, que é o Corpo de Bombeiros. Quem imaginou, tem Vereador aqui nessa Casa, que me perguntam: é verdade, o que está fazendo aqui o Corpo de Bombeiros. É de Serviço sim? É de Serviço, só não cumprimos a responsabilidade salarial. Todos os equipamentos, é um serviço de muita responsabilidade e de grande valia para Cidade de São Paulo e há de ser valorizado mais ainda, não somente pela Prefeitura do Município de São Paulo, como principalmente pelo Governo do Estado de São Paulo, que tem a maior responsabilidade, porque é quem presta concursos públicos das devidas formações.

Nesse sentido, digo que fazendo parte dessa Secretaria na qual o nosso comandante é o Secretário Simão Pedro, Secretário de Serviços, já mostrou o quanto é importante dar seguimento no tocante, por exemplo, e aí Fábio, quero respeitosa e delicadamente divergir, porque se você olhar os números de Guianazes você vai ver que não tínhamos nem 10% - e vamos brigar com o Alberto, continuar brigando - nem 10% do que hoje é registrado lá. Vou dar um exemplo concreto, aquelas chamadas pedonais. Não tínhamos nem as chamadas celestiais, que iam nos postes, que hoje estão melhoradas, não estou aqui

para ficar defendendo, pelo contrario. As pedonais hoje dão muito mais segurança para os transeuntes, principalmente nas vias perigosas. Com muita tranquilidade chegaremos lá e o próprio Secretário falou, aqui que reduziu, pelo menos em, vamos dizer aí, perto de 90% o índice de reclamação, senão mais do que isso, no chamado Disque 0800.

Então teremos muito mais e haveremos de conquistá-lo.

A mesma coisa - número diferente -, pegamos aqui na questão da reutilização. Quem disser aqui que não foi avançado nada, eu quero voltar ao passado. Não sou de *flashback*, mas nós temos de voltar ao passado. Eu lembro perfeitamente: a nossa ex-Prefeita Luiza Erundina começou esse trabalho da reciclagem; o futuro Prefeito - que, sinceramente, não consigo lembrar o nome - acabou acabando com tudo e acabou de fato; depois, o seu sucessor também o fez, por, pelo menos, uma vez, está certo?

Coincidemente outra pessoa que veio a disputar a Prefeitura reviu e refez a reutilização, a reciclagem, que é a nossa atual Senadora da República. E, agora, depois, nós tivemos aí, infelizmente, outro sucessor que, se não me falha a memória, é Ministro das Cidades - não é? - e também veio aqui e fez exatamente o retirar desse serviço, não totalmente porque houve relutância das cooperativas.

E, agora, para nossa surpresa positiva, nós já estamos chegando num número razoável: no mínimo, no mínimo, no mínimo, 300%, senão muito mais. E, até o final, queremos ver mais avanço.

Não diferente do Serviço Funerário - Lúcia Salles, embora engenheira agrônoma, é advogada e tem sido, com muita respeitabilidade, a pessoa que está mudando a palavra "luto" para a palavra "memória", quer dizer, guardar aquilo que é bom; esquecer, de preferência, aquilo que é ruim, mas guardar as coisas positivas. Então o Serviço Funerário tem sido sim uma alavanca muito importante deste Governo Municipal e da Secretaria de Serviços.

Não por acaso, deixei por último essa questão da conectividade. Aí, João Cassino já disse aqui, se nós olharmos qual é o nosso plano de governo, é de 40 praças. Chegamos a

120. O Secretário já anunciou aqui a possibilidade de ampliar ainda mais. Quer dizer, perto de 250% além dessa nossa projeção.

Não tenho dúvida alguma que esta Casa tem a responsabilidade de não carimbar, mais de ajudar a Administração da cidade de São Paulo, dando à mesma um Orçamento com bastante qualidade e qualificando essas pessoas.

Então, Vereador José Police Neto, V.Exa. tem conduzido esse trabalho da forma mais qualificada, como assim podemos dizer, e, com certeza - agora assim falo de *feedback* -, ele há de se voltar para a cidade de São Paulo como a Cidade merece. Assim, quem tem as armas que ela tem, os instrumentos, é a própria população. Queria aqui apenas dizer à D. Socorro, que não está aqui, pois foi para outra reunião - e até comprehendo a saída dela, da indignação, porque todos nós estamos indignados, ficamos e ficaremos. É a mesma coisa de estar numa praça, estar lá pegando o seu - como diz lá o nosso repórter, na parte da manhã: "Na praça está pegando muito bem". Você vai para o trem, não pega. Não há wi-fi no trem - e, olha, serviço de décadas.

Para o metrô, a mesma coisa. Nos aeroportos também tem de ter. Então, nesse sentido, a Cidade avança e, com certeza, a sua sociedade também.

Portanto, parabéns à Câmara Municipal e parabéns, Secretário Simão Pedro.
(Palmas)

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI - Vereador, posso só concluir?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sem dúvida.

R - queria, então, agradecer à Comissão de Finanças, ao seu Presidente e a todos os membros que aqui estiveram. Foi uma satisfação...

O SR. MILTON LEITE - Secretário, antes de encerrar, permita uma última pergunta minha.

R - Eu já ia cumprimentar o nosso sempre Vereador...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Você viu que não consegue concluir

sem a última pergunta do Vereador Milton.

O SR. MILTON LEITE - O senhor pode cumprimentar, depois eu farei.

R - É uma satisfação, satisfação. Milton Leite...

O SR. MILTON LEITE - Tem prioridade o cumprimento ao Vereador.

R - Eu queria cumprimentar o Secretário, meu colega e Vereador Jatene, que faz excelente serviço para a cidade de São Paulo.

O SR. MILTON LEITE - Secretário, só uma preocupação com relação à PPP da iluminação pública, com base no PDL 1428/2013, em cima da Resolução 479/2012, da Aneel. O que diz o PDL, o Projeto de Decreto Legislativo, de autoria do Marquezelli, que foi votado no Congresso, na Câmara dos Deputados foi aprovado. Encontra-se em votação no Senado, devendo ser votado agora.

O Decreto tira do município o poder da iluminação pública. Esse Decreto-Legislativo susta a resolução, que passou para o município a expansão da iluminação pública. Isso significa dizer que, se votado no Congresso hoje, que é uma possibilidade – já está votado; como é decreto-legislativo, não teremos mais PPP, não teremos mais nenhuma aventura. Mas vejo com preocupação esse decreto. E fazemos estudos enormes. E a resolução, considerando que foi aprovada com grande folga na Câmara dos Deputados, e já está no Senado. Uma vez votado, a sua vigência é praticamente imediata, porque é projeto de decreto-legislativo, e, portanto, está revogando um ato do Executivo, e não depende de sanção. Então estou preocupado também com isso, de se abrir uma licitação, e, na véspera, o Senado aprova o presente projeto de decreto-legislativo, que me parece que tem acordo para isso, pois diversas fontes políticas que me dão notícias no Congresso Nacional dizem que passará. E, se passar, a concessão da PPP naufraga ato contínuo. Então, Secretário, é só para nós termos uma reflexão maior antes de prosseguirmos.

É melhor que o senhor esteja preparado para a empreitada que provavelmente...

Apesar de que este plenário deve votar a lei que obriga a ter a legislação própria – tentamos

votar ontem, e tivemos 27 votos; obviamente o Governo não tem essa maioria, e nós temos maioria para votar, 34, com folga.

Some-se isso aos questionamentos, some-se isso ao projeto de decreto-legislativo.
Eu ficaria no serviço e só.

Obrigado, Secretário.

R – Vereador, queria também cumprimentar o Souza Santos, Vereador que foi colega comigo na Assembleia Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Anunciar também o sempre Vereador Alan Lopes, que, segundo o PMDB, vai ser prefeito no litoral.

R – Olha, primeiro quero agradecer a toda a minha equipe, colaboradores das quatro áreas, aos quais agradeço pela ajuda. Queria cumprimentar o Corpo de Bombeiros. Queria cumprimentar também os cidadãos que estão aqui. Eu ouvi também a Nobue (?), que é uma grande amiga, cidadã que participa muito. Queria cumprimentar o Fábio e o Laerte Brasil, pela ajuda.

Telecentros: encontramos a cidade com 51. A gestão anterior, infelizmente, não conseguiu cumprir a meta de 96, que era um por distrito. Fizemos 31 até o presente momento. Acho pouco. Mas tivemos dificuldades com áreas. Eu fiz uma resolução – não sei se é resolução, decreto...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Secretário, é que V.Exa. falou “telecentros”, e são ecopontos.

R – Desculpe. São as quatro horas e pouco que estou aqui com a maior satisfação. Então tive que mudar, por exemplo, o tipo de área, que era muito restritiva a ação da Subprefeituras para encontrar uma área. Mudamos, flexibilizamos, e isso ajudou. Fizemos 31. Estamos com várias obras em andamento. A meta desta Prefeitura, desta gestão, é chegar a 140. Vamos lutar para chegar a isso. Temos previsão de construir. Temos 9 em obras, 6 em licitação. Mas pretendemos lutar muito para conseguir alcançar essa meta, porque o ecoponto

é muito útil para a cidade, para o cidadão descartar o seu entulho. Se ele perder o horário da coleta seletiva, ele pode levar naquele local.

Nós gerenciamos, aprovamos o projeto, mas quem executa é a Subprefeitura, que fica encarregada de arrumar o terreno. A gente autoriza e repassa o recurso para fazer a licitação.

Temos feito, temos equipamentos muito bonitos. Só a semana retrasada nós inauguramos dois, com a presença do Prefeito. É um equipamento simples, mas o Prefeito fez questão de ir para mostrar a importância ali na Vila Mariana.

Em relação à coleta seletiva, não é verdade que caiu a coleta seletiva. Ao contrário: 35% das residências, quando entramos, eram contempladas pela coleta seletiva; e hoje está em torno de 66%, porque ampliamos em dez distritos, fiz mais dois convênios com duas entidades, implantamos as duas centrais mecanizadas, contratamos duas cooperativas para operar nessas duas centrais. A coleta parcial, feita pelas cooperativas, ocorre em 11 distritos; e agora estamos trabalhando para fazer a coleta seletiva nos 11 distritos que não têm ainda. E, nesses 11 em que é parcial, levar para todas as ruas. Ou seja, vamos universalizar a coleta seletiva até o ano que vem. E saímos de 1%... Porque esses números aí são muito esquisitos também.

Por exemplo, o plano de gestão de resíduos fala que São Paulo reciclava 1,6% daquilo que coletava, o que correspondia a 250 toneladas por dia. Mas fizemos os cálculos de novo. Eu prefiro trabalhar com números reais do que ficar falsificando, aumentando números, para dizer que faz. Eu prefiro falar que a nossa meta é 10% até o ano que vem, mas a gente só está fazendo três, porque é melhor mostrar a realidade. Quem esconde a realidade está lascado. Então, hoje, estamos na faixa de 3%, de forma que triplicamos o volume de reciclagem em São Paulo. Estábamos com 36 mil toneladas ao ano e vamos chegar a 88 mil. Esse é um número importante, significativo. Saímos de 1% e fomos para 3%. Curitiba faz 7%. E isso que não estamos computando os resíduos úmidos, que estamos com vários projetos em

andamento. Quem sabe avançamos também na reciclagem de úmidos. Então criamos um fundo, um conselho; estamos dialogando com os catadores. A Amlurb está fazendo um esforço para efetivar esses 42 milhões para os catadores. É difícil. Tem muito gestor que fala: “É melhor nem assinar convênio porque isso vai dar um trabalho depois”. E até tememos, porque é tanto problema que dá, mas nós resolvemos que vamos fazer porque não é um dinheiro nosso, é um dinheiro para os catadores da cidade de São Paulo, e nós vamos lutar para fazer esse convênio se efetivar. Então está em andamento. É que dinheiro do BNDES você não imagina como é. E São Paulo perdeu os recursos do PAC para os catadores. Quando eu entrei, tinha encerrado contrato, não executou quase nada. E a gente tem esses cinco milhões para os catadores.

Quanto ao telecentro, vamos encarar a realidade. Telecentro é útil? É útil. Em muitos bairros? Sim. Tanto é que temos uma rede de quase 200 equipamentos. Agora, muitos lugares as entidades entregaram, porque não tinha demanda, ou porque não interessa. Então hoje nós temos quase uma centena de convênios, temos os telecentros nos equipamentos públicos, biblioteca, e tal, CEUs, alguns outros isoladamente, mas estamos criando outra rede de telecentro, que é o FabLab, que eu queria convidá-los para conhecer. É aqui em frente à Câmara, nesse prédio em frente, do outro lado da rua, tem um FabLab particular – que aliás viemos visitar, porque precisamos pôr na periferia. Eu li uma matéria na semana passada que aula de robótica em São Paulo só se dá em escola privada, porque as melhores escolas privadas dão aula de robótica, de acesso a esses equipamentos mais modernos. Estamos falando de um equipamento desenvolvido pelo MIT. Então nós vamos propiciar isso para os alunos das escolas públicas, para a periferia. Serão 12 equipamentos desses, e as praças wi-fi. Era para a gente pôr 46. Está, no plano de metas, pusemos 120, com milhões de acessos, e agora nós estamos trabalhando para duplicar esse número. Então, nesse aspecto, eu estou muito tranquilo e satisfeito, em dizer que a cidade de São Paulo: “Oh, 120 praças digitais, passando a ser a segunda cidade do Brasil, em acesso à internet em praças e parques.

Perdemos para Curitiba, um pouco mais". Curitiba tem 150, não é, e já estamos entre as melhores do mundo. Então, eu acho que a gente vai avançar muito. Nisso a gente não tem nada que ficar, com vergonha, porque nós avançamos. O Serviço Funerário, gente, o Serviço Funerário estava deficitário há oito anos. Dois mil e três, dia de Finados, 99% das notícias que saíram nos telejornais, jornais impressos, eram negativas. Em 2014, nós já viramos isso. Esse ano teve notícia negativa? Teve, porque tem, é fácil você ir lá, achar um túmulo com a tampa quebrada e dar uma manchete. Isso infelizmente... Agora, não mostra a realidade. Nós recebemos, esse ano de novo, um milhão e meio de pessoas. Você viu alguém falar alguma coisa? E, o ano passado, nós recebemos esse tanto com falta d'água, porque nós tínhamos tomada a decisão de não gastar água. Com orientação, recebemos bem, fazemos questão, agora com a ajuda dos Vereadores, com o trabalho de gestão, que é invisível, que a Lúcia Sales está fazendo com a equipe dela, para melhorar, nós tiramos o Serviço Funerário do déficit. Hoje está equilibrado. Então, nós estamos avançando muito. Nós queremos prestar um serviço público de qualidade. Não é porque é um serviço que atende à maior da população pobre, que vai ser um serviço ruim e fraco. Nós achamos que tem que ser serviço público. É a maior rede de cemitérios públicos talvez do mundo, 22, mas nós achamos que é para os pobres, é para a população que precisa. Tem que ser bem atendido, tem que ter qualidade. O nosso funcionário tem que atender, de forma humana, e nós temos que ter agências que sejam boas, atendam bem. Não nos conformamos com o serviço de péssima qualidade. É isso que o Prefeito pediu para mim, é isso que eu pedi para a Lúcia e é isso que nós estamos trabalhando, para melhorar a qualidade do serviço.

E, por último, os investimentos do Ilume. Gente, eu falo, com muita tranquilidade: Não há uma gestão, na história de São Paulo, que fez mais pela iluminação pública do que nós fizemos nesses dois anos e dez meses: Quarenta e três mil pontos novos. É uma cidade de Santo André que nós ampliamos em São Paulo. Duzentos e cinquenta mil pontos trocados. É uma gestão eficiente, cuidadosa. Tiramos o Ilume da área mais criticada na Ouvidoria. Hoje é

16º, é muito orgulho. Agora, estamos satisfeitos? Não. Precisamos melhorar? Precisamos e é isso que nós estamos buscando com a nossa licitação. Então, Vereador Milton Leite, Sr. Laerte, educação ambiental, educação cidadã, nós vamos fazer isso com muito, estamos conversando com o Sr. Chalita, tal, e o wi-fi, nós vamos colocar wi-foi nos ônibus, nos pontos de ônibus. Já estamos testando. Está certo? Vamos ampliar as praças, porque tem que melhorar a conexão nos CEUs, mas nós estamos buscando isso. Pode ficar tranquilo.

Nobre Vereador Milton Leite, eu não sei se esse projeto de decreto for aprovado, provavelmente será, eu não sei qual vai ser, vai causar convulsão nacional, porque os municípios que hoje já têm municipalizados ativos, como São Paulo e uma grande parte, eu acho que o Deputado, ele legisla com uma preocupação, que é essa decisão da Aneel, de passar para os municípios os ativos da iluminação pública, sendo que o município não tem condições de cobrar a taxa de iluminação. Ele não tem o fundo. Então, isso, de fato, é preocupante essa decisão de jogar para o município assumir a iluminação pública.

Agora, no caso de São Paulo, eu acho que é um atraso, porque há muito tempo nós já temos a taxa, muito tempo é municipalizado. Isso permitiu a gente ter uma gestão e um parque de iluminação do tamanho que é o nosso. Então, se isso for voltar atrás, vai criar uma situação inusitada no País, que eu não sei como vai ser. Não sei mesmo. Então, vamos aguardar a decisão do Legislativo Federal, se tomar essa decisão, para que a gente possa estudar e ver qual impacto que terá aqui. Agora, isso terá impacto não só na PPP, vai ter impacto inclusive no tipo de contrato que nós temos hoje, que é um contrato baseado na municipalização, na municipalização do serviço.

Hoje nós temos um consórcio, que ajuda na manutenção do parque, ampliação etc. e que... Nós temos esse contrato graças a Cosipe, graças ao fundo, que permite a gente ter autonomia na gestão da iluminação pública. Se tirar isso do município, eu não sei o que vai ser. Devolver isso para a Eletropaulo, que é a concessionária de energia? Eu imagino, Vereador Milton Leite, o que pode ocorrer, mas, nobre Vereador José Police Neto, muito obrigado pelo

convite. Sempre à disposição. Essas quatro horas e pouco.

O SR. MILTON LEITE – Só esclarecendo, Sr. Secretário, se for isso, a taxa cai.

NÃO IDENTIFICADO – Pois é, vai virar uma confusão danada.

P – Devolve para a Eletropaulo sem a taxa.

R – Sei lá. Não sei se isso é bom. Não sei se V.Exa. acha que isso é bom.

P – Sr. Secretário, eu temo que isso venha prejudicar, mas é o que está... Eu tenho que obedecer...

R – Vamos acompanhar.

P – Os diplomas legais que estão em tramitação.

R – Mas se, eu pudesse me posicionar, eu me posicionaria contra esse projeto de decreto legislativo, porque vai causar um transtorno no Brasil inteiro.

P – A maioria absoluta dos Deputados votaram “sim”.

R – Puxa. Vamos ver então, mas eu acho que a preocupação dos legisladores é com relação aos pequenos municípios, essa obrigação de a Aneel de passar. Pode ser que seja isso. Os municípios que já têm, não sei se caberia. Então, agradecer a paciência de vocês. Queria agradecer muito o convite. À disposição. Aquelas perguntas que ficamos devendo vamos, eu vou pedir aqui para a Bacchim, Lúcia, Alberto e João para, se puder encaminhar. Espero que a gente tenha esclarecido todas as dúvidas, e pedir para vocês, para V.Exas., perdão, serem generosos com a Secretaria, porque é um orçamento grande, mas é muito consumido por grandes contratos. A população precisa de serviço público de qualidade, com todo respeito, mas a gente entende que esse projeto que veio para cá, ele dá para a gente tocar os serviços com a qualidade que nós tocamos o ano que vem, mas se V.Exas. puderem melhorar, evidente, ou mantê-lo, a gente vai conseguir fazer a manutenção, a ampliação e tudo o que está previsto no nosso projeto.

Então, muito obrigado, uma boa tarde e bom trabalho para todos; e espero...
Estamos à disposição. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer o nosso Secretário, agradecer a equipe inteira que veio aqui. Nos entusiasma não só o discurso do Secretário, a convicção que tem da sua equipe, mas também do trabalho que vem prestando na Secretaria para o povo de São Paulo. Isso nos dá a certeza do caminho certo, porque é a convicção que nos move, e pedir ao nosso Colega Secretário levar para o Sr. Prefeito a certeza que a Câmara tem Vereadores que trabalham na manhã do dia de hoje. Num evento da zona Norte, S.Exa. falou que temos que distinguir quem trabalha e quem não trabalha na Câmara. Então, leve para S.Exa. a recomendação, que os Vereadores estão aqui, tanto quanto S.Exa. se esforçam para a Cidade seja todo dia melhor, na certeza que acredito que S.Exa. não dúvida disso. Às vezes, as palavras de S.Exa. são mal interpretadas, mas essa que está, nos jornais, não conferem com a verdade. Tenho certeza que pode ter sido ali um, mais um escorregão do Sr. Prefeito ou uma pedalada em falso, mas leve o abraço ao Sr. Prefeito e a todos aqueles que...

R – Ou um mal entendido.

P – Ou um mal entendido, que costuma acontecer com a mídia, mas é assim que a gente termina, agradecendo a presença de todos, encerrando esta parte da audiência pública, e já temos a presença... Novo Colega Vereador e Secretário Celso Jatene.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vamos abrir, agradecendo muito a presença do nosso Secretário, Colega Vereador Celso Jatene, estabelecer, de maneira, muito objetiva, o comando do nosso processo. O Secretário terá até dez minutos para fazer a sua apresentação. Nós daremos dez minutos, até dez minutos para o Relator, improrrogáveis. Portanto, o Relator terá dez minutos improrrogáveis para fazer as suas considerações, devolvendo a palavra ao Sr. Secretário, depois os dez minutos do Relator, para que a gente possa ser muito objetivo e dinâmico na nossa atuação na tarde do dia de hoje.

Tem a palavra o Sr. Secretário e sempre Vereador Celso Jatene.

O SR. CELSO JATENE – Quero agradecer a oportunidade, Sr. Presidente, Vereador José Police Neto, construir o Relator, nobre Vereador Milton Leite, cumprimentar o nobre Vereador Ricardo Nunes, que, se não me engano, foi o relator do orçamento no ano passado. Foi isso?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. CELSO JATENE – E os demais Vereadores que já passaram ou passarão por aqui. Eu quero fazer também uma observação antes de começar a falar sobre o orçamento, em relação ao Sr. Secretário Simão Pedro, da satisfação em poder trabalhar junto com o Sr. Simão. O Sr. Simão tem ajudado muito os desafios do esporte. Por exemplo, foi o Sr. Simão, foi a Secretaria de Serviços que fez a nova iluminação do Ceret, com 400 pontos de iluminação de led, que hoje transformou o Ceret, de noite, praticamente como se fosse dia. Foi a Secretaria de Serviços que fez esse projeto e instalou essa iluminação nova. Foi a Secretaria de Serviços que instalou a iluminação com características de iluminação pública no Tietê. Escurece e a luz acende automaticamente no Tietê, nos pontos comuns do Centro Esportivo Tietê. Também a Secretaria de Serviços que nos ajuda, nos ajudou a fazer a remoção de 500 toneladas de lixo do Tietê antes de nós começarmos a obra lá. Também foi a Secretaria de Serviços, está sendo agora, está nos ajudando a remover o lixo do antigo Parque do Gato, onde vai ser o novo centro de esportes radicais da Cidade. Também a Secretaria de Serviços está preparando um projeto para poder iluminar essa área. Então, alguns exemplos importantes de parceria da Secretaria de Serviços com a Secretaria de Esportes que eu podia deixar de registrar neste momento.

Eu fiz uma divisão aqui por itens no orçamento da Secretaria, e um comparativo 2014-2015-2016, e, na hora de explicitar um pouco mais um comparativo de 2015 e 2016. Então, esse quadro inicial, que fala sobre administração da unidade, desenvolvimento de

sistema de informação, manutenção de sistema de informação, construção de centros de iniciação esportiva, construção e ampliação e modernização de centros olímpicos, implementação do Parque de Esportes Radicais. Aqui uma rubrica simbólica de ações de apoio ao Jogos Olímpicos. A gente sabe que não vai ter nenhum recurso público, mas abrimos uma rubrica simbólica para qualquer emergência operacional da Prefeitura, reforma de equipamentos esportivos, promoção de atividades esportivas, a Virada Esportiva, operação e manutenção de equipamentos esportivos e incentivo à prática de esportes e eventos de esportes, lazer e recreação, e, por último, o fomento ao esporte, que é a nossa Lei de Incentivo.

Aí nós fizemos uma divisão desses itens por quadros separados, para que a gente possa explicar melhor. Então, vamos lá: Administração da unidade: Esses 70 milhões, 591, nesses 70 milhões, 591, estão inclusos a folha de pagamento, que leva praticamente todo o valor. Infelizmente, 2015, 2016, com valores praticamente equivalentes, as diárias, o material de consumo, passagens aéreas. Diga-se de passagem, passagens aéreas para eventualmente alguma atividade de algum funcionário da Secretaria, porque o Sr. Secretário faz questão de não usar em hipótese nenhuma, serviços terceirizados, auxílio-refeição, pagamento de INSS, auxílio-transporte, bens permanentes e estagiários. Os estagiários, vocês podem ver que, na coluna de 2015, não tinha nada e, na coluna de 2016, tem dois milhões, quatrocentos e pouco, porque havia um pagamento centralizado da Prefeitura para os diversos estagiários espalhados pelas secretarias, e aí a Prefeitura, a Secretaria das Finanças descentralizou esses pagamentos. Vamos passar para a próxima.

Desenvolvimento de Sistema de Informação. O primeiro está separado do segundo, apesar de que os dois são contratos da Prodam, porque esse primeiro é específico; são dois programas que nós estamos desenvolvendo juntamente com a Prodam e com a Controladoria do Município, para que tenhamos um controle absoluto e rigoroso de todas as atividades que envolvem recursos na Secretaria.

Manutenção dos Sistemas de Informação, que é a rotina da Secretaria; o contrato é com a Prodam, como em todas as Secretarias.

Construção de Centros de Iniciação Esportiva. Esse recurso não é o que temos no orçamento, mas uma previsão de recurso federal. Está indo muito bem a possibilidade de construirmos os Centros de Iniciação Esportiva, um projeto federal. Já conseguimos trazer quatro para São Paulo; já identificamos as áreas e já desenvolvemos os projetos de acordo com a orientação do Ministério dos Esportes e agora, faz alguns meses, já mandamos para a Siurb - Edif para que eles façam a licitação, que já está praticamente pronta para, a partir de aí, recebermos o recurso federal e, se Deus quiser, começarmos a obra já no início do ano que vem.

Construção, ampliação e modernização de Centros Olímpicos. Isso também é uma expectativa de recurso federal, tanto nesse item como no próximo, Implementação do Parque de Esportes Radicais, cuja obra já demos início e cuja conclusão está prevista para o primeiro quadrimestre do ano que vem, independentemente dessa expectativa do recurso federal, pois conseguimos apertar o cinto e já começamos a obra.

É importante citar que esse valor é uma expectativa de recurso federal. Apesar de expectativa de recebermos esse recurso ser cada vez menor, estamos tentando buscar recursos para mais esse projeto para a cidade de São Paulo.

Reforma de Equipamentos Esportivos. No ano de 2015, tivemos 5 milhões; muito pouco, mas foi o que conseguimos. Para o ano de 2016, a expectativa é a metade desse valor, 2,5 milhões, sendo que 1,5 milhão já está reservado para fazer contrapartida de recursos federais, que tem que ser feito com orçamento municipal. Então, vamos virar o ano com uma expectativa de um milhão disponível para reforma de equipamentos esportivos, o que, logicamente, não é motivo para deixar acomodado o Secretário, que deve buscar mais possibilidades.

Promoção de Atividades Esportivas, Recreativas e de Lazer 24 horas. É a nossa

Virada Esportiva, cuja previsão orçamentária é a mesma da de 2015. De 2014 até agora, nós conseguimos fazer uma economia de quase um milhão de reais em cada Virada Esportiva.

Operação e Manutenção de Equipamentos Esportivos. Na verdade, existiam duas fontes diferentes; uma delas a 07. A soma das duas neste ano de 2015 acabou somando 91 milhões, 471 mil. Para o ano que vem, não há a previsão da fonte 07 e, por isso, vamos ter 87,5 milhões, ou seja, menos recursos do que nós tivemos para este ano e, portanto, teremos que apertar o cinto.

Incentivo à Prática de Esportes. São atividades que fazemos no dia a dia, como Temático de Artes Marciais; Jogos da Cidade; Taça Cidade de São Paulo; Copa SP14; Revirando a Virada; Circuito Popular de Corridas de Rua; Vem Dançar; Circuito Esportivo; Programa Clube Escola; Temático de Tênis; Temático de Dança de Salão; Ruas de Lazer e Manhãs Olímpicas, um projeto novo cujo chamamento vai estar nas ruas, se Deus quiser, já na semana que vem. A nossa previsão para o ano que vem é um valor semelhante ao deste ano, de 33 milhões, 456 mil reais.

Eventos de Esporte, Lazer e Recreação. Para este, foram disponibilizados 17 milhões, mas nós acabamos utilizando um valor menor, já que nós tivemos que esse recurso para outros itens. Para o ano que vem, a previsão é de 14 milhões de reais.

Fomento ao Esporte. É a Lei de Incentivo aprovada por esta Casa e vai entrar em vigor ainda este ano. Para este ano, a previsão era de 22,5 milhões, mas esse valor foi contingenciado e agora vamos conseguir liberar um milhão para conseguirmos colocá-la em vigor. Para o ano que vem, a previsão é de 23 milhões. Se nós não tivermos o total, espero que nós tenhamos pelo menos uma quantidade muito maior do que esse um milhão quase simbólico que nós tivemos para este ano. Pelo menos nós vamos conseguir implantar e operacionalizar a Lei de Incentivo Municipal na cidade de São Paulo.

É importante citar que os nossos maiores parceiros na Cidade são os próprios Vereadores. Em 2014, de emendas parlamentares para obras, nós tivemos 19,2 milhões e

vamos fechar 2015 com um valor em torno de 26 milhões para investimento em equipamentos esportivos.

Em relação aos eventos, por uma série de motivos, nós fizemos várias alterações que culminaram em mais dificuldade para as entidades em termos de tempo de existência. Essas alterações foram baseadas na Lei do Marco Regulatório, uma lei federal que deve entrar em vigor em janeiro. Consequentemente, os 9 milhões, 297 mil para eventos em 2014, oriundos de emendas parlamentares para eventos, caíram para 5 milhões, 540 mil reais.

Sr. Presidente, essas são as linhas gerais do orçamento do Esporte. Reitero a observação de que, historicamente, o orçamento do Esporte é muito menor do que a categoria merece. Não é somente este Governo que disponibiliza um pequeno orçamento para o Esporte, mas todos, inclusive o estadual e o federal. No caso específico do nosso Município, é de 0,4% do total e, desse valor, boa parte acaba sendo contingenciada.

A minha previsão para o futuro é a de que, assim que voltar para esta Casa, vou tentar criar uma Frente Parlamentar para que possamos disponibilizar para o esporte, previsto na Lei Orgânica do Município, pelo menos 1% do nosso orçamento, porque o esporte é muito importante na formação das nossas crianças e não podemos virar as costas para isso.

Estou à disposição para responder às perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço o Secretário Celso Jatene, que foi absolutamente britânico em sua apresentação, sem ter gasto um segundo a mais do que lhe foi permitido. O Vereador Milton Leite, portanto, também não terá um segundo a mais dos que os 10 minutos disponíveis.

Tem a palavra V.Exa., Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Agradeço a presença das senhoras e dos senhores e a do Secretário Celso Jatene.

Secretário, a explicação de V.Exa. foi excelente, uma das melhores explanações

que nós tivemos até agora. No entanto, é notável, e também foi mencionado por V.Exa., que a Secretaria de Esportes é a que aportou mais emendas. Isso acontece ou pelo seu apelo popular ou por uma provável deficiência do Executivo no envio de valores demandados pela peça orçamentária. Na leitura do órgão político desta Casa, quando são apresentadas muitas emendas é porque há algo para ser preenchido que não foi originariamente.

Secretário, essa é uma preocupação, que toda vez que nós estamos (inaudível) é porque está faltando. Foram complementos das vossas receitas, e nós fazemos isso, com satisfação, porque demanda mesmo. A Secretaria, o esporte é muito importante, mas chama atenção as fontes de recurso 002.

Sr. Secretário Celso Jatene, a primeira é a da construção de centros de iniciação esportiva, 22 milhões, fonte 02, do Governo Federal; 284 também, da construção e ampliação da modernização de centros olímpicos. Eu gostaria de averiguar também recurso federal e implementação dos parques de esportes radicais também, 15 milhões, Governo Federal, fonte 02. Não vi, obviamente do Governo Estadual, nenhum recurso, o que preocupa, porque o Estado deveria se fazer presente aqui no município. Pode fazê-lo, mas não sei se pode(?) fazer, ele, na figura do Estado, mas participar aqui com recurso para convênios. Aqui não aparece.

Sr. Secretário Celso Jatene, essas obras mencionadas são valores... Só aqui (inaudível) 322, 323 milhões de reais de fonte 02. A importância do centro olímpico, eu diria o seguinte: Qual é a expectativa no centro olímpico de realmente ele entrar em operação. Quando é que V.Exa. conta com ele, qual a expectativa da Secretaria com referência aos centros olímpicos? Por que da fala, Sr. Secretário? Porque nós estamos vendo, nós estamos assistindo, a todos os dias, o valor do déficit do Governo Federal ampliar, segundo os jornais nos mostram, e isso preocupa, que parte do recurso que foi muito bem elaborado. Por quê? V.Exa. separou o que é fonte 02 e 07 da 00, que é aquela que depende de recurso nosso. Ficou bem claro aqui, para que as pessoas possam, puderam entender a vossa explicação.

Mais 323 milhões do Governo Federal, eu temo que esse dinheiro não venha, não que o Governo Federal até não queira dar. É diante da impossibilidade de ele fazer, de fazê-lo. Essa é uma preocupação. A outra é com relação a uma, na rubrica 35-09, que esse aqui, é que se criam campos de futebol. É isso, Sr. Secretário? É a 35-09, é isso? (inaudível) construção de centros, de grama sintética?

O SR. CELSO JATENE – Reforma de equipamentos esportivos.

P – Pois é, é um instrumento que hoje, Sr. Secretário, obviamente já estou mencionando V.Exas., que eu vou ampliar essa receita, remanejante de outras secretarias, tribunais, até da Câmara que tem. Nós vamos fazê-lo, aqui eu vou fazê-lo aqui, porque tem gente que está com o dinheiro, no orçamento, que não vai usar. Declararam que não vão usar. Se não vai usar, V.Exa. usa. Já declararam que não vão usar.

R – A gente usa.

P – Então, a gente vai tirar de lá.

R – E bota para funcionar.

P – Já estou informando V.Exa. que terá um incremento aqui de... Eu não sei o valor, mas seguramente não poderá (inaudível) dois milhões que V.Exa. tem para 16. Terá que ser mais recurso. Estou informando que nós vamos ver quais prioridades esta Casa, do conjunto da Casa, para que se construa mais campo de futebol na periferia, além daquele que o V.Exa. tem feito com os diversos, das parcerias V.Exa. tem conseguido com pouco recurso que teve em 15.

Então, Sr. Secretário, nós estamos aqui preocupados com (inaudível) 02, 03 que não apareceu e o Governo do Estado nada faz aqui. Não sei qual é a dificuldade que ele tem em relacionar com a cidade de São Paulo. Eu acho que deveria relacionar, até porque temos lá, e por que da minha fala, Sr. Secretário? Até porque temos lá um Vereador, Secretário de Estado hoje, nosso Colega, Sr. Jean Madeira. Poderia ofertar algum convênio para esta Cidade, demonstrar para esta Cidade o apreço que o Vereador(?) Jean Madeira tem, vir aqui

buscar uma parceria junto com V.Exa. no esporte, fazer menção. S.Exa. tem aqui uma bancada, aqui do PRB, é muito próximo a S.Exa. e ofertar alguma coisa para a cidade de São Paulo. (inaudível) todos os municípios merecem. São Paulo terá zero do Governo do Estado. Vamos cobrar um pouco S.Exas. nessa questão, mas ofereceremos recurso para isso.

Então, eu queria ouvi-lo, a respeito da fonte, das nossas preocupações na fonte 02, com relação a prazo. Vamos ofertar, na 35-09, a menos que V.Exa. tenha outro demanda. Aqui nós teremos um pouquinho recurso que nós já conseguimos identificar algumas coisinhas, para prioridade. O que eu entendo como prioridade, Sr. Secretário, a(?) relatoria, é onde os locais onde justamente aparece o maior número de emenda de Vereadores. Se S.Exas. apresentam emendas, é porque tem uma demanda reprimida, que não está sendo possível ser atendida. Então, tem que ser alocado recurso, para justamente naqueles perfis aonde os Vereadores fizeram emenda. S.Exas. são reflexos da sociedade, da demanda à sociedade. Então, nós vamos ofertar, vamos discutir depois com V.Exa. os pontos que forem mais necessários, mas já asseguro que há recurso para ser remanejado e o faremos. Vamos discutir na Comissão, mas seguramente Esporte e Subprefeituras haverá remanejamento de recursos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Preciso elogiar o nobre Vereador Milton Leite, ele falou em seis minutos. Parabéns, Vereador, desta vez V.Exa. superou todas as expectativas de todos que estão aqui.

O SR. CELSO JATENE – Pelo raciocínio, Presidente, eu gostaria que S.Exa. falasse 15 minutos porque estava aumentando nosso orçamento.

Agradeço a intervenção do nobre relator e farei algumas observações. Apresentamos esses projetos ao Governo Federal em 2013 e vimos na expectativa de que pudesse ocorrer em 2013, 2014, 2015. Tem algumas coisas que são chatas, como a falta de recursos do Governo Federal, mas tem outras coisas que acabaram encavalando e a gente tem de explicar um pouco isso.

Eu cobrei muito do Ministro à época Aldo Rebelo e disse: “Você foi Vereador, a sua

origem como político é a Câmara Municipal de São Paulo, a cidade de São Paulo e precisa ajudar-nos a aprovar esses projetos.” Ele disse que as duas vezes que tinha ido falar com a Presidente ela disse que havia enviado muito recurso para o Esporte para a cidade de São Paulo. Sabe o que é isso? Um centro paraolímpico maravilhoso, de primeiríssimo mundo, que o Governo do Estado de São Paulo construiu no início da Imigrantes. Está pronto. 330 milhões em recurso federal.

Então, estamos lutando pela reforma e ampliação do nosso centro olímpico, 120 milhões, a construção do centro olímpico de São Mateus, aliás, projeto feito por funcionários da Edif, engenheiros de carreira, um projeto muito bacana. Já temos a área, mas custa quase 80 milhões de reais. Dá para fazer por etapas. Só ai são 200 milhões.

Então, não podemos parar de lutar para buscar esses recursos para a cidade de São Paulo. Os projetos estão lá e não tem digital do governo A, B ou C. Um foi feito por funcionários públicos da Prefeitura; outro no governo passado; este segundo da ampliação do centro olímpico foi feito por funcionários públicos da Prefeitura neste Governo. O que é importante é que a Administração Pública, independentemente da digital, está tentando melhorar os equipamentos da cidade de São Paulo buscando recursos federais. Não podemos parar esta luta.

A última renovação da Câmara Federal levou muito Deputado Federal de São Paulo que tem base eleitoral na Capital. Podemos lembrar-nos de oito, 10. Estou trabalhando também com esses Deputados para que a gente também traga emenda federal, que é a coisa mais difícil do mundo operacionalizar. Estou tentando achar um caminho de forma bruta, quem sabe o Deputado Federal faça a emenda direto para o Fundo Municipal do Esporte para que possamos fazer as melhorias nos equipamentos. Estamos buscando.

Agora, foi uma situação de que não podemos reclamar porque o Centro Paraolímpico da cidade de São Paulo é maravilhoso. Se houver alguma coisa parecida no mundo, são uma ou duas e o Governo Federal colocou 330 milhões de reais lá. Quando fala

esporte na cidade de São Paulo, na hora, a Presidente puxa a ficha e diz que já deu 330 milhões para o esporte da cidade de São Paulo e a gente não pode virar as costas para aquele equipamento maravilhoso que foi construído pelo Governo do Estado sob a coordenação da Secretaria Linamara Battistella, idealizadora disso e que tem um trabalho maravilhoso com os atletas paraolímpicos.

A outra questão da recuperação de equipamentos esportivos, eu vou dar um número que justifica. Fora as intervenções que fizemos nos centros esportivos da Cidade, nos CDCs, tem a questão do campo de futebol, a tal da grama sintética para requalificar o espaço público esportivo da comunidade x ou y. Nós fizemos com dois parceiros bem definidos: um são os Vereadores e as emendas parlamentares que os Vereadores apresentam; e outro, foi a Ambev. Fizemos praticamente um campo de grama sintética por mês desde que chegamos à Secretaria. A Ambev foi responsável por 12 desses campos, ainda está terminando, faltam três; e os Vereadores, pelos outros 24.

Então, é muito importante a figura da emenda parlamentar na Secretaria de Esportes para a recuperação dos equipamentos públicos. Agora, quanto mais emendas houver, quanto mais os Vereadores conseguirem colocar no próprio corpo do orçamento, mesmo que já tenha um destino carimbado, é muito importante porque no orçamento da Secretaria não tem essa previsão. Eu acabei de dizer aos senhores que tem 2,5 milhões, 1,5 milhão deve ser utilizado para contrapartida, se Deus quiser, porque vão sair os centros de iniciação esportiva, o recurso federal virá de 22 milhões e ai sobra um milhão, que não faz um campo.

O SR. MILTON LEITE – Tem um espaço lá no Piraporinha.

O SR. CELSO JATENE – É isso, Sr. Relator.

O SR. MILTON LEITE – Da minha parte é isso. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Police.

Cumprimento todos os Vereadores presentes e o Sr. Secretário Celso Jatene. A população interessada na área do esporte, lazer e recreação tem uma observação. V.Exa. só falou sobre a questão do Fundo Municipal de Esporte e Lazer uma vez só. Esse fundo está funcionando em São Paulo? Parece que não porque a dotação orçamentária de 3,3 milhões, nos nove primeiros meses de 2015, nada foi executado. Esse fundo tem um projeto bastante interessante de uma área de esporte na região de Marsilac, que é o bairro mais distante de São Paulo e merece ser contemplado com um projeto de esporte próximo à escola Regina Brandt. Parece que essa emenda não vai sair, bem como a dotação da reforma equipamentos esportivos, três milhões, incentivo à prática de esportes, 200 mil, referente ao Fundo Municipal de Esporte. Então, a gente pede uma explicação referente à questão do Fundo Municipal de Esporte porque nesses nove meses nada foi liquidado.

O Conselho Municipal de Esportes está funcionando? Qual a data da publicação da ata em *Diário Oficial* das últimas reuniões desse importante conselho? Esse conselho existe há mais de 40 anos na cidade de São Paulo. Eu só recebi apenas uma vez um e-mail sobre ele e não recebi mais. Então, queria saber a quantas anda o Conselho Municipal de Esporte.

Também gostaria de saber do projeto do equipamento esportivo Lama Arena Um, que tem uma dotação de 1,3 milhão para o ano que vem. Refere-se ao Centro Olímpico treinamento ou é outro projeto, o Vila Marena Um, 1,3 milhão para reais para o esporte.

Referente ao incentivo da prática de esportes, que a dotação é 45,03. Entre vários projetos da sua secretaria que também inclui lazer e recreação não vi nada referente ao idoso. O idoso é importante na cidade de São Paulo. Os jogos municipais do idoso, parece-me que o senhor não colocou na lista. Quero saber se esses jogos estão garantidos no ano que vem ou serão extintos, pois conforme a própria política municipal do idoso, aprovada em 2005, o esporte é obrigatório, então, é necessário esclarecer melhor quais são os eventos de recreação, lazer e esportes em relação à população da terceira idade.

Queria também uma explicação para o projeto Esporte Vinte e Quatro Horas. Na

Peça Orçamentária do ano que vem – que estamos discutindo – só nove regiões foram contempladas, tais como: Pirituba, Itaquera, Vila Mariana e Sapopemba. Esse projeto não teria de ser para a Cidade inteira? Por que só nove regiões, Subprefeituras contempladas? Vai acontecer que nem a Virada Cultural? Vai ficar só no Centro e a periferia quase sem nada? Ou sem nada mesmo? É uma situação muito complicada.

Também quero perguntar sobre a questão: Eventos de Esporte, Lazer e Recreação. Só foi executado 0.4% de 21 milhões da dotação aprovada o ano passado nessa Casa. Foi liquidada e executada só R\$ 91 mil, não chega nem a meio por cento. O que aconteceu esse ano com os eventos de esportes, lazer e recreação na sua Secretaria, para uma execução tão pífia?

Como também pífia foi a promoção de atividades esportivas, recreativas e de lazer por vinte e quatro horas. Talvez, agora, no evento que o senhor mencionou, seja executado o restante, porque até agora, foi só R\$ 73 mil, até setembro desse ano.

E, por fim, queria saber a verba federal, parece que, de novo, a Presidente Dilma, prejudicou o Município de São Paulo. É que nada tem a ver os projetos estaduais, por mais que seja brilhante o projeto do Estado que o senhor falou, no Centro de Exposições Imigrantes, o Município também tem projetos acordados, tais como: 5 centros esportivos e os 2 centros olímpicos em São Mateus, e a reforma do centro de assistência, em Indianópolis. Dotação até agora não veio nada.

E ainda quero saber quais dos projetos dos 49 centros esportivos. Quais foram as grandes reformas dos centros esportivos: Tomas Manzoni, Pelezão, os vários centros esportivos históricos e patrimônios dessa cidade? Quero saber quais foram os projetos realmente executados nesse ano de 2015? Ou se as piscinas vão continuar com problemas e tudo o mais.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou passar imediatamente a palavra ao nosso colega Vereador e, ao final da fala dele, devolver a palavra ao Secretário para que

ele possa fazer suas colocações e o encerramento de nossa audiência.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Sr. Presidente. Primeiro quero agradecer a presença do Celso Jatene, de quem sou amigo há muitos anos.

Secretário, tivemos 26 milhões de emendas parlamentares em 2015. Quando olhamos o Relatório, e só para poder entender – de todas as emendas parlamentares, o valor do liquidado até setembro está tudo zero. A impressão que dá, pelo Relatório, é de que nenhuma emenda parlamentar foi executada. Pelo menos é o Relatório que está aqui. Só para entender a dinâmica do Relatório.

A outra questão é: como tivemos de obedecer, na Peça Orçamentária do ano passado a parte da Lei de Incentivo – até vários Vereadores contestaram, pois o primeiro ano -, 10% dos valores destinados ao esporte teria de ir para o fomento. E, aqui na tabela, onde se fala sobre fomento, Secretário, há o previsto, orçado em 2015, os 25,9 milhões, liquidado zero; e, proposto para 2016, 26,320 milhões.

Então para entendermos a dinâmica desse processo, como 10% é carimbado de uma lei que votamos aqui na Câmara do Vereador Orlando Silva, onde conseguimos identificar, aqui, o valor, se foi aportado 2015 os 10% das emendas parlamentares, e se tem relação com essa planilha que está aqui. Porque, por todo o trabalho que o senhor desenvolveu – e aqui está dizendo que está tudo zero as emendas -, deve haver algo errado com relação às execuções.

E, por último, Secretário, como o Fabio falou, lá no Fundo Municipal, tem R\$ 100 mil, que é uma emenda importante para uma área do Marsilac, e como está no Fundo, haveria possibilidade desse ano ainda, pelo menos essa aqui, tentarmos executar? A que está lá no Fundo Municipal, o código de atividade é o 1764.

Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Secretário Celso Jatene. Quero aproveitar e parabenizá-lo pela Virada Esportiva que foi fantástica, e que não poderia deixar de fazê-lo e,

aliás, foi um trabalho muito bom.

O SR. CELSO JATENE – Obrigado ao Vereador Ricardo Nunes. Em relação à Lei de Incentivo, tenho de esclarecer o seguinte: ela foi aprovada em dezembro de 2013; 2014 não tinha previsão orçamentária para a Lei do Incentivo, quer dizer, ficamos lá organizando e preparando a montagem da coordenadoria, e porque sabíamos que, em 2015, 10% do Orçamento seria destinado para poder aplicar a Lei de Incentivo; mas, infelizmente, esse dinheiro foi contingenciado.

Estou tentando liberar 1 milhão, agora, para o final do ano, para que nós, simbolicamente, começemos a executar a Lei de Incentivo ao Esporte em 2015. E aí cabe a todos nós a briga para que, em 2016, pelo menos – sei lá – boa parte desses 23 milhões previstos sejam utilizados, porque essa Lei de Incentivo, apesar do dinheiro sair da própria Secretaria de Esportes, o que já foi um xeque-mate que o esporte tomou, é um recurso do esporte que pode incentivar, realmente, melhorias em equipamentos esportivo e tudo o mais.

Portanto, cabe a nós a luta e a supervisão para que essa previsão de 23 milhões, realmente, seja, se não na totalidade, pelo menos boa parte seja aplicada na Lei de Incentivo. Mas esse ano vamos ter, infelizmente, um valor praticamente simbólico que está sendo liberado agora. Sairei daqui já para uma reunião com o Sr. Prefeito e o Secretário das Finanças, e foi liberado agora 1 milhão, para que possamos, repito: simbolicamente, implantar a Lei de Incentivo na Cidade.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Só para não deixar dúvidas em todos aqueles que nos assistem, peço que explique a todos qual é o mecanismo pelo qual esse recurso chega à Secretaria via Fundo e, portanto, via Lei de Incentivo, para que todos não pensem que é um recurso novo. Na realidade, é um recurso que o Município já arrecada.

O SR. CELSO JATENE – É um recurso da própria Secretaria de Esportes. Quem faz, quem paga a renúncia fiscal da Prefeitura, por exemplo, um projeto apresentado com base em 50% do ISS ou do IPTU, de alguma empresa ou de alguma pessoa física.

Esse projeto é apresentado na Coordenadoria da Lei de Incentivo, passa pela avaliação da comissão e isso, na hora, começa a funcionar. Não teve nenhum projeto ainda, porque não tinha recursos. E aí quem paga essa renúncia é o próprio Orçamento do Esporte. Por isso, eu imaginei que pudéssemos, realmente, esse ano, ter um pouco mais de recurso, porque era o próprio recurso nosso. Infelizmente, tivemos grandes dificuldades financeiras no País inteiro – esse ano -, inclusive, na cidade de São Paulo. Portanto, teremos 1 milhão e, para o ano que vem, vamos lutar todos juntos para que tenhamos, se não os 23 exatamente, mas muito mais do que 1 milhão.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, só para colaborar, por exemplo, se os Vereadores Milton Leite, ou José Police Neto, ou qualquer outro Parlamentar, faz uma emenda de 1 milhão, 10% vai para a Lei de Fomento, não é? Só para esclarecer, porque o que foi de críticas aqui, pois eles mandavam 1 milhão, só entrava 900, é que 10% tinha de por em fomento. Nem esse foi descongelado?

O SR. CELSO JATENE – Nem esse, infelizmente. Vou até confidenciar aos senhores uma conversa operacional. Minha conversa com o Sr. Prefeito foi assim: “A gente precisa implantar esse ano. Eu preciso de qualquer coisa, pois preciso implantar esse ano, até porque sou Vereador também, eu pedi para a Câmara Municipal aprovar a lei. Eu prestigiei a autoria de um Vereador, quando poderia ter apresentado como um projeto do Executivo, mas eu prestigiei a autoria do Vereador, pedi à Câmara Municipal aprovar, então, eu preciso implantar esse ano, nós vamos implantar esse ano. Depois, o ano que vem vamos lutar juntos”.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Posso dizer algo? O senhor não é o único. Eu aprovei uma legislação aqui, em 2009, que criou o Fundo de Desenvolvimento de Tecnologias Digitais. Até hoje, o Executivo não conseguiu desenvolver um centavo.

O SR. CELSO JATENE – E em 2009, V.Exa. está falando de dois governos diferentes, para se ver como é isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – E o recurso opera com um terço do ISS

do setor de tecnologia que, hoje, responde próximo de R\$ 85 milhões. Então, são R\$ 85 milhões que todo ano são perdidos. Acabou de sair o Secretário de Serviços daqui, e que nem tocou nesse assunto. Eu toquei no tema nos últimos três anos, pelo menos dois anos e dez meses, toda a semana eu falava com o Secretário. Eu desisti. Vou esperar o próximo Governo porque sei que esse já não vai resolver.

O SR. CELSO JATENE – Sou obrigado, nessa terapia em grupo, a trazer uma frase do Governador Alckmin: “O Poder Executivo é o poder das coisas; e o Poder Legislativo é o poder das ideias, porque até você conseguir transformar uma ideia numa coisa é difícil”.

E sobre as emendas parlamentares, nobre Vereador, tanto das obras quanto dos eventos, está tudo andando, está tudo sendo executado, os processos etc.

Não sei que planilha é essa, talvez de setembro e esteja desatualizado, não sei, mas vamos mandar para a comissão, o mais rápido possível, pois está tudo sendo executado, está tudo em ordem, não tem problema nenhum. Vamos tentar responder as perguntas do Fábio.

O SR. RICARDO NUNES – Fala só da minha e as do Fábio junto, Sr. Secretário, de Marsilac.

O SR. CELSO JATENE – Qual faltou?

O SR. RICARDO NUNES – A do Fábio, eu reiterei.

O SR. CELSO JATENE – Eu não sei qual é esse projeto de Marsilac que o senhor falou. Depois vou tentar saber e te respondo.

Sobre o Fundo, esse ano, tinha, mais ou menos R\$ 12 milhões e estamos executando quase que a totalidade em melhorias. Depois, vou passar para a comissão todas obras que foram feitas com recursos do fundo para que a comissão, e você também, tenham acesso a isso. Fica tranquilo que o Fundo está sendo bastante útil.

O Conselho Municipal de Esportes está se reunindo, também passarei as informações para vocês, não tenho de cabeça, mas reuniram-se algumas vezes esse ano.

Vila Mariana I acho que deve ser o Centro Olímpico, porque nós estamos fazendo uma reforma lá na piscina e vamos começar, provavelmente ainda esse ano, uma reforma na pista. Com recursos federais os dois.

Idoso, posso dizer para você que temos, lá, no Programa de Artes Marciais, no temático de artes marciais, a modalidade de Tai Chi Chuan lotada; temos o Vem Dançar, implantando e ampliado por nós - em todos os Centros Esportivos, tem um núcleo do Vem Dançar – e há bailes regionais e gerais que são realizados de tempos em tempos; temos a Caminhada da Família, que vem logo em seguida da Corrida de Rua.

Nós que criamos também os Jogos Municipais do Idoso e, portanto, não vamos acabar com os Jogos Municipais do Idoso. Isso em 2014.

Quer mais? Para o Idoso? (Pausa) Tá bom né? Tudo cheio. Tudo lotado. Isso eu tenho de reconhecer: tudo lotado.

Então se existe alguém que enxerga o idoso nessa Cidade é a Secretaria de Esportes. Pode ficar tranquilo, porque todos os programas que te falei estão lá sendo executados em todos os Centros Esportivos. A Caminhada da Família é na rua, mas toda vez que tem uma corrida do Circuito Popular, logo em seguida tem a Caminhada da Família que, aliás, tem esse nome, exatamente, para ser uma atividade física, e não uma caminhada rigorosa e com tempo e tal.

Então eu acho que nós estamos respondendo bem à reivindicação dessa população específica, e em geral.

Revirando a Virada. A nossa meta – que está no Programa de Metas, inclusive – é um equipamento de esportes por Subprefeitura até o final de 2016. Nós já temos 20. Depois se você quiser, o nosso Secretário Adjunto tem a relação e pode te passar os 20.

Gostaria de fazer uma observação sobre a Virada Esportiva, não sei exatamente como é que foi a Virada Cultural, se ela foi centralizada, mas a Virada Esportiva não é centralizada já há muitos anos. Desde 2013 ela é espalhada por toda a Cidade, ela deixou de

ser contemplativa já há muito tempo. Ela é participativa e está espalhada por toda a Cidade. Este ano, já tivemos mais de 400 pontos, com mais de 2 mil atividades. É lógico que aquelas são radicais – e ficam na região central – são as que chamam mais a atenção. Mas tivemos Virada em todos os lugares da Cidade.

E sobre a reforma dos equipamentos, você vai precisar ter uma conversa lá conosco, para que possamos passar vários dados. Por exemplo, piscina, nós reformamos: a do Pelezão; a do Jardim São Paulo; estamos reformando a do Pacaembu. Quadras poliesportivas, tem várias que estamos reformando. Campos de futebol: reformamos o campo da Brasilândia.

Tem muita coisa diferente de um equipamento para o outro, mas todos eles estão recebendo intervenções físicas. Infelizmente, não conseguimos fazer todas as intervenções necessárias, mas muitas delas estão começando. Está aqui o Miguel, nosso Chefe de Gabinete, por favor, marque uma conversa para que ele possa responder tudo isso a você.

Respondi tudo? Ou falta alguma coisa? (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Na minha memória, respondeu absolutamente tudo, Sr. Secretário. Portanto, é assim que nós concluímos nossa audiência pública, agradecendo muito o nosso Secretário que, não só nessa ocasião, mas em todas em que foi demandado veio e prestou todas as informações. Aliás, não só prestou informações, mas trouxe também programas e entusiasmo àqueles que curtem e gostam do esporte.

Então a Câmara agradece ao Sr. Prefeito pela escolha que fez, mas reconhece que é chegado o momento de sua volta para que renove seu mandato de Vereador – ou quem sabe Vice-Prefeito – e tenhamos aí, quem sabe, mais um período de 4 anos juntos, aqui, ou juntos com sua atividade no Executivo.

Encerro a audiência pública com essa Secretaria e agradeço a toda sua equipe que veio no dia de hoje.

Vamos suspender os trabalhos, para, logo em seguida, reiniciarmos a oitiva com

outra Secretaria.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Reabertos os trabalhos, lembrando que agora receberemos a Secretaria Municipal de Licenciamento, nossa colega Secretária Paula Maria Motta Lara, que é também uma das Secretarias que tem presença bastante efetiva nessa Casa e que indicou para esse debate conosco, o Supervisor Geral de Administração e Finanças Paulo Borges que já está aqui com a gente e a quem peço sente-se conosco à Mesa. Assim, ele poderá fazer a abertura de sua explanação à Mesa e, da mesma forma que o nosso Secretário Municipal de Esporte teve, serão dez minutos para a apresentação do Orçamento da Secretaria e, depois, passaremos a palavra aos Vereadores e aos que nos acompanham aqui.

Antes, porém, suspenderei os trabalhos – e peço paciência de todos - para que o sistema e o arquivo possa ser implantado no nosso computador e, assim, projetada a apresentação trazida pela Secretaria de Licenciamento.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Reabertos os trabalhos, passo imediatamente a palavra ao Sr. Paulo, para que faça a apresentação do Orçamento da Secretaria, que possamos desenvolver um bom debate. Com a palavra, Sr. Paulo.

O SR. PAULO BORGES – Boa tarde a todos. Agradeço o convite sempre de estar presente nesta Casa. Sr. Presidente José Police Neto, muito obrigado. Agradeço também aos colegas de trabalho, bem como aos Srs. Vereadores Milton Leite e Ricardo Nunes.

Gostaria de dizer que estamos sempre à disposição. A Sra. Secretária pediu desculpas pela ausência dela, mas a estamos representando e, portanto, a Secretaria está aqui.

- Apresentação de video.

O SR. PAULO BORGES – Nosso orçamento, como podem ver, é uma tabela simples, puramente administrativa. Ela não tem grandes recursos, é praticamente 50% se dá em função dos funcionários, um pouco mais, ou seja 43 milhões é folha de pagamento; mais 2,5 milhões ela se dá em função de auxílio alimentação, vale transporte, portanto, uma quantia mais que comprometida, não tem mecanismo de poder rever parâmetros e tudo o mais.

Estagiário, esse é o primeiro ano que estamos indicando no Orçamento, porque antes era centralizado e agora está descentralizado. Temos uma quantidade de 55 estagiários, então, está composta no nosso orçamento aqui e agora.

Depois vimos destrinchando a parte administrativa, que é a Fonte 39, que é o custeio da Secretaria em si. É toda a questão dos serviços terceirizados, como limpeza, manutenção do prédio, veículos, purificador de água, correios. Toda a parte de infraestrutura é a Fonte 39, na qual estamos alocando 4,9 milhões. No ano passado tínhamos alocado um valor um pouco maior e esse ano acabamos ajustando e adequando o nosso Orçamento.

Equipamento permanente, tínhamos alocado o ano passado um valor de 1,2 milhão praticamente. Não conseguimos executar nada, e não teve uma necessidade, até porque temos uma parceria grande com a Plantas On Line, que é um grande parceiro. Então conseguimos reformar e modernizar nossa Secretaria para adequar melhor o espaço para funcionários e atender melhor a população também.

Acho que com essa parceria, nós não precisamos usar nenhum recurso de material permanente. Vamos precisar para o próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Peço só ao senhor explicar quem é a Plantas On Line para que todos saibam.

O SR. PAULO BORGES – Plantas On Line é uma parceria entre algumas categorias, tais como: o Sinduscon, Secovi e Asbea. São três parceiros grandes que formaram uma segunda parceria. Já aconteceu há um tempo atrás. E esse é o segundo momento que estamos tendo. É uma grande parceria. Obrigado pela lembrança para esclarecer.

E o outro recurso que é praticamente de 18 milhões é para um custeio com a Prodam, que também é uma necessidade. Ano passado, tínhamos uma previsão de 18 e esse ano ficou 18,7, então, está dentro da margem de ajuste anual.

O Orçamento praticamente é esse. Ano passado, tínhamos uma previsão de 72,996 milhões, e esse ano 71,572 milhões. Então, na verdade, a Secretaria é puramente administrativa.

Nesse ano, colocamos também uma necessidade de se ter mais técnicos e, na conversa com o pessoal de Gestão, pedimos 150, e conseguimos chegar a 50. E, mesmo assim, vai depender ainda da negociação do Plano de Cargos e Salários dos colegas engenheiros e arquitetos, para poder ter um concurso e, assim, estarmos somando e compondo a nossa equipe que está ficando defasada em função mesmo dos colegas estarem aposentando e dando outro caminho para suas vidas. Acho que estamos mesmo precisando renovar a nossa equipe.

No mais, estou à disposição para qualquer esclarecimento, tanto dos colegas Parlamentar, quanto das pessoas da plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Veja como é fácil tratar Secretaria Meio. A Secretaria Meio tem demanda da Orientação Meio, no caso aqui, a maior pressão que se tem dentro dessa Secretaria e, na realidade, não posso deixar de falar aqui, é a pressão dos engenheiros de carreira da Prefeitura, que perguntam: “Secretária Paula, a senhora nos exige tanto – e está certa em exigir – mas por que os nossos salários não foram reajustados como foram os de todas as outras categorias?”.

Na realidade, quero aqui falar em nome dos colegas que vêm trabalhando essas temática, que é fundamental e trata dos salários dos servidores de uma carreira específica. Aliás, carreira que, na minha opinião, é absolutamente fundamental, dos engenheiros da Prefeitura.

Então se eu posso pedir ao Sr. Paulo um breve esclarecimento, há na Peça

Orçamentária previsão para reajuste dos salários dos profissionais engenheiros que tanto contribuem para que essa nova Secretaria – e aí vamos entender: a Secretaria Municipal de Licenciamento - que nasce de um debate intenso realizado no final do Governo Kassab, início do Governo Haddad, já em março-abril de 2013, quando é remetido à Câmara o projeto de lei que acabou por aprovar essa Secretaria.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Julho, que se traduziu em lei. Então ele deve ter sido apresentado aqui no final de março, tramitou e aprovou, em junho deve ter recebido a sanção do Prefeito e, em julho, a regulamentação, Portanto, é uma Secretaria que não tem mais de dois de anos, mas tem importância fundamental de tratar o processo de desburocratização de licenciamento da Cidade, seja licenciamento de obras, como licenciamento de atividades econômicas, portando, aquelas que são o recheio das construções e, portanto também, é o que faz a cidade de São Paulo ter essa pulsação econômica intensa que tem e sempre deve ter.

Então o questionamento que eu queria trazer ao Governo, na representação que o senhor tem aqui é: esse Orçamento trazido já apresenta alguma condição de anunciamos para esses profissionais que teremos o reajuste que tantos eles esperam?

O SR. PAULO BORGES - Então, informo que, infelizmente, eu não tenho essa resposta, mas, de pronto, vemos que não tem essa movimentação de recurso. Estão sendo feitas as discussões de Governo, mas ainda não se chegou a um consenso e, com certeza, chegando a um consenso vai ser aportado o recurso suficiente para isso. Tanto é, que nós já pedimos a reposição de 150 colegas de trabalho, profissionais, os EDUs, que a gente tanto ama na Secretaria e estamos precisando demais. Pedimos 150, mas não foi aprovado e não conseguiremos chegar a isso, mas foi condição aportada em 70.

P - Explica ao pessoal o que é EDU, porque eu sei e o senhor sabe, mas talvez muitos não saibam.

R - EDUs são Especialistas em Desenvolvimento Urbano.

P - Engenheiros, arquitetos, urbanistas, geógrafos.

R - Todos os que estão nessa linha, que são da carreira de engenheiros, arquitetos, geólogos, todos estão nessa categoria dos EDUs. Nós não temos essa condição de responder agora, mas já foi aportada a necessidade de, pelo menos, mais 50 profissionais para compor o quadro.

P - Esse que já temos concurso realizado ou vai ter de realizar concurso?

R – Vai ter de realizar concurso.

P – Então temos de realizar concurso, mas temos pouco tempo para realizá-los por causa do ano eleitoral.

R – Exato, e depende exatamente dessa discussão do plano de cargos e salários dos companheiros.

P – Perfeito. Nós não temos inscritos, mas quero agradecer a sua presença e peço que leve o abraço da Câmara à Secretária Paula Motta, que esteve conosco, semana passada, discutindo o novo Código de Obras do Município, importante projeto trazido pelo Prefeito Haddad a essa Casa, e que vai ter, com certeza, um debate intenso, se não neste ano – muito absorvido pela discussão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo -, com certeza, será um tema tratado com muita intensidade no começo do ano que vem.

Portanto, é assim que encerro, agradecendo muito a sua presença e leve – como disse – o abraço respeitoso e carinhoso à nossa Secretária Paula.

R – Obrigado e agradeço também.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vamos suspender a nossa sessão, para, em seguida, reiniciar com a última oitiva do dia de hoje com o Secretário Municipal de Relações Internacionais e Federativa Vicente Trevas, que será o último participante.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – PSD) - Reabertos os trabalhos. Quero agradecer a presença do Secretário Municipal de Relações Internacionais e Federativas Vicente Trevas, que tem sido um parceiro gigantesco do Parlamento Municipal.

É com S.Exa. que a Câmara tem hoje a principal parceria internacional. Aliás, a parceria internacional que a Câmara tem e de fato vem repercutindo nos trabalhos cotidianos da Câmara - porque discute a vida em grandes cidades - tem sido tocada por Vicente Trevas, que abriu as portas da ONU, a partir da CEPAL, o que permitiu a participação da Câmara nos quatro colóquios realizados este ano, a começar por Santiago do Chile, quando tivemos uma comitiva de quatro parlamentares; depois, Cidade de São Paulo, oportunidade em que participamos com o Presidente da Câmara e Prefeito Municipal na Praça das Artes. Quito, onde a Câmara não conseguiu se fazer representar por estarmos na reabertura dos trabalhos legislativos, no começo de agosto, se não me engano, mas para onde mandamos a Escola do Parlamento. E, na semana passada, em Montevidéu, quando tivemos a oportunidade de fechar os colóquios e apresentar um conjunto razoável de intervenções para o futuro.

Mais do que isso, quero anunciar a todos que a Secretaria Municipal de Relações Internacionais realiza o Mercocidades nos dias 13, 14 e 15 de novembro aqui em São Paulo. Portanto, importante evento das Américas, que acaba reunindo no Mercosul um debate gigantesco das cidades e metrópoles do cone sul, oportunidade na qual debateremos agenda estratégica das cidades, o desenvolvimento socioambiental de nossas cidades, e teremos a participação de um conjunto razoável de municípios.

Não quero me alongar. Quero passar a palavra ao nosso Secretário, para que, com sua equipe, faça a apresentação do Orçamento. E depois nos conte um pouco das atividades da Secretaria.

Tem a palavra o Secretário Vicente Trevas.

O SR. VICENTE TREVAS – Muito boa tarde. Queria cumprimentar o Presidente da Comissão, nosso querido amigo Vereador José Police Neto; o nosso querido Vereador Jair

Tatto, grande amigo de longa data.

Primeiro, quero dizer que a nossa cidade é uma cidade de grandes desafios, mas também de grande capacidade de inovação. Essa inovação já se expressou no momento em que a Cidade, depois do período autoritário, se reconstitucionalizou através de sua Lei Orgânica e nela fez uma grande inovação: incorporou como tarefa as relações internacionais.

Até quero fazer uma homenagem para deixar nos Anais da Casa ao então Vereador Pedro Dallari, que como constituinte municipal foi encarregado de elaborar esse dispositivo da Lei Orgânica sobre relações internacionais e, hoje, inclusive dirige com muita competência o Instituto Relações Internacionais da USP.

Quero dizer também que a atual legislatura tem demonstrado uma grande sensibilidade para essa agenda e aqui queria agradecer o Presidente da Casa, nosso querido Vereador Antonio Donato, e também os nossos grandes parceiros na agenda internacional e o presente aqui, o nosso Vereador, Presidente da Comissão, José Police Neto, como também os Srs. Vereadores Nomura e Ricardo Young que foram parceiros nessa agenda internacional.

Esta Cidade tem essa sensibilidade para a agenda internacional, primeiro, porque São Paulo é muito diferenciada no nosso planeta, somos parte das megacidades, ou seja, lugares onde os fluxos da relação internacional são intensos. Na Constituição da Cidade está a presença das migrações e até muito de nós nos consideramos como uma cidade dos mil povos pela dimensão cultural, científica, tecnológica e social de São Paulo.

Aqui reside, depois de Nova York, o segundo corpo consular estratégico. Vários países que têm representação no Brasil delegam aos seus consulados gerais certos temas, como relações comerciais e financeiras, e vêm a São Paulo para negociar.

Isso significa que a nossa Prefeitura tem de ter uma capacidade de operar esses fluxos de relações internacionais. Depois, vou deixar com o nosso presidente só as atividades dos últimos dois meses de atender as agendas consulares e das missões desses países que vêm a nossa Cidade. A nossa secretaria, portanto, é uma necessidade para o Estatuto desta

grande Cidade que é São Paulo.

Por outro lado, quando o Prefeito Fernando Haddad assumiu o Governo da Cidade, ele redesenhou a nossa secretaria transformando não só em relação internacional, mas também em relações federativas, ou seja, é a secretaria das relações para fora da Cidade tanto em relação aos nossos municípios que constituem a Região Metropolitana da qual fazemos parte, o Governo do Estado e o Governo Federal. Então, somos uma secretaria de relacionamento. Por isso essa condição se expressa muito na própria estrutura orçamentária da nossa secretaria.

A proposta enviada ao nosso Parlamento tem grande parte das despesas para o pessoal, nossos operadores. Aqui, não é só a parte administrativa, mas ao contrário, aquelas pessoas que têm de ter qualificação especializada para processar essas relações. Então, quero justificar um pouco a estrutura orçamentária da nossa secretaria.

Evidentemente, somos os últimos da fila, a secretaria mais jovem e a mais discreta em relação ao total do orçamento. Nós nem chegamos a um ponto percentual, somos 0,014. De toda maneira, queria deixar registrado que temos algumas diretrizes importantes e é importante que o parlamento, ao autorizar nossas despesas, tenha clareza de qual o sentido da nossa presença.

Eu afirmei inicialmente que a Cidade mantém intensamente relações internacionais, mantém relações com os outros municípios, com o Governo do Estado e do Governo Federal, mas a nossa secretaria também tem a tarefa de tentar aproveitar as oportunidades internacionais para qualificar a gestão da própria Cidade.

Darei dois exemplos. Quando o Prefeito Fernando Haddad determinou aos seus secretários para conceber uma estratégia de redução de danos provocada pelo Crack, que se transformou depois no projeto São Paulo Aberto, nós, como Secretaria Internacional, localizamos algumas experiências internacionais que poderiam nos ajudar a enfrentar esse desafio. A nossa secretaria organizou ainda sobre a condução do então Secretário Leonardo

Barchini de uma missão nossa levando o Secretario da Saúde, de Segurança Urbana e Assistência Social à Amsterdam, que tinha feito uma experiência em um horizonte parecido e a Lisboa também.

Quando tentamos discutir o tema da implantação das ciclovias, também fomos verificar em outras cidades as experiências não só para reproduzir, mas perguntar como enfrentaram os problemas, porque toda mudança tem efeitos colaterais que precisamos nos antecipar e não descobrir apenas no ato pratico da implementação de um projeto. Essa é uma dimensão.

Por exemplo, os parques LEDs fomos aprender com a experiência de São Francisco e outras cidades americanas. A agenda internacional da nossa Cidade tem também essa capacidade de ofertar as experiências internacionais que poderão ajudar a gestão da nossa Cidade, então, é um elemento importante.

Por último, a agenda internacional das cidades cresce na agenda mundial e o Vereador Police Neto é um grande parceiro. Todas as grandes cidades estão convocadas para no mês de outubro do próximo ano, em Quito, participar da 3ª Conferência das Nações Unidas sobre as Cidades, o Habitat III. Por isso temos de nos preparar como chegaremos lá e o nosso Presidente já fez referência ao projeto que fizemos com a Cepal para tentar pensar estrategicamente os desafios de governar as grandes cidades.

Recentemente, o Papa Francisco convocou 62 prefeitos do mundo para discutir com ele os desafios das mudanças climáticas e desse conjunto de prefeitos 12 eram americanos, 11 italianos e sete brasileiros. Por quê? Porque a questão urbana metropolitana no Brasil tem uma escala muito forte.

Com essa introdução, quero dizer qual o sentido dessa secretaria, sua função e concluo agradecendo o permanente apoio do parlamento e também penso que talvez merecesse uma Comissão Permanente da Casa para tratar da integração regional e das relações de cooperação internacional.

Veja, há o interesse dos chineses que hoje produzem megalópoles, dos americanos, então, precisamos ter uma reflexão permanente do parlamento e sei que na gestão José Police já se deu um instrumento que é a Escola do Parlamento, que pode acumular. Sei que a agenda tanto do Prefeito como dos Srs. Vereadores é um dia a dia muito complicado porque temos de resolver desde o micro até o macro problema.

Agradeço a iniciativa e é importante para a aprovação da Lei Orçamentário o governo, em conjunto, explice os objetivos, o sentido da sua ação e o custeio. Se o Presidente permite, peço a Priscila que explice os números.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Certamente. Vamos pedir a Priscila a conclusão da primeira fase de apresentação das atividades e projetos que vêm sendo realizados pela Secretaria de Relações Internacionais e Federativas para o período de 2013 até 2015 com projeção do ano que vem.

Peço para a Priscila nos trazer a composição desse orçamento, programas em atividade, o que vem sendo realizado, o que se pretende realizar no próximo ano. É assim que passo a palavra a você, Priscila.

A SRA. PRISCILA – Boa tarde.

Acho que fica mais um suporte financeiro, orçamentário, com relação ao que é de principal da Secretaria, que são os resultados efetivamente realizados com o orçamento destinado para a gente. Como o próprio Vereador Police já adiantou, basicamente as despesas da Secretaria são com os entes, com o tipo de atuação, que é uma atuação de relacionamento. Então despesa de pessoal. E eu vou apenas ressaltar a diferença entre o orçamento atualizado da data de hoje, com os seus acréscimos ao longo do ano, que foi necessário, com relação ao PL 538/2015, que traz a estimativa do orçamento para o ano que vem.

Como comparativo de dado geral, hoje chegamos a um orçamento de 8 milhões, 269 mil e 42 centavos na totalidade; enquanto que para o PL deste ano, (Ininteligível) orçamento previsto para o ano que vem, a gente tem orçamento de 7 milhões, 904 mil, 771 reais, com uma diminuição de 4%, mas muito condizente com parte do esforço desse ano, e em específico para o evento do Mercocidades. Então este ano teve um acréscimo relativamente pequeno em relação ao ano passado, e em relação ao tipo de atuação que vai ser feita, mas muito em relação a esse grande evento que o Vereador já colocou, que vai ser

realizado na semana que vem.

O evento Mercocidades pretende reunir prefeitos da rede de cidades do Mercosul, mas que vão além, são os parceiros também. Já temos prefeitos importantes confirmados. Então é um evento que, por si, já justifica essa diferença. Mas depois a gente reforça.

Dessa totalidade, eu coloco para vocês alguns detalhes específicos, reforçando essa dimensão do caráter de pessoal, incluindo auxílios. A gente chega a uma diferença: dos 8 milhões, 269 mil do orçamento total, 4 milhões, 262 mil sendo destinados somente para pessoal, incluindo auxílios. E nas demais despesas, a gente inclui o conjunto dos contratos, que dão suporte a esse tipo de atividade – basicamente, estrutura, tecnologia de informação, contrato destinado a eventos, anuidades de algumas das redes internacionais das quais a gente faz parte, orçamentos destinados a possibilidades de realização de acordo de cooperação técnica e internacional, que permite ter a contribuição de consultores internacionais, para melhorar, inovar a gestão. E isso falando desse orçamento corrente.

No PL de 2015, condizendo ao orçamento previsto, é basicamente a mesma lógica, dos quais a gente apresentou um orçamento total de 7 milhões, 904 mil. Novamente reforçando: a gente tem uma despesa de pessoal de 4 milhões, 867 mil previsto, com aumento de 14% em relação ao ano corrente. Quer dizer, o orçamento muito pequeno, mas acaba entrando detalhe. Tem muito a ver com a contratação de estagiários até. A gente tinha uma corpo muito qualificado, mas que também precisava, com essa própria característica de qualificação, poder também transmitir conhecimento, ter suporte de estagiários para dar continuidade às atividades mais simples, mas muito poder transmitir esse tipo de conhecimento.

Aí seguimos com o restante do orçamento previsto, com cerca de 3 milhões, mais uma vez mantendo a continuidade do tipo de suporte necessário para a atuação – esses pequenos contratos, algumas contribuições com cooperação internacional. Sendo que do ano corrente para o ano que vem, nessa parte que resta, quer dizer, excluídas as despesas com pessoal, a gente tem um diminuição da previsão em 24%, muito do que eu já falei em função de diminuir o contrato de eventos, porque no ano que vem, diferentemente deste ano, a gente não tem um ano que a gente sabe da importância do foco e da atenção para o cenário nacional.

Quer dizer, a maior parte das nossas atuações a gente já consolidou na relação desses eventos de grande potencial internacional, mas a gente sabe da importância da atenção, de todo o esforço da gestão, o ano que vem, para consolidar as entregas da gestão. Portanto, a gente, naturalmente, tem uma diminuição bem pequena, mas considerável, nessa parte de eventos. Não deixando de cumprir com todas as obrigações da cidade, de

participação na ON (?) Habitat III, e o que precisar para que a gente represente bem a cidade nesse grande evento que deve acontecer no segundo semestre do ano que vem. E as despesas decorrentes da atividade natural. E aí fico à disposição para qualquer esclarecimento. Agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito bom. Deixe-me, rapidamente, fazer dois breves questionamentos da composição orçamentária e de onde a gente pode expressar o desejo de continuidade nessa parceria com a Secretaria de Relações Internacionais, em especial naquilo que trata a relação com o Cepal.

Ao final do colóquio, anunciou-se um desejo de criarmos uma agenda para 2016 para tratarmos das boas práticas nas metrópoles. Então saímos do campo conceitual, o debate deste ano, e invadimos o campo prático, material, aquele que atinge o cidadão. Então fizemos o recurso correto. Vamos dar seguimento e estrutura ao pensamento, e, depois do pensamento, a aplicação prática. Dados e informações traduzidos em conhecimento, conhecimento gerando planejamento, e esse planejamento alterando a lógica das cidades.

Até o exercício de 2014, nós tínhamos um projeto na Secretaria que tinha a seguinte denominação: “Cooperação Federativa e Internacional”, que, no orçamento deste ano, deixou de figurar. Onde o projeto de boas práticas em metrópoles, esse em construção final com o Cepal, que pode demandar algum recurso, poderia estar instalado para que possamos ter fontes seguras, pelo menos rubrica segura, para que aconteça? À medida que agora vamos para um momento mais importante, que é quando a gente vai ganhar campo de aplicação prática ao debate conceitual que fizemos esse ano, senão fazemos o debate conceitual, e, na hora de trazer a aplicação prática e ser transformador na cidade, nós não temos instrumento para isso.

E eu queria sugerir outro tema para a reflexão da Secretaria, que é o tema que eu mais escuto e que eu mais acompanho nas redes mundiais de cidade: o aproveitamento da tecnologia da informação no desenvolvimento de cidades e metrópoles. Hoje, existe quase que um frenesi mundial de debate de tecnologia aplicada à gestão pública. Isso a gente teve de uma maneira muito intensa no setor privado, a partir da década de 70; o setor público levou muito mais tempo para chegar a essa maturidade. E ainda na cidade de São Paulo nenhuma das secretarias assumiu essa posição de debate internacional da utilização de ferramentas. Na realidade, a gente tem um esforço da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que acabou, devido à tarefa de desenvolver o plano diretor da cidade, usando tecnologias; mas não debateu internacionalmente as tecnologias. A Secretaria de Serviços, que hoje esteve conosco, um pouco na oferta de infraestrutura de comunicação para as pessoas, via a rede de wifi nas praças, assim por diante. Mas o debate com quem o mundo vem aproveitando bem a

tecnologia a gente ainda não fez. E não dá para imaginar uma cidade como São Paulo, nos seus mais de 1.500 km², onde se distribuem mais de 11 milhões e meio de pessoas, não ter um tratamento do que o mundo está tratando para aglomerados como esse.

Então o meu questionamento é o seguinte: onde poderíamos encaixar, como poderíamos encaixar e qual a dimensão do recurso para as boas práticas em metrópole, que é a idade da continuidade da nossa parceria, o quanto a Câmara deve reservar para essa tarefa e o quanto a Secretaria deve reservar Devemos ter dispositivo orçamentário exclusivo para isso, para garantir, inclusive, que todos enxerguem que esse é um projeto da cidade? Porque dá muita densidade quando você tem, na lei orçamentária, um projeto da cidade.

Eu trabalharia com esses dois projetos, que me parecem fundamentais para que, ao final de 2016, e o processo eleitoral vindouro, qualquer que seja, na renovação do atual prefeito, ou de um outro prefeito, enxergar que a cidade de São Paulo de fato se colocou no debate mundial de metrópoles, o debate mundial de cidades, porque isso já se faz aqui na Região Metropolitana, devido a uma condução natural. É impossível, na Região Metropolitana e no Brasil, não se reconhecer a cidade de São Paulo. E isso é fato, porque o Prefeito Haddad, como os prefeitos Kassab, Serra, Marta, lideraram todos os organismos de cidade do Brasil no período que foram mandatários da Prefeitura de São Paulo. Mas a gente acha que a cidade pode mais do que isso, que a gente pode ter os nossos prefeitos liderando também debates internacionais. O debate de boas práticas para a metrópole, aqui lançado pelo Secretário Vicente Trevas, junto ao Cepal, me parece fundamental. Foi São Paulo que conduziu o primeiro colóquio, é São Paulo que apresenta a ideia das boas práticas e não é para dizer que nós temos as boas práticas, é que perseguiremos as boas práticas nossas e de outros. Esse acho que é um ponto fundamental. E o outro é como podemos, de fato, aproveitar tecnologias já utilizadas no mundo, até porque “copiar o benfeito não envergonha nenhum gestor público, o que deve envergonhar o gestor público é copiar o malfeito ou fazer mal feito”.

Então deixo essas duas colocações para o nosso Secretário, porque eu acho que elas contribuem para o amadurecimento dessa Secretaria, que é pequena, mas pode ter, no resultado do seu trabalho, algo absolutamente gigantesco, que ela passa a ser um pouco garçom – traz um cardápio de oportunidades e vai oferecendo para diversas secretarias. Então, para mim, parece fundamental, até em forma de retribuição, a Secretaria de Relações Internacionais deu uma oportunidade à Câmara muito bem construída com o nosso presidente Antonio Donato, de a Câmara se colocar internacionalmente como ator de decisões. Historicamente, o debate de cidades levam prefeitos, não levam o parlamento. Houve uma inovação consistente, produzida por você, Trevas, e pelo Prefeito e também pelo Presidente Donato, que a gente tem que reconhecer. E, ao reconhecer, não podemos parar no avanço que

tivemos. Então, se tivemos um avanço consistente este ano, nós temos que expressar no orçamento do ano que vem a perpetuação e a continuidade desse avanço. Então essas duas sugestões me parecem fundamentais, porque, do resto, a gente consegue enxergar uma secretaria que cresce, do ponto de vista do volume de recursos para pessoal e encargos, mas cresce de maneira muito equilibrada. Então sai dos seus atualizados, até esse momento, 5,9 milhões, para 6,5 o ano que vem. Então é um crescimento de uma secretaria que tende a crescer mesmo. Quanto às outras atividades, todas elas, 320 mil reais, 500 mil reais, 180 mil reais, 100 mil reais, naquilo que é a implantação e manutenção de iniciativas de São Paulo Aberta, atração de novos parceiros, a cooperação com municípios, estado e União, onde você trabalha a fonte de relacionamento e relacionamento de cooperação com entes estrangeiros e suas representações. Nessa regras, esses valores de 320 mil, 555 mil, 180 mil e 100 mil que compõem a nossa proposta. Naquilo que era o único projeto apresentado – Cooperação Federativa Internacional –, que tinha 2 milhões, 990 mil em 2014, a gente não teve em 2015. Então estou apresentando como ideias nesse momento, e, quem sabe um ou dois projetos nesse campo em que deixamos de ter projetos. Senão esses que apresentei nesse momento, o projeto de participação mais ativa no Habitat III. Então, de repente, a gente desenha um projeto, de hoje até a aprovação do orçamento, que seja uma participação tão ativa no Habitat III, que nós vamos ter um projeto Habitat III no Orçamento, em que a gente vai se dedicar a esta tarefa que cumprimos lá, e São Paulo vai apresentar os seus problemas, porque o Habitat serve também como reflexão dos problemas, mas também as suas alternativas para desenvolvimento sustentável e socialmente justo.

Essa era a tão necessária abordagem que a Câmara precisaria fazer, muito em agradecimento às oportunidades que a Secretaria nos deu.

O SR. VICENTE TREVAS – Presidente, posso responder?

Primeiro, eu acho que mais uma vez você está sendo parceiro na agenda da cidade, e aqui é o encontro das suas instituições, do Executivo e o Legislativo.

Eu acho que você tem razão de explicitar na Peça Orçamentária algumas agendas diferenciadas. Quando a proposta foi elaborada – e aqui faço referência à nossa relação com a Cepal –, nós estávamos em construção com essa relação, estávamos realizando esses colóquios. E você foi um ator presencial, inclusive no último colóquio. E esse projeto com a Cepal foi não só realizar eventos, mas a construção de um diálogo institucional entre o governo de uma grande cidade, a maior cidade da América Latina, com instituição de pensamento estratégico desde o pós-Segunda Guerra Mundial, que é a Cepal. E como você bem diz, ao longo dos quatro colóquios, ficou muito evidente que teríamos de aterrissar em alguns desafios específicos, lidando com situações concretas.

Acredito que seria muito pertinente explicitar na peça orçamentária recursos destinados ao projeto com a Cepal. E eu estou feliz porque eu estou na comissão presidida por uma pessoa que tem todas as condições de até liderar essa releitura da nossa peça orçamentária. Isso é importante porque, além das boas práticas, nós queremos transformar, como falou o nosso presidente Vereador Police Neto, o conhecimento que a gente foi construindo para planejar e depois para operar. Ou seja, com a Cepal, pode sair também um programa de capacitação para os nossos gestores. Quer dizer, além de formatar planejamentos. Quer dizer, a capacidade de executá-lo. E a gente sabe que o estado brasileiro avançou muito nos seus marcos regulatórios. Acompanha há pouco uma audiência do Prefeito Haddad com a diretora do Centro de Estudo Norte-Americanos da Universidade de Chicago. E ela comentava os avanços regulatórios do estado brasileiro em relação às cidades. Os Estados Unidos, por exemplo, não tem algo com o Estatuto das Cidades, não tem algo como esses marcos regulatórios – saneamento, resíduos sólidos, mobilidade e o Estatuto da Metrópole, que vai nos induzir a unificar os nossos planos intraurbanos dos 39 municípios. Mas, ao lado dessa inovação institucional, há um déficit de capacidade do estado brasileiro, nas suas três esferas de governo, de operar esses marcos de inovação governamental. Isso tudo para dizer, Sr. Presidente, que é pertinente a sua observação. Eu acho que vale a pena fazer um destaque, explicitar uma rubrica Cepal, se pudéssemos assim dizer.

Claro que tínhamos previsto, na nossa proposta orçamentária, recursos para nos ajudar a operar a agenda do próximo ano, que vai estar centralizada na agenda de Habitat III. Mas, pela importância desse evento, vale a pena também explicitar a rubrica Habitat III. Não é só o recurso material, é que a cidade de São Paulo, numa peça-chave da sua gestão, o orçamento, interage com essas agendas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Até para o reconhecimento internacional do que a gente colocou.

O SR. VICENTRE TREVAS – Exatamente. Isso até dá um argumento para gente, como cidade, no diálogo internacional, no diálogo com as Nações Unidas – de dizer: “Estamos levando tanto a sério essa agenda que estamos alocando explicitamente recursos para operá-la”. Então o sentido pedagógico e sinalizador dessas duas rubricas diferenciadas é, além do recurso material, sinalizar a postura da cidade, além do acolhimento, a iniciativa no processo de transição da peça orçamentária. O próprio parlamento estar sensível em incorporar é um sinal de que estamos amadurecendo a nossa parceria para juntos confrontarmos a agenda internacional.

Em relação à questão da segunda agenda estratégica, que você coloca com muita pertinência... E aqui quero registrar que eu estou feliz de termos, nesta Casa, não somente

grandes políticos, mediadores de interesses de conflito, mas pensadores estratégicos. E aqui quero registrar o meu apreço ao presidente dessa comissão, o Vereador Police Neto. E não é da boca para fora, não. Por exemplo, quando estávamos discutindo os desafios de governar as grandes cidades, um dos consensos desses colóquios com a Cepal foi entender que ser uma grande cidade significa se expressar simultaneamente em várias escalas, e que nós temos que ter a sensibilidade de ter instrumentos de gestão pública para essas diferentes escalas. E eu fiz questão de, no plenário do Mercosul, explicitar a contribuição do nosso Vereador ao tema do bairro – de planejar o bairro, de dar integridade ao bairro, tanto pela informação como pelo plano. Tudo isso para dizer que nós temos de enfrentar com o olhar estratégico os nossos desafios.

Sobre o segundo ponto – incorporar tecnologia: primeiro, o projeto ao qual até destinamos recursos - a São Paulo Aberta.

A São Paulo Aberta é uma das portas que nós estamos abrindo para esse tema, porque, na verdade, é uma agenda internacional dos governos abertos, o *An Open Government*. E uma das agendas disso é como, inclusive, incorporar tecnologia, para que ela possa ser mediação, instrumento, e que possa ser utilizada pela cidade para expressar as suas demandas. A demanda pelos serviços urbanos, a demanda por uma reclamação de uma ação fiscalizatória da Prefeitura, e, portanto, como adotar cidadania de instrumentos para interagir com o seu governo municipal.

Outro elemento importante do governo aberto é que possamos ter um diálogo com a cidade não somente pela mediação presencial, que restringe – as pessoas têm compromissos. Numa megacidade, o tempo de deslocamento conta. Às vezes, eu desisto de ir porque eu vou acrescentar duas, três horas, na minha agenda. E, portanto, nós temos de combinar o diálogo cidadão, a demanda cidadã presencial, pela mediação da comunicação em tempo real, com consultas que todos podem, através de instrumentos disponíveis, manifestar a sua opinião, a sua vontade e o seu posicionamento.

Por isso, também acho que a sua ponderação é pertinente. Esse é um desafio: como incorporar essa tecnologia para viver na cidade. E, aliás, já está acontecendo isso: eu sou usuário também de táxi. O 99Táxi me dá uma tranquilidade. Eu não estou fazendo nenhuma propaganda. Mas, enfim, o 99Táxi, enfim, vários. Porque antes eu ligava para o meu ponto, mas, até oito horas da noite, tinha táxi. Mais ainda: mesmo para me orientar; “Eu vou por onde?” E já uma evolução dos aplicativos, porque tem um mais inteligente. Um deles já tem comentários dos usuários. Porque o outro, mais antigo, mandava ir para onde todo mundo vai – “vai para os corredores”.

Enfim, quero dizer que essa agenda é a agenda em curso na cidade. O importante

é como adensar, na gestão da cidade, no governo da cidade, esse instrumento. E, por isso, Presidente, mais uma vez muito obrigado pelos seus comentários, não só referentes à nossa peça orçamentária, mas referente aos desafios que temos pela frente.

Priscila, você queria complementar?

A SRA. PRISCILA – É, só complementar, traduzindo isso no nosso orçamento.

Acho que estamos bastante alinhados, e fico feliz que a Câmara tenha o mesmo pensamento.

Parte do nosso orçamento conta com rubricas específicas para atração de novos pareceres, investimentos internacionais, participação e organização de missões e eventos de caráter internacional, dos quais eu tenho contribuições – transferências do exterior, convênios tipo Pró-Doc, que nada mais são do que Cooperações Internacionais. É nesse caso específico que quero fazer observações em relação ao próximo ano, porque é o único ponto do Orçamento em que existe uma explosão, vamos assim dizer. Saio de uma rubrica praticamente inativa, que de fato não precisamos dela até então, para ter cerca de 455 mil para o próximo ano justamente para permitir, entre outros, uma eventualidade de fazer um acordo com a Cepal. Isso não se limita a um acordo apenas com a Cepal.

A Prefeitura como um todo, cada uma das Secretarias, tem autonomia para fazer suas cooperações com diversos organismos, entre os quais a Unesco; o próprio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD; a Organização Ibero Americana; entre outros. Nesse rol está incluída a Cepal. E além de pensarmos em outras frentes, poderíamos colocar a Cepal nesse capítulo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A fórmula de execução orçamentária nessa rubrica tem tido facilidade por vocês, portanto, é mais fácil executar...

A SRA. PRISCILA SPÉCIE - Depende da execução com a Cepal. Exato. Mas é a mais adequada para trabalhar com a Cooperação Internacional, justamente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Perfeito.

A SRA. PRISCILA SPÉCIE - Porque entre outros, ela vai permitir que se tenha consultor, via Cepal, qualificado para nos ajudar. Quer dizer, para potencializar e inovar o que já vimos fazendo com os recursos da Secretaria. Só que dependem, justamente, da diferença da contribuição do organismo internacional.

Isso era o esperado. É claro que estipular se seria a Cepal ou outro organismo dependia do desenrolar desse próprio ano, com a felicidade que temos em ter esse andamento decorrente das atividades do Hemisur.

A questão da segunda parte da discussão é mais feliz ainda em mostrar o quanto a Cidade está, com a ajuda da Prefeitura, no cenário internacional, alinhada com as políticas de Governo Aberto, *Open Government*. Assim, quero reiterar o acesso à plataforma, que materializa todo o trabalho da Secretaria nesse sentido: saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br, que não é apenas a própria plataforma de participação, de transparência, de acesso à discussão da integridade, mas também traz ali toda a informação sobre o último andamento da iniciativa, que são os agentes de governo aberto.

Quer dizer, complementar ao que o Vereador Police Neto está falando, muito importante de estarmos no mundo discutindo o quanto a Cidade já está alinhada nessa política, destaco a visita feita, na semana passada, pelo nosso Secretário Adjunto Gustavo Vidigal ao México, convidado pela ONU para mostrar essa iniciativa São Paulo Aberta. A outra face dessa moeda, que é tão mais importante, é o esforço da Secretaria em espalhar isso para o Município inteiro e não apenas a uma elite que já tem acesso à tecnologia. E com a possibilidade de termos lançado um edital em parceria com a Secretaria de Cultura e a do Desenvolvimento Urbano para capacitar o que chamamos de Agentes de Governo Aberto e de ter espalhado isso, inclusive à periferia e às diversas temáticas, tivemos um sucesso muito grande. Isso já está acontecendo, mas também vai acontecer ao longo do próximo ano inteiro, em dois períodos, no primeiro e no segundo semestre.

Temos um conjunto de 34 oficinas sendo presencialmente organizada na Cidade inteira para levar ao município de São Paulo o que significa participar de uma iniciativa de Governo Aberto. Com isso concluímos a discussão.

Agradeço a oportunidade de trazer bastante dos resultados da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bom. Tem a palavra o Sr. Laerte

Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Uniglobal Trabalho e Cidades, também Chanceler Global de Assuntos Diplomáticos da União Cosmos Sustentabilidade das Nações Trabalhistas e Empreendedoras, que é uma Central que vai integrar trabalhadores e empreendedores e é também uma central de negócios. Ela começará a abrir a sua sede internacional em Brasília e nacional em São Paulo a partir do dia 30 de novembro deste ano.

A cidade de São Paulo é rica, cosmopolita. Ela tem um PIB de 436 bilhões anuais, uma renda per capita de 38,9 do seu PIB, mas apenas quase a metade desse dinheiro vai para fora, o que corresponde a 40% do PIB paulista e 13% do PIB nacional. Tem uma dívida de 55 bilhões, sendo que 80% dela não foram investidos em políticas públicas para os municípios da cidade de São Paulo. É uma Cidade global, mas ainda insustentável. Uma Cidade injusta, porque 1,2 milhão famílias, correspondendo a 4,323 milhões cidadãos, moram hoje em áreas precárias. Isso significa que um terço da cidade de São Paulo está morando hoje em favelas, cortiços, áreas contaminadas e em conjuntos irregulares, um verdadeiro absurdo para uma Cidade tão rica. Isso corresponde à população de Brasília, Belo Horizonte e Salvador.

Mas tivemos uma participação marcante nas 55 audiências públicas do PDE. Deixamos nossa marca, várias ações, uma delas foi a cota de solidariedade e em 40 audiências públicas da Lei de Zoneamento também deixamos as cotas ambientais. Apresentamos uma tese que vai revolucionar a cidade de São Paulo e servirá de exemplo às demais cidades do País. Nas audiências públicas do Plano de Metas da cidade de São Paulo, com uma visão, quase 53% das empresas foram expulsas da Cidade, colocamos uma isenção de tributos para as empresas se instalarem nos bairros, tanto da zona Leste como da zona Sul e demais regiões.

Mas minha pergunta é a seguinte: a cidade de São Paulo também espelha o planeta Terra na realização de pequenos, médios e grandes eventos nacionais e internacionais, mas não existe uma agenda nesta Cidade para organizar e planejar esses

eventos que além de gerarem recursos, geram empregos efetivos e temporários. E também não há uma Secretaria para integrar e planejar estrategicamente esses eventos.

Minha pergunta é: a Secretaria de Relações Internacionais, que é de grande relevância para a cidade de São Paulo, poderia integrar esses eventos a outras Secretarias? Para finalizar, no País, quando o Sr. Sarney era o Presidente da República, apresentei um grande projeto de mobilidade sobre trilho de alta velocidade, que é o trem bala, que integraria a cidade de São Paulo e as demais Capitais do País à Brasília, São Paulo ao Rio e São Paulo a Santos. Mas esse projeto foi colocado na gaveta.

Por isso quero saber do Sr. Secretário se é pertinente a Secretaria de Relações Internacionais integrar esses eventos na cidade de São Paulo.

Era o que tinha a dizer. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado. Vou passar imediatamente a palavra ao nosso Secretário Trevas para que depois possamos passar aos encaminhamentos finais.

O SR. VICENTE TREVAS – Muito obrigado. Sr. Laerte Brasil, agradeço as suas considerações e concordo quando fala que São Paulo é uma Cidade global, mas que está vivendo o tema da sua sustentabilidade ou não. Esse é um desafio, aliás, das grandes cidades do mundo.

Aliás, quando o Papa convocou 62 Prefeitos do mundo, uma das indagações era de que se não fossemos capazes de mudar as formas de produzir consumo do mundo, chegaríamos à insustentabilidade do planeta. Sua Santidade tinha consciência que esse tema mais geral do Planeta tem nas cidades o seu território de grande significado. Mais da sua indagação, primeiro, sobre os eventos, quando assumimos a gestão do Prefeito Haddad, a nossa Cidade estava disputando a realização de um grande evento nessa lógica de que um grande evento pode ser indutor de uma dinâmica de emprego, de investimento e de presença de fluxos externos, que foi a nossa candidatura a sediar em 2020, foi a exposição universal que

hoje terminou recentemente em Milão e nós iríamos tentar suceder Milão em 2020 e isso levaria a todo um plano de investimentos. Claro que nós não logramos o resultado, Dubai foi a cidade escolhida, mas de toda maneira os eventos já são dinâmicas muito fortes na nossa cidade. Estamos realizando na próxima semana o evento Mercocidades e uma das nossas preocupações foi saber se teria espaço nos hotéis em função da Fórmula 1 do dia primeiro. É uma cidade que já tem na sua dinâmica econômica de negócios e de fluxos a centralidade desses grandes eventos. Claro que poderemos ampliar, eles são necessários, mas é uma cidade que já está nessa dinâmica. E há uma boa novidade: a partir da Copa que foi realizada no ano passado, uma parte da juventude mundial descobriu São Paulo como atrativo transformou a nossa querida Vila Madalena no baixo Leblon, disputando com o Rio de Janeiro, ou seja, uma cidade que tem uma diversidade não só para negócios, mas aqui é um grande espaço de criação cultural, é um grande espaço de diversidade artística e portanto quero dizer que estamos atentos à sua colocação de alertar nossas agências governamentais municipais para esses fluxos internacionais de oportunidades.

Em relação à questão da mobilidade, acho que o grande desafio, e estou consciente que a Câmara Municipal vai ser uma parceira nossa é que a mobilidade nossa é não só municipal, mas é metropolitana. Hoje é conduzida por 40 autoridades simultâneas. Uma autoridade estadual e 39 municipais. Nós não podemos enfrentar a inovação tecnológica, o trem de alta velocidade, se não constituirmos no futuro uma autoridade metropolitana para a mobilidade. Mas, isso vai ser tema de um grande debate, mas agradeço a sua contribuição porque isso também traz para o gestor esse olhar atento da cidadania. Muito obrigado pelas suas considerações.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou finalizar fazendo uma última sugestão, há algo que no último encontro em Montevidéu e no primeiro em Santiago ficou muito forte em quase todas as falas. De todas as autoridades municipais, que era a temática de gestão democrática da cidades e portanto o quanto a gente consegue envolver mais do que a

autoridade pública nessa última passagem nossa em Montevidéu fiz questão de num certo momento deixar claro que sinto hoje num bom debate e acabei tendo a oportunidade de fazer com o Vereador e Secretário de Cultura Nabil, que falou da crise de representatividade, a crise que os Parlamentos que são eleitos por representação no mundo têm e eu disse a ele que interpretava que mais do que uma crise de representação, temos uma crise de confiança do eleitor no eleito e a Cidade de São Paulo inovou em 2013 por uma proposta que apresentei em plenário e foi aprovada e o Prefeito sancionou, que foi a criação dos conselhos participativos. Muitas metrópoles que fazem parte do Mercocidades têm avançado também consistentemente na construção de modelos de gestão democrática e participação ativa da sociedade. E o nosso Conselho Participativo completa dois anos e um dos questionamentos que me parece importante fazer para a Secretaria é o quanto a gente poderia abrir um espaço para isso, nós nesse ano abrimos ao Parlamento a participação em debates internacionais e, portanto, a Câmara acabou por acompanhar o Executivo e não é mais acompanhar, é estar junto. Se não fica parecendo que um é mais do que o outro, mas é estar juntos.

Acredito que no ano que vem poderemos inovar elevando uma parte dos nossos conselhos também. Nós temos conselhos participativos, temos conselho gestor de saúde, temos um conjunto não pequeno de conselhos que busca hoje sua identidade, a explicação para a sua existência, às vezes, por não conseguir dar cabo ao que chega a essa população. Então, muitas vezes, um conselheiro de saúde que não consegue ser ouvido ou colocar em prática uma capacidade de produzir ele próprio indicadores de desempenho para aquela unidade que acompanha. É um conselheiro participativo que opta por um caminho de identificar se o Plano Diretor da Cidade, a lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo, quando aplicado no território do seu distrito, que ele foi eleito, qual o impacto que isso tem e tenta oferecer informações para a sociedade.

Tive a oportunidade de quando a emenda de minha autoria foi aprovada de iniciar aqui na Câmara um curso ainda com a equipe do meu Gabinete, então, antes do processo

eleitoral, nós reunimos mais de cem candidatos a conselheiros, alguns acabaram se materializando candidatos, outros depois que entenderam a tarefa e falaram que isso não era para eles. Então, mostrando que transferir informações, transferir conhecimentos, permiti reflexões para saber se aquele é um ambiente que você pode contribuir para a cidade, porque muitas vezes as pessoas se candidatam para ter o título e não para desempenhar a tarefa e isso é fundamental para entendermos. Muitas vezes a pessoa precisa ter mais um nome no cartão, mas nem sempre o nome do cartão resolve os problemas que a cidade tem então é absolutamente fundamental isso, mas em virtude do que escutei nos três debates que participei, no debate inaugural em Santiago, no debate aqui em São Paulo, que na fala do Prefeito ele cita o Conselho Participativo e recentemente em Montevidéu que ficou claro em todas as falas a necessidade de trazer a população para o mesmo ambiente do agente público tomador de decisão, sejam elas no plenário, sejam dentro do Executivo. Então, compreender em qual das nossas rubricas orçamentárias ou se não nelas em uma nova e que esse diálogo de hoje até a aprovação do Orçamento poderia ter essa oportunidade que a Secretaria Municipal de relações Internacionais poderia dar aos conselheiros da Cidade deles também serem envolvidos nesses debates internacionais, seja quando o debatem vem à cidade, seja quando vai a outras metrópoles para que a gente ponha na pauta essa questão da gestão democrática, que ficou clara, transparente e obrigatória na nossa última participação em Montevidéu onde tive a oportunidade de dizer que muitos falam que a revolução da primavera árabe quando observamos do ponto de vista da revolução democrática, foi uma grande tempestade de areia porque se imaginou ter um regime democrático e o que se tem hoje é uma nova ditadura.

para entendermos um pouco como a gente vai criando a partir da participação mais ativa da sociedade o corpo fundamental de estabilidade para o estado democrático, não é governo que dá estabilidade ao Estado democrático, é povo. Essa é uma questão fundamental e acho que quem sabe conseguiremos atrair os conselhos para esses debates conceituais que

se traduziram lá na frente em boas práticas também é fundamental. Nós tivemos a oportunidade esse ano e, portanto, fizemos o debate conceitual e o ano que vem teremos a oportunidade de fazer boas práticas. Quem sabe no ano que vem os conselheiros promovemos a eles uma oportunidade de debate conceitual e quem sabe no primeiro ano em 2017 eles também não terão a oportunidade de fazer as boas práticas nas suas ações, no segundo ano dos mandatos deles, já que no ano que vem terão o primeiro ano do segundo mandato dos conselheiros participativos da Cidade, então, é assim quem quero encerrar a minha participação dando a palavra ao nosso Secretário para a conclusão da sua participação.

O SR. VICENTE TREVAS – Primeiro quero agradecer a oportunidade porque aqui não foi só o necessário ritual governamental de explicar ao Parlamento – não é? -, mas aqui a gente já aproveitou e estamos concluindo, inclusive, a nossa política externa da Cidade. Então quero agradecer muito, Presidente.

E concordo com você: acho - e, mais ainda, já temos, podemos já ter uma agenda. A nossa Secretaria tem uma pré-agenda. Por exemplo, as grandes cidades estão criando dinâmicas intramunicipais em relação aos seus cidadãos. Aqui nós já criamos as nossas Subprefeituras - que ainda é um processo de transição entre desconcentração e descentralização.

Outras cidades já avançaram muito. Buenos Aires, por exemplo: hoje, o Governo da cidade de Buenos Aires, assim que é designado, ele organiza a dinâmica intraurbana, através de Comunas, que têm os seus Conselhos Comunais, não é?

Nós poderíamos, inclusive, fazer uma experiência de irmos juntos com alguns conselhos. Por exemplo, qual é a comuna bonaerense que dialoga mais com São Miguel Paulista ou com a Penha? Qual é a que dialoga mais com a Lapa ou com Pinheiros? Porque, também, cidade é território e temos de fazer cooperação entre nossos territórios, entre os seus ativos. Uma escola de Perdizes com Palermo Viejo - Perdizes, porque estou puxando uma brasa para a minha sardinha, não é? Mas também uma escola da Penha, uma escola de São

Miguel, de Perus - a querida Perus, que esteve presente nos diálogos internacionais através da voz do nosso querido Presidente, mostrando como é um território que era o território mais vulnerável em vocação, não é nem em problemas, quer dizer, em destino. Foi assim a sua expressão, não é, Presidente?

Ele tentou reverter, vejam, o destino, como um imaginário, como um horizonte e tudo. Concordo plenamente e acho que, se o seu Gabinete ou se você puder acrescentar essa dimensão, seria um grande complemento à construção coletiva da nossa política externa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero agradecer a presença da Priscila; sua presença, Secretário; agradecer a toda sua equipe que tem sido absolutamente colaborativa com a Câmara.

Dizer que estaremos presentes nos dias 12, 13 e 14, em todos os debates que a Câmara e o Parlamento tiverem por essência estar junto, da mesma forma que na recepção, se assim for adequado à nossa Secretaria de Relações Internacionais.

Demandem a Câmara sempre que vocês precisarem de uma autoridade municipal legislativa para acompanhar na recepção de um *conselaje* que estiver acompanhando o conjunto de cidades que estarão aqui. Fica aqui a nossa oferta e fica o compromisso de, a partir de hoje até o fim deste mês - que é quando finalizar um pouco a elaboração do parecer por parte do Relator -, eu vou fazer chegar ao Relator o que aqui tratamos: estamos tratando de recursos muito pequenos, se a gente comparar com o Orçamento da Cidade, mas estamos falando de intervenções gigantescas. Na realidade, estamos falando da nossa capacidade de tratar o capital mais importante que a nossa cidade tem, que a nossa metrópole tem, e aquele que dialoga com o que mais importante os outros têm, que é o nosso capital intelectual, é a nossa criatividade, a nossa capacidade de transformação.

Então, se soubermos aproveitar isso com os poucos recursos que a Secretaria tem - é lógico que na comparação com outras Secretarias -, são recursos importantes, mas são

pequenos se comparados com o volume de recursos que investimos e devemos investir na Saúde, na Educação - 9 bilhões, 7 bilhões -, mas são recursos que pode trazer a estas Secretarias inclusive esse diálogo aqui trazido, de levarmos os nossos Conselheiros e trazermos Conselheiros de outras partes do mundo para trocar experiências do que deu certo, pode, de fato, assim, ser transformador para os próximos 20, 30, 40, 50 anos, dando - digo mais uma vez - a sólida leitura e ação de que o Estado Democrático de Direito só está presente na nossa sociedade porque tem um povo a defender. Não são as instituições que defendem a democracia. Quem defende a democracia é o povo, como diz a própria palavra "democracia". Portanto, é assim que quero concluir, agradecendo muito ao Vicente, que tem sido uma bússola absolutamente poderosa para esses encontros.

A Câmara, repito, não estaria envolvida no colóquio, se não fosse a sua inteligência e generosidade. E, talvez, o ano que vem, os Conselheiros Participativos e os Conselheiros de São Paulo não estarão em nenhum desses debates, se nós não tivermos a capacidade de também inovar no nosso texto legal. Portanto, é isso que temos de fazer. Vamos nos dedicar um pouquinho, se vai ser num novo programa, se vai ser a introdução de um recurso a mais numa rubrica orçamentária que já existe; se é importante a gente ter o programa da Cepal explícito, se o Habitat III tem de estar explícito, mesmo que tenha um valor de referência - 1 mil reais -, mas para dizer: "Olha, é isso o que a gente pretende receber recursos daqui, daqui, daqui". Mas acho fundamental a gente já deixar explícito na peça orçamentária quais as tarefas que serão cumpridas, de maneira muito objetiva.

Então, o Habitat III é um projeto, ele apresenta como um projeto ou é uma atividade, como que a gente faz isso? Não, vamos colocar Atividade, porque não vai ter despesa de capital. Sem nenhum problema, vamos ter só a despesa de custeio. Então, vamos colocar lá nas Atividades.

A questão da Cepal é só a gente colocar um pouco mais de recursos e deixar explícito na justificativa da emenda que vai alterar o texto e o recurso que foi adicionado à

atração de novos parceiros e investimentos internacionais, participação em organizações de missões de eventos de caráter internacional; se é só a colocação de um recurso acessório ali, deixando justificado para qual essa finalidade também. Mas é importante a gente também entender que estamos inovando de maneira vigorosa ao trazer a presença de não mais os nossos agentes públicos, e sim os agentes da sociedade. Então, dizendo o seguinte: os nossos 1.123 Conselheiros Participativos, mais os Conselheiros... É lógico que se está dizendo assim: "Estamos abrindo uma oportunidade de uma formação inclusive internacional para isso. É lógico que aqueles que se habilitarem, que se estruturarem para isso, que mostrarem competências para isso devem ganhar da gente essas oportunidades.

Então acho que a gente tem uma oportunidade sim, aproveitar esse momento que a Cidade reflete um pouco a crise econômica, mas sou daqueles que reconheço que crise é oportunidade. E, se é oportunidade, aqueles que são mais criativos, mais inteligentes, apresentarão as alternativas para a gente sair dela. E a cidade de São Paulo tem um papel protagonista para isso. Portanto, é a cidade que vai ter de mostrar para o Brasil como é que a gente vai sair da crise em que a gente se enfiou.

É assim que eu termino, agradecendo a todos que nos acompanharam até agora e convidando o Trevas para dar, sim, a entrevista aos nossos veículos oficiais, dizendo aqui a orientação do Caio, que ele pede para que eu termine assim: "Nada mais havendo a tratar neste momento - porque há muitas outras coisas -, declaro encerrada a audiência pública, não sem antes convidar o público presente e aqueles que nos acompanham pelo portal da Câmara, www.camara.sp.gov.br, no Auditórios On-Line, que transmite ao vivo todo nosso debate: a próxima audiência do Projeto de Lei 538/2015, que é o Orçamento para o exercício de 2016, será realizada na segunda-feira próxima, dia 09/11, não neste Plenário, mas sim no oitavo andar, no Salão Nobre João Brasil Vita, desta Casa, com os temas: Secretaria de Governo Municipal, Secretaria de Educação, Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo; Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia; Secretaria de Cultura,

Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, Fundo Especial de Promoção das Atividades Culturais e Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano, SP Cine, SPTuris e Fundo de Turismo; e o nosso tão comemorado, neste ano, Fundação Teatro Municipal, na marca dos seus cem anos.

É assim que terminamos os nossos trabalhos, agradecendo a todos que nos acompanharam e registrando, mais uma vez, que a Câmara tem Vereadores, sim, que trabalham incansavelmente e, aqui, os diários do dia de hoje contestam o trabalho dos Vereadores e a gente faz questão aqui de reafirmar não só nosso trabalho, mas a nossa dedicação.

Boa tarde a todos.
